

Senado Federal

Instituto Legislativo Brasileiro - ILB



Comissão Própria
de Avaliação do ILB

Relatório de Autoavaliação Institucional **2025**

(ano base 2024)

Março de 2025

COMISSÃO DIRETORA

Senador Davi Alcolumbre

PRESIDENTE

Senador Eduardo Gomes

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE

Senadora Daniella Ribeiro

PRIMEIRA-SECRETÁRIA

Senadora Ana Paula Lobato

TERCEIRA-SECRETÁRIA

Senador Humberto Costa

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE

Senador Confúcio Moura

SEGUNDO-SECRETÁRIO

Senador Laércio Oliveira

QUARTO-SECRETÁRIO

Ilana Trombka

DIRETORA-GERAL

Danilo Augusto Barboza de Aguiar

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO – ILB

DIRETOR-EXECUTIVO EM EXERCÍCIO

Nilo Amaro Bairros dos Santos

COORDENADORA-GERAL

Amanda Rodrigues de Albuquerque

COORDENADOR DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Fábio Renato da Silva

COORDENADORA DE CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E ENSINO

Júnia Claudia Gondim Melo

COORDENADORA DO PROGRAMA INTERLEGIS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS EM EXERCÍCIO

Mariana Passos Barboza Moura Bispo

COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Matheus Gontijo de Santanna

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

João Henrique Gouveia

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Mariana Passos Barboza Moura Bispo , representante da Coordenação do Programa Interlegis e Relações Institucionais. Presidente da CPA;	Carlos Eugênio Varella Escosteguy , representante do ILB;
Rainer Junio de Sousa , representante da Coordenação de Educação Superior;	Samuel Pinheiro Barguil , representante da Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino;
Gabriela Agustinho Borges , representante da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal;	Ilan Álisson Ferreira Pinheiro , representante do corpo discente;
Luís Fernando Pires Machado , representante do corpo docente;	Florian Augusto Coutinho Madruga , representante da sociedade civil;
Telma América Venturelli , representante do Corpo Técnico-administrativo;	Ludmila Albuquerque Douettes Araújo , representante dos coordenadores de curso;
Otto Luiz Vilela do Nascimento , secretário da Secretaria de apoio à CPA.	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do Senado Federal	73
Figura 2 – Organograma do ILB	73
Figura 3 – Página inicial do portal do ILB	82
Figura 4 – Estatísticas de acesso ao portal do ILB em 2024	83
Figura 5 – Estatísticas de acesso ao portal do Interlegis em 2024	84
Figura 6 – Avaliação global da atuação dos coordenadores-gerais dos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024	92
Figura 7 – Avaliação dos professores que atuaram em cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024	108
Figura 8 – Evolução da percepção dos discentes quanto ao atendimento de objetivos de aprendizagem antes e após a realização de curso de extensão	114
Figura 9 – Auditório Antônio Carlos Magalhães.....	118
Figura 10 – Auditório Petrônio Portela.....	118
Figura 11 – Biblioteca do Senado Federal.....	121
Figura 12 – Avaliação do Ambiente Saberes	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados da Mantenedora	12
Quadro 2 – Dados da Escola de Governo.....	12
Quadro 3 – Composição da CPA	13
Quadro 4 – Atos normativos internos relacionados à CPA.....	15
Quadro 5 – Acompanhamento das Metas do PDI 2021-2025 – Eixo Ensino / Pesquisa / Extensão	19
Quadro 6 – Acompanhamento das Metas do PDI 2021-2025 – Eixo Corpo Docente ...	22
Quadro 7 – Acompanhamento das Metas do PDI 2021-2025 – Eixo Processos Internos	23
Quadro 8 – Acompanhamento das Metas do PDI 2021-2025 – Eixo Corpo Técnico....	27
Quadro 9 – Acompanhamento das Metas do PDI 2021-2025 – Eixo Infraestrutura.....	28
Quadro 10 – Reuniões da CPA realizadas no período de 2024	31
Quadro 11 – Ações educacionais promovidas pelo ILB em 2024.....	31
Quadro 12 – Participantes dos cursos MOOC do ILB por UF	54
Quadro 13 – Reuniões da CPA e percentual de participação dos representantes da comunidade acadêmica em 2024.....	63
Quadro 14 – Execução orçamentária do ILB em 2024	71
Quadro 15 – Reuniões do Conselho de Supervisão do ILB em 2024	74
Quadro 16 – Reuniões do Comitê Científico-Pedagógico em 2024.....	75
Quadro 17 – Servidores do Senado Federal participantes de cursos promovidos pelo ILB em 2024.....	86
Quadro 18 – Ações educacionais realizadas em 2024 com participação do corpo técnico-administrativo do ILB.....	90
Quadro 19 – Cursos/Ações voltadas exclusivamente para o corpo técnico-administrativo do ILB em 2024.....	91
Quadro 20 – Reuniões do CCP em que foram aprovados os coordenadores geral e pedagógico dos cursos executados pelo ILB em 2024	91
Quadro 21 – Eventos técnico-científicos promovidos pelo ILB em 2024	93
Quadro 22 – Quantidade de servidores do Senado Federal liberados para participar de eventos externos em 2024.....	95
Quadro 23 – Processos de solicitação de apoio do Senado Federal para realização de pós-graduação externa deferidos ou em andamento em 2024.....	95
Quadro 24 – Instrumentos que regularam a seleção dos docentes e requisitos para os candidatos aos encargos de facilitador de aprendizagem dos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024.....	98
Quadro 25 – Titulação dos servidores que atuaram de facilitador de aprendizagem de disciplinas dos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024.....	100
Quadro 26 – Experiência profissional do corpo docente que atuou em cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024	102
Quadro 27 – Experiência de magistério superior do corpo docente que atuou em cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024.....	105

Quadro 28 – Instrumentos para seleção de alunos dos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB entre 2023 e 2024	115
Quadro 29 – Distribuição das instalações administrativas do ILB nos blocos do Senado Federal	116
Quadro 30 – Salas de Aula	117
Quadro 31 – Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física em 2024.....	122
Quadro 32 – Produção do Núcleo Multimídia em 2024.....	126
Quadro 33 – Acompanhamento de sugestões de melhoria apresentadas nos relatórios de autoavaliação referentes ao ano de 2024.	133
Quadro 34 – Acompanhamento das metas da CPA	136

Sumário

1. INTRODUÇÃO	10
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	11
2.1. Dados da Instituição	12
2.2. Comissão Própria de Avaliação (CPA)	13
3. METODOLOGIA.....	17
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	17
5. DIMENSÃO 1: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	19
5.1. Coerência entre a missão institucional, as metas e os objetivos do PDI	19
5.1.1. Eixo Ensino/Pesquisa/Extensão	19
5.1.2. Eixo Corpo Docente	22
5.1.3. Eixo Processos Internos	23
5.1.4. Eixo Corpo Técnico	27
5.1.5. Eixo Infraestrutura	28
5.2. Projeto/processo de autoavaliação institucional	30
5.3. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino	31
5.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais	37
5.5. Coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: inclusão social	38
5.6. Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial	50
5.7. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural....	55
5.8. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	63
5.9. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	64
5.10. Ações administrativas implementadas a partir dos resultados das avaliações	65
6. DIMENSÃO 2: GESTÃO INSTITUCIONAL.....	69
6.1. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional	69
6.2. Estrutura Organizacional	72
6.3. Sistema de registro acadêmico	79

6.4.	Comunicação da instituição com a comunidade interna	80
6.5.	Comunicação da instituição com a comunidade externa.....	81
7.	DIMENSÃO 3: CORPO SOCIAL.....	86
7.1.	Política de formação e capacitação do corpo docente	86
7.2.	Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.....	86
7.3.	Política de atendimento aos estudantes	91
7.4.	Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente	93
7.5.	Coerência entre o processo de seleção do corpo docente e os cursos previstos/implantados	98
7.6.	Titulação do corpo docente dos cursos de pós-graduação lato sensu.....	100
7.7.	Experiência profissional do corpo docente.....	102
7.8.	Experiência de magistério superior do corpo docente.....	104
8.	DIMENSÃO 4: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL.....	108
8.1.	Coerência entre as políticas de ensino e as ações acadêmico-administrativas	108
8.2.	Coerência entre as políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas.....	110
8.3.	Programas de apoio aos estudantes	111
8.4.	Política e ações de acompanhamento dos egressos	112
8.5.	Atuação dos egressos da instituição no ambiente socioeconômico.....	112
8.6.	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem definidos no PDI	113
8.7.	Processo seletivo discente para cursos lato sensu	115
9.	DIMENSÃO 5: INFRAESTRUTURA	116
9.1.	Instalações administrativas	116
9.2.	Salas de aula	117
9.3.	Auditório(s)	117
9.4.	Espaços para atendimento aos alunos.....	119
9.5.	Infraestrutura para Comissão Própria de Avaliação – CPA	119
9.6.	Instalações sanitárias	120
9.7.	Biblioteca: infraestrutura física	120
9.8.	Biblioteca: acervo físico e/ou virtual.....	121
9.9.	Serviços e informatização de acesso aos acervos	121

9.10.	Plano de atualização do acervo.....	122
9.11.	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física	
	122	
9.12.	Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.....	126
9.13.	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.....	129
9.14.	Espaços de convivência e de alimentação	132
10.	ACOMPANHAMENTO DAS SUGESTÕES DE MELHORIA.....	132
11.	SUGESTÕES DE MELHORIA PARA A DIRETORIA-EXECUTIVA DO ILB	135
12.	METAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PRÓXIMO RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	136
12.1.	Acompanhamento das metas do relatório anterior	136
13.	CONCLUSÃO.....	137

1. Introdução

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) apresenta o Relatório Final de Autoavaliação da Escola de Governo do Senado Federal, referente ao ano de 2024. Este documento foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), conforme disposto na Lei nº 10.861/2004, e está alinhado a três objetivos estratégicos:

1. Analisar os resultados obtidos por meio dos processos de avaliação implementados;
2. Utilizar os resultados das avaliações como insumos para o aperfeiçoamento da gestão institucional;
3. Contribuir para a missão do ILB por meio de ações avaliativas que promovam o engajamento e o senso de pertencimento entre todos os envolvidos.

A avaliação institucional configura-se como um processo contínuo e essencial para o aprimoramento das atividades acadêmicas e institucionais. A experiência acumulada, com a implementação de processos pedagógicos estruturados, pesquisas aplicadas e atividades de extensão, reforça a relevância de um sistema avaliativo robusto e bem-organizado. A análise desses elementos subsidia a tomada de decisões institucionais, fortalecendo a gestão e ampliando a eficiência da Escola de Governo.

A realização de atividades avaliativas é impulsionada pela necessidade de aprimorar os mecanismos de compreensão da realidade institucional. Esse enfoque é caracterizado pela adoção de dinâmicas de avaliação em períodos e espaços predefinidos, o que sistematiza o conhecimento e confere maior maturidade e consistência à sua interpretação.

O monitoramento das decisões tomadas com base nas avaliações constitui um indicador fundamental da saúde organizacional do ILB, permitindo ajustes e melhorias contínuas. A realização sistemática dessas atividades é imprescindível para uma compreensão mais consistente e madura da realidade institucional. Ao identificar demandas específicas de diferentes setores, a CPA fornece informações precisas para a tomada de decisão, viabilizando o aprimoramento das estratégias educacionais e a correção de eventuais deficiências.

Para que as ações de acompanhamento e avaliação alcancem efetividade, sua condução exige o monitoramento das atividades educacionais, o que inclui, entre outros aspectos:

- Integração na agenda do ILB como parte da dinâmica dos trabalhos;
- Decisões compartilhadas entre os diferentes membros da instituição;
- Apoio operacional e tecnológico para agilizar a coleta e análise de dados;
- Elaboração de manuais técnicos, protocolos e instrumentos de orientação que subsidiem a implementação das atividades avaliativas;

- Difusão crítico-analítica dos processos decisórios.

A CPA tem desenvolvido diversas práticas avaliativas, indo além dos tradicionais formulários estruturados. Seminários avaliativos por curso, reuniões setoriais, grupos focais e outras iniciativas têm contribuído significativamente para o aprimoramento da qualidade, da organização didático-pedagógica do ensino, da pesquisa e da extensão.

O objetivo deste relatório é apresentar os resultados do processo de autoavaliação institucional realizado pelo ILB no ano de 2024, com vistas a fomentar as políticas de educação estabelecidas e propor ações para a melhoria contínua da qualidade das ações educacionais.

2. Contextualização da Instituição

Fundado em 1997, o ILB é a Escola de Governo do Senado Federal, com a missão de formar, treinar, capacitar recursos humanos e aprimorar a qualificação dos profissionais do Poder Legislativo. Desde sua criação, o ILB tem desempenhado um papel essencial na modernização e no aperfeiçoamento do Legislativo brasileiro, capacitando milhares de servidores e contribuindo para a excelência da gestão pública.

Para cumprir sua missão, o ILB executa a política de capacitação do Senado Federal e o Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo – Interlegis, promovendo o desenvolvimento técnico e acadêmico de servidores e instituições públicas. A instituição oferece educação corporativa e acadêmica, incluindo cursos de curta duração, presenciais e a distância (EAD), além de programas de pós-graduação nos níveis de extensão e lato sensu.

Desde 2013, o ILB é credenciado pelo Ministério da Educação (MEC) para ofertar cursos de pós-graduação lato sensu, tais como Administração Legislativa, Ciência Política, Comunicação Legislativa e Direito Legislativo. Esses cursos são disponibilizados a servidores do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União (TCU), Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e de outros órgãos conveniados, fomentando a integração entre diferentes esferas dos poderes.

A educação a distância constitui uma das principais estratégias do ILB para ampliar seu impacto, alcançando um público mais diversificado por meio da plataforma Moodle, no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Saberes. Os cursos, autoinstrucionais e gratuitos, abrangem diversas áreas do conhecimento de interesse geral, além de temas específicos para o Poder Legislativo, como Direito Parlamentar, Direito Legislativo, Administração Legislativa, Políticas Públicas, Orçamento Público, Direito Eleitoral e Comunicação Legislativa. Atualmente, a plataforma Saberes conta com 1,5 milhão de inscritos, consolidando o alcance nacional do ILB e sua contribuição para a capacitação de milhares de profissionais.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão promovidas pelo ILB são organizadas e implementadas por três coordenações principais:

- **Coordenação de Educação Superior (COESUP):** responsável pelos cursos de pós-graduação e programas acadêmicos de longo prazo.
- **Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino (COTREN):** dedicada à formação técnica e profissional dos servidores.
- **Coordenação do Programa Interlegis e Relações Institucionais (COINTER):** responsável pela integração institucional e pelo desenvolvimento do Programa Interlegis, que promove a modernização das Câmaras Municipais e das Assembleias Legislativas.

O ILB desempenha um papel fundamental na qualificação de servidores e na modernização da administração pública. Com uma abordagem inovadora e inclusiva, aliada ao amplo alcance proporcionado pela educação a distância, o ILB contribui significativamente para a melhoria da gestão pública e para o fortalecimento do Poder Legislativo brasileiro.

2.1. Dados da Instituição

Quadro 1 – Dados da Mantenedora

Nome	Senado Federal
Código	16100
CNPJ	00.530.279/0001-15
Natureza jurídica	Órgão Público do Poder Legislativo Federal
Representante legal	Amanda Rodrigues de Albuquerque

Fonte: e-Mec e Processo SIGAD nº00200.004560/2025-43

Quadro 2 – Dados da Escola de Governo

Nome	Instituto Legislativo Brasileiro – ILB
Código	21508
Organização acadêmica	Escola de Governo
Tipo de credenciamento	Escola Governo – EAD / Escola Governo – Presencial
Conceito Institucional	4 (2018)

Procurador Institucional	Fábio Renato da Silva

Fonte de dados: Sistema e-Mec

2.2. Comissão Própria de Avaliação (CPA)

Conforme estabelecido pela Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES, o ILB possui em sua estrutura uma CPA, com atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Além disso, seus objetivos incluem identificar pontos fortes e fragilidades da instituição, propor ações de melhoria nos processos acadêmicos e administrativos e engajar a comunidade acadêmica na cultura de avaliação e autoavaliação.

Composta por representantes de diversos segmentos, a CPA fortalece a participação da comunidade acadêmica e da sociedade no aprimoramento educacional. Assim, a atuação da CPA é essencial para a promoção de uma cultura de qualidade e transparência na educação superior.

A CPA foi instituída pela Portaria da Diretoria-Geral nº 2638 de 2014, e está regulamentada pela [Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 1 de 2024](#). Para assegurar sua legitimidade, obedecendo ao princípio da equilibrada representatividade da comunidade acadêmica, a composição da CPA está assim definida:

- 1 representante da Diretoria-Executiva do ILB;
- 1 representante da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal;
- 1 representante dos alunos;
- 1 representante dos docentes;
- 1 representante de cada uma das três coordenações de ensino do ILB (COESUP, COTREN e COINTER);
- 1 representante dos coordenadores de curso;
- 1 representante do pessoal técnico-administrativo do ILB;
- 1 representante da sociedade civil.

Sua composição atual foi definida na Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 4 de 2024, e alterada pela [PIL 5](#), conforme o Quadro 3.

Quadro 3 – Composição da CPA

Instância	Nome do Representante	Cargo
Representante da Diretoria-Executiva do ILB	Carlos Eugênio Varella Escosteguy	Chefe de Gabinete do ILB

Representante da Coordenação de Educação Superior (COESUP)	Rainer Junio de Sousa	Analista Legislativo
Representante da Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino (COTREN)	Samuel Pinheiro Barguil	Chefe do Serviço de Ensino à Distância
Presidente da CPA e representante da Coordenação do Programa Interlegis e Relações Institucionais (COINTER)	Mariana Passos Barboza Moura Bispo	Chefe do Serviço de Apoio aos Produtos Tecnológicos do Programa Interlegis
Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal (SEGP)	Gabriela Agustinho Borges	Coordenadora-Geral da SEGP
Representante do Corpo Discente	Ilan Álisson Ferreira Pinheiro	Assessor Técnico da Diretoria Geral
Representante dos Coordenadores de Cursos do ILB	Ludmila Albuquerque Douettes Araújo	Ajudante Parlamentar Sênior do Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria
Representante do Corpo Docente	Luís Fernando Pires Machado	Chefe de Gabinete do Senador Jorge Seif
Representante da Sociedade Civil	Florian Augusto Coutinho Madruga	Membro representante da sociedade civil
Representante do Corpo Técnico-Administrativo	Telma América Venturelli	Pedagoga e Assistente Parlamentar da COESUP
Secretário da CPA	Otto Luiz Vilela do Nascimento	Analista Legislativo

Fonte de dados: CPA/ILB

Desde que foi instituída, a CPA passou por diversas alterações em seu regulamento e recomposições em seu quadro de representantes. Os atos normativos que implementaram as mudanças estão listados no Quadro 4, em ordem cronológica decrescente.

Quadro 4 – Atos normativos internos relacionados à CPA

Ato normativo	Alteração realizada
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 5 de 2024	Designação de membros da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 4 de 2024	Designação de membros da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 2 de 2024	Designação de membros da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 1 de 2021	Regimento Interno da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 3 de 2021	Designação de membros da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 2 de 2021	Regulamentação da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 2 de 2020	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 1 de 2020	Modificação do regulamento da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 6 de 2018	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 4 de 2018	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 2 de 2017	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 3 de 2016	Designação de membros
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 2 de 2016	Modificação do regulamento da CPA
Portaria do Instituto Legislativo Brasileiro nº 1 de 2016	Modificação do regulamento da CPA
Portaria da Diretoria-Geral nº 1460 de 2016	Revogação de portarias anteriores
Portaria da Diretoria-Geral nº 5731 de 2015	Substituição de membros
Portaria da Diretoria-Geral nº 3947 de 2015	Modificação do regulamento da CPA e designação de membros
Portaria da Diretoria-Geral nº 2638 de 2014	Instituição da CPA

Fonte de dados: CPA/ILB

As atividades da CPA são desenvolvidas com apoio operacional da Diretoria-Executiva, da Coordenação Administrativa e Financeira (COADFI), COESUP, COTREN, COINTER, e do Gabinete Administrativo do ILB, que atuam no fornecimento de informações e de documentos relevantes para as análises aqui realizadas.

A CPA dispõe de uma sala para reuniões, climatizada, com mesa de reunião, material de escritório e computador conectado à internet, contendo softwares de editoração básica. Como forma de aprimorar a divulgação de seus trabalhos e a organização de informações relevantes, a CPA lançou, em dezembro de 2022, sítio próprio¹, dentro do portal do Senado Federal, bem como instituiu o Boletim da CPA², cuja primeira edição também foi produzida naquele período. Além disso, na porta da sala da CPA consta um cartaz que informa e-mail e sítio da CPA para consultas que se fizerem necessárias.

¹ <https://www12.senado.leg.br/institucional/edg-cpa>

² <https://www12.senado.leg.br/institucional/edg-cpa/boletins-da-cpa-1>

3. Metodologia

A metodologia adotada para a construção deste relatório contempla a coleta de dados referentes ao ano de 2024 e a experiência acumulada ao longo dos últimos anos no processo de autoavaliação. O Relatório de Autoavaliação Institucional, documento central produzido pela CPA, em conformidade com as diretrizes do SINAES, reúne análises abrangentes sobre múltiplas dimensões institucionais, incluindo ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura e gestão acadêmico-administrativa. Sua elaboração envolve a aplicação de questionários e outros instrumentos avaliativos, assegurando a participação ativa de docentes, discentes, técnicos-administrativos e representantes da sociedade civil.

Os resultados obtidos permitem a identificação de potencialidades e áreas que demandam aprimoramento, fornecendo subsídios para a definição de estratégias voltadas ao desenvolvimento institucional. Além de ser submetido anualmente ao Ministério da Educação (MEC), o relatório desempenha um papel fundamental nos processos de regulação e credenciamento da Instituição, promovendo a transparência e consolidando uma cultura de avaliação contínua.

O processo de autoavaliação conduzido pela CPA está alinhado às diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do ILB. A coleta de dados é realizada por meio de instrumentos de avaliação elaborados e validados pelo colegiado da CPA, cujos principais achados estão sistematizados e analisados neste documento.

Os procedimentos metodológicos seguem as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 (Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional), garantindo um processo estruturado e alinhado às melhores práticas para instituições de ensino superior (IES). No entanto, dada a ausência de diretrizes específicas para escolas de governo, os critérios foram adaptados ao PDI do ILB, assegurando a adequação às particularidades da Instituição.

Nos cursos de educação superior, que abrangem pós-graduação lato sensu e extensão, os instrumentos de avaliação eram aplicados de forma presencial até 2019. A partir de 2020, foram migrados para formulários eletrônicos, ampliando a eficiência e a acessibilidade. Para as ações educacionais do Programa Interlegis e as atividades de capacitação e treinamento, os formulários foram disponibilizados nas plataformas digitais do ILB, otimizando a coleta e o processamento dos dados.

As análises realizadas englobam tanto indicadores quantitativos quanto aspectos qualitativos, acompanhadas de reflexões e propostas para o aprimoramento contínuo. As recomendações apresentadas neste relatório têm como objetivo orientar ações estratégicas para os próximos anos, fortalecendo a qualidade e a efetividade das iniciativas institucionais.

4. Análise dos Resultados

Esta seção apresenta dados e informações relevantes referentes a cada uma das dimensões estabelecidas pelo SINAES. Com o intuito de facilitar a elaboração do relatório de autoavaliação e otimizar o processo avaliativo em sua totalidade, a seção está organizada em subseções que correspondem às dimensões previstas no Instrumento para Avaliação Institucional Externa específico para Escolas de Governo.

A análise do Relatório de Autoavaliação Institucional, elaborado pela CPA da Escola de Governo do Senado Federal, identifica tanto os pontos fortes quanto as áreas que demandam aprimoramento. São avaliados aspectos fundamentais, como a missão institucional, o ensino, a pesquisa, a responsabilidade social, a gestão e o planejamento. Indicadores como a satisfação de discentes e docentes, o desempenho acadêmico, a infraestrutura disponível e o impacto das ações na administração pública são minuciosamente analisados.

Os resultados obtidos fornecem subsídios para a implementação de ajustes curriculares, melhorias na infraestrutura e aprimoramentos na gestão institucional. O objetivo central é assegurar a qualidade da educação oferecida aos servidores públicos, alinhando as práticas educacionais às demandas do setor público.

A autoavaliação institucional possibilita a tomada de decisões estratégicas, fomentando a inovação e a busca pela excelência. Dessa forma, a Escola de Governo consolida sua atuação no âmbito do setor público, reforçando seu compromisso com a formação de profissionais capacitados e a modernização da gestão pública.

5. DIMENSÃO 1: PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Dimensão 1 da avaliação institucional concentra-se no PDI, um dos pilares centrais do SINAES. Essa dimensão examina como a instituição estabelece seus objetivos, metas e estratégias de crescimento, garantindo que suas ações estejam alinhadas ao PDI e à sua missão educacional.

Essa dimensão desempenha um papel crucial para assegurar que a instituição opere de forma planejada, sustentável e em sintonia com as demandas da comunidade acadêmica e da sociedade. Uma avaliação positiva nesse aspecto reflete a existência de um direcionamento estratégico bem definido, uma governança eficaz e um compromisso genuíno com a melhoria contínua.

5.1. Coerência entre a missão institucional, as metas e os objetivos do PDI

Conforme estabelecido no PDI 2021-2025 (p. 24), a missão do ILB é "Produzir, integrar e disseminar o conhecimento para aprimorar o Legislativo em benefício da sociedade". O monitoramento e o acompanhamento das ações estruturais da escola, incluindo as iniciativas propostas para o cumprimento dos objetivos e metas do PDI, são conduzidos pelo Escritório Setorial de Gestão do ILB. Em conjunto com as coordenações de ensino e demais órgãos técnicos, o Escritório atua de forma diligente para garantir o alcance dos compromissos assumidos e contribui para o seu contínuo aprimoramento.

Na avaliação desta comissão, os objetivos e metas definidos para o quinquênio 2021-2025 estão plenamente alinhados à missão institucional. O status de cada uma das metas do PDI, conforme apurado pela CPA até o final de dezembro de 2024, está detalhado nos Quadros 5, 6, 7, 8 e 9.

5.1.1. Eixo Ensino/Pesquisa/Extensão

Quadro 5 – Acompanhamento das Metas do PDI 2021-2025 – Eixo Ensino / Pesquisa / Extensão

Objetivo 1 - Oferta permanente de cursos para formação em termos de formação acadêmica e de competências		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Contar com pelo menos dois cursos de Pós-graduação em execução por ano com enfoque nas	Meta cumprida em 2023, com o encerramento de dois cursos de pós-graduação lato sensu ³ e o início de um novo curso.

³ Poder Legislativo e Direito Parlamentar e Orçamento Público

	áreas prioritárias do Senado Federal.	
Meta (b)	Contar com pelo menos dois cursos de extensão em execução por ano com enfoque nas áreas prioritárias do Senado Federal.	Cumprida. Dois cursos próprios foram lançados e encerrados em 2023 e um em parceria também foi realizado no mesmo ano.
Meta (c)	Criar um curso de formação pedagógica para a equipe técnica do ILB até dezembro de 2023.	Meta cumprida por meio das ações de capacitação feitas com a Consultoria Bazeggio – Metodologia de formação de formadores de facilitadores de aprendizagem e do Curso EAD "Mediação e Aprendizagem on-line".
Meta (d)	Implementar pelo menos um grupo de pesquisa vinculado aos grupos inscritos nos diretórios do CNPq até dezembro de 2025.	Cumprida. A instrução normativa (IN) para criação dos grupos foi publicada.
Meta (e)	Realizar, ao menos, uma versão do Programa Estágio Visita até dezembro de 2025.	Meta não iniciada e tornada sem efeito. A execução do programa depende de regulamentação, ainda não existente, de alçada de instância superior.
Objetivo 2 - Qualificação do quadro funcional, em termos de formação acadêmica		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Reformular política de contratação de colaboradores educacionais até dezembro de 2022.	Cumprida. IN ILB nº 1/2021 - Regulamenta a formação do Banco de Talentos Educacionais e a seleção dos Colaboradores Educacionais do ILB no âmbito do Senado Federal. Posteriormente, a referida IN foi alterada pela IN ILB nº2/2023.
Meta (b)	Atualizar a política de licença capacitação de servidores até 2022.	Cumprida. A política de Licença para Capacitação do Senado Federal foi atualizada, com vigência prevista para 01/07/2025 do novo Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal, que regulamenta a Política de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores do Senado Federal, conforme Ato da Comissão Diretora nº 13/2024. Em razão disso, em fevereiro de 2025 foi constituído grupo de trabalho, envolvendo diversas áreas do Senado Federal, com o intuito de verificar e atualizar as demais normas legais relacionadas ao assunto em tela.

Meta (c)	Aprimorar a política de afastamentos de servidores para Pós-graduação Stricto-sensu até 2022.	Cumprida. Em dezembro de 2024 foi aprovado o Ato da Comissão Diretora nº14, de 2014, que dispõe sobre o processo seletivo interno para a participação de servidores do Senado Federal em programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no país e no exterior. Oportuno salientar que o presente Ato entrará em vigor em 1º de julho de 2025.
Meta (d)	Regulamentar a política de apoio financeiro sem afastamento a servidores para Pós-graduação stricto sensu até 2022.	Cumprida. Em dezembro de 2024 foi aprovado o Ato da Comissão Diretora nº14, de 2014, que dispõe sobre o processo seletivo interno para a participação de servidores do Senado Federal em programa de pós-graduação stricto sensu no país e no exterior. Oportuno salientar que o presente Ato entrará em vigor em 1º de julho de 2025.
Objetivo 3 - Qualificação do quadro funcional, em termos de competências		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Realizar uma turma do Programa de Formação Gerencial (PFG), anualmente.	Cumprida. 1 (uma) turma em 2024 e 3 (três) em planejamento para 2025.
Meta (b)	Implantar rotina de alinhamento das ações de capacitação com a mantenedora até dezembro de 2023.	Cumprida por meio do PCASF – Plano de Capacitação dos Servidores do Senado Federal.
Meta (c)	Contratação de curso, na modalidade <i>in company</i> , para aprimoramento das técnicas educacionais, até dezembro de 2024.	Cumprida. A consultoria Bazeggio fez o repasse de toda a metodologia de formação de facilitadores de aprendizagem para servidores do Senado em 2023, os quais atuaram em 3 (três) oportunidades em 2024. Essas capacitações tinham como objetivo aprimorar as técnicas de ensino-aprendizagem utilizadas pelos servidores nas ações educacionais promovidas pelo ILB.

Fonte: Escritório Setorial de Gestão do ILB

5.1.2. Eixo Corpo Docente

Quadro 6 – Acompanhamento das Metas do PDI 2021-2025 – Eixo Corpo Docente

Objetivo 1- Qualificação do corpo docente para atuação acadêmica		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Criar, até dezembro de 2025, uma política de estímulo à publicação da produção técnico-científica discente e docente do ILB.	Parcialmente cumprido. Há um esforço em cada ação educacional no âmbito da Coordenação de Educação Superior para que os resultados dos estudos e pesquisas sejam publicados na Biblioteca Virtual do Senado Federal (nos casos dos trabalhos de conclusão de curso) e em veículos externos de divulgação técnico-científica (em relação aos artigos e aos estudos de caso dos alunos dos cursos de extensão). Todavia, não há uma política institucional elaborada para esse fim.
Meta (b)	Oportunizar ao corpo docente, anualmente, um evento de atualização didático-andragógica.	Cumprida. Em 2024, foram ofertadas 3 turmas para Formação de Facilitadores de Aprendizagem. Essas ações foram presenciais, abertas aos servidores de toda a Casa, e contaram, no total, com 42 concluintes. Além disso, nesse mesmo ano, 12 servidores do ILB foram autorizados a participar do Congresso Internacional ABED de Educação a Distância (29º CIAED), evento no qual foram apresentados trabalhos, pesquisas, artigos e tecnologias na área de educação a distância.
Objetivo 2 - Participação democrática de docentes na elaboração e avaliação de projetos educacionais		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Integrar até dezembro de 2022, na concepção e formulação de todos os projetos educacionais, especialistas com reconhecido domínio técnico-científico no campo de conhecimento correlato.	Cumprida. No âmbito da COESUP, por meio dos serviços de ensino (Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão e Serviço de Cursos de Pós-Graduação), os projetos educacionais são desenvolvidos ou revisados a partir da interlocução com atores-chave nos respectivos campos de saber, especialmente oriundos das áreas técnicas do Senado Federal. No âmbito da COTREN, todos os planos de ensino e projetos pedagógicos das ações educacionais, sejam presenciais, híbridas ou a distância, são elaborados em conjunto com os facilitadores de aprendizagem e conteudistas, que possuem domínio técnico-científico em suas respectivas áreas de conhecimento. Além disso, para que um

		potencial colaborador seja efetivamente encarregado de executar as ações educacionais, é necessária aprovação prévia do Comitê Científico-Pedagógico do ILB, que afere e valida a correspondência entre o candidato e o encargo pretendido.
Meta (b)	Sistematizar as informações de colaboradores educacionais de forma a atender às necessidades do ILB na elaboração de projetos educacionais até 2023.	A sistematização da Secretaria de Gestão Acadêmica faz parte de um projeto específico do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Em 2024, foi iniciado um estudo para definir a solução que melhor atenda às demandas da Escola, considerando também a otimização dos recursos administrativos. No novo PDTI 2025-2027, o projeto foi novamente priorizado, com o objetivo de implementar integralmente a solução escolhida ao longo de 2025. Vale destacar que a Administração da mantenedora está altamente engajada nesse processo, tanto que a implementação do sistema foi incluída como um Resultado Chave Específico - OKR para o ciclo 2025-2027.
Meta (c)	Garantir, até dezembro de 2022, que haja, em todos os cursos de pós-graduação lato sensu promovidos pelo ILB ao menos uma reunião de avaliação qualitativa interna com o intuito de enriquecer o processo avaliativo de cada iniciativa educacional.	Cumprida. No âmbito dos cursos de especialização do ILB no decorrer ou ao final das ações educacionais.
Meta (d)	Reformular, até dezembro de 2023, a composição da CPA, de modo a agregar maior participação docente e de outros segmentos no processo avaliativo.	Cumprida por meio das Portarias do ILB nº 1/2024, nº 2/2024 e nº 5/2024.

Fonte: Escritório Setorial de Gestão do ILB

5.1.3. Eixo Processos Internos

Quadro 7 – Acompanhamento das Metas do PDI 2021-2025 – Eixo Processos Internos

Objetivo 1 - Unificação do processo de Secretariado Acadêmico		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024

Meta (a)	Revisar e otimizar o processo de secretariado acadêmico até dezembro de 2022.	<p>Cumprida. Por meio da revisão de procedimentos, com as funcionalidades do SGA e com o uso do SIGAD. Há estudos já em andamento para processo de contratação de um sistema de secretariado acadêmico que automatize tarefas rotineiras e a emissão de documentos.</p> <p>A sistematização da Secretaria de Gestão Acadêmica faz parte de um projeto específico do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Em 2024, foi iniciado um estudo para definir a solução que melhor atenda às demandas da Escola, considerando também a otimização dos recursos administrativos. No novo PDTI 2025-2027, o projeto foi novamente priorizado, com o objetivo de implementar integralmente a solução escolhida ao longo de 2025. Vale destacar que a Administração da mantenedora está altamente engajada nesse processo, tanto que a implementação do sistema foi incluída como um Resultado Chave Específico - OKR para o ciclo 2025-2027.</p>
Meta (b)	Capacitar membros de todas as coordenações de ensino no processo de secretariado acadêmico até dezembro de 2023.	<p>Cumprida parcialmente. Por meio de parceria com o Sindicato de Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior de São Paulo, foram oferecidas, em 2023, 5 vagas gratuitas no Programa - Capacitação para Secretaria Digital e Registro Acadêmico, as quais foram preenchidas por servidores, e colaboradora terceirizada, do SESEA. A ação educacional foi totalmente digital, com 24 horas de aulas síncronas. Além disso, em 2024, 2 servidores (a chefe titular e o chefe substituto do SESEA) participaram de treinamento promovido pela Consultoria em Assuntos Educacionais (CONSAE) - Curso sobre Controle e Registro Acadêmico e Secretaria Acadêmica Digital, com carga horária total de 28 horas. Observa-se que a única coordenação de ensino que possui um serviço especializado de secretariado acadêmico é a COESUP, cabendo às demais coordenações, por meio de seus apoios administrativos, a realização de atividades de secretaria escolar para as ações educacionais livres. Não houve ação da COTREN nesse sentido.</p>

Meta (c)	Revisar as normas internas que regem os processos de ensino até dezembro de 2023.	Cumprida. Tendo em vista que o novo Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal, que regulamenta a Política de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores do Senado Federal, conforme Ato da Comissão Diretora nº 13/2024, entrará em vigor a partir de 1º de julho de 2025, foi constituído, em fevereiro de 2025, grupo de trabalho, envolvendo diversas áreas do Senado Federal, com o intuito de verificar e atualizar as normas internas relacionadas aos processos de ensino, bem como de atualizar os formulários utilizados no âmbito do ILB.
Meta (d)	Implementar um sistema próprio de gestão do secretariado acadêmico até dezembro de 2023.	Cumprida por meio do Sistema de Gestão Acadêmica (SGA). A sistematização da Secretaria de Gestão Acadêmica faz parte de um projeto específico do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Em 2024, foi iniciado um estudo para definir a solução que melhor atenda às demandas da Escola, considerando também a otimização dos recursos administrativos. No novo PDTI 2025-2027, o projeto foi novamente priorizado, com o objetivo de implementar integralmente a solução escolhida ao longo de 2025. Vale destacar que a Administração da mantenedora está altamente engajada nesse processo, tanto que a implementação do sistema foi incluída como um Resultado Chave Específico - OKR para o ciclo 2025-2027.
Objetivo 2 - Padronização dos processos de ensino (presencial, EAD e Remoto)		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Mapear 100% dos processos de ensino até dezembro de 2025.	Cumprida. Mapeados processos de Seleção de Colaboradores, Licença para Capacitação, Treinamentos Externos, <i>in company</i> e Internos, Produção e atualização de ações EAD.
Meta (b)	Documentar 100% dos processos de ensino até dezembro de 2025.	Em andamento. Em 2024, foram realizados mapeamentos setoriais dos processos de trabalho de serviços estratégicos prestados pelo ILB. No entanto, identificou-se a necessidade de uma padronização metodológica. Com a publicação da nova política de capacitação em dezembro de 2024 e a consequente necessidade de adequação das rotinas de trabalho ao novo normativo, será realizado o mapeamento das atividades atuais das Unidades Administrativas COADFI, GBILB, COTREN e COESUP . Esse processo permitirá identificar fluxos de trabalho, responsabilidades e possíveis gargalos operacionais.

Meta (c)	Implementar em 100% dos processos de ensino melhorias e padronização até dezembro de 2025	<p>Padronização das avaliações em andamento. Padronização do projeto pedagógico concluída.</p> <p>A COTREN tem investido esforços para melhoria e padronização em todas as etapas do processo de ensino. Antes da ação: processo seletivo mais criterioso para aferir o domínio técnico-científico e didático-pedagógico dos potenciais colaboradores educacionais; modelos padronizados de planos de aula/projetos pedagógicos; materiais com orientações para elaboração de objetivos de aprendizagem e sugestões de estratégias didáticas; formulários de inscrição passaram a solicitar informações que favorecem previamente o nivelamento de conhecimentos dos participantes.</p> <p>Durante a ação: incentivo para que os facilitadores utilizem metodologias ativas de ensino-aprendizagem em sala de aula, a fim de dar aplicabilidade imediata e favorecer a compreensão do conteúdo ministrado. Ao final da ação: padronização do instrumento de avaliação de reação e implementação da rotina de feedback ao facilitador, oportunidades em que podem ser obtidas informações úteis para o aprimoramento contínuo das ações educacionais e dos colaboradores que as desenvolvem e executam.</p>
Meta (d)	Criar modelo de projeto pedagógico de curso para ações educacionais do ILB até julho de 2023.	Cumprida. Foram criados modelos de projeto pedagógico e de plano de ensino, os quais foram compartilhados com todas as coordenações de ensino, que promoveram atualizações e adequações de acordo com as especificidades de suas áreas.
Objetivo 3 - Aprimoramento da gestão institucional		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Formular planos de gestão para 100% das áreas de ensino do ILB até dezembro de 2022.	Não cumprida. A Coordenação de Educação Superior e seus serviços realizaram tratativas junto à área de gestão de pessoas. Entretanto fora constatado que, haja vista a sazonalidade e a diversidade de tarefas e atribuições (a exemplo da organização, gestão e realização de bancas de TCC), a metodologia adotada institucionalmente para mensuração de resultado não refletia a especificidade do trabalho desenvolvido pela área de ensino. Na COTREN já foi aplicado o plano de gestão de forma pontual, conforme a necessidade existente.

Fonte: Escritório Setorial de Gestão do ILB

5.1.4. Eixo Corpo Técnico

Quadro 8 – Acompanhamento das Metas do PDI 2021-2025 – Eixo Corpo Técnico

Objetivo 1 Engajamento permanente do corpo técnico a respeito do papel institucional do ILB como IES		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Desenvolver metodologia de conscientização do corpo técnico do ILB até dezembro de 2022.	Cumprida. Em dezembro de 2024, realizou-se curso para elaboração dos instrumentos de Planejamento e de Avaliação Institucional de Escolas de Governo. O referido curso teve carga horária de 40 horas/aula, apresentando os seguintes módulos: I – introdução aos conceitos fundamentais norteadores do PDI e do PPI; II – elaboração do projeto pedagógico institucional (PPI); III – plano de desenvolvimento institucional (PDI); IV – processo avaliativo das escolas de governo; V – oficina de avaliação e encerramento.
Meta (b)	Executar o processo de conscientização pelo menos uma vez por ano para todos os colaboradores a partir de seu desenvolvimento e implementação.	Cumprida. Em 2024, foi designado um grupo de trabalho por meio da Portaria ILB nº 3/2024 , com a missão de acompanhar, auxiliar e propor ações relacionadas ao processo de recredenciamento. Esse grupo tem desempenhado um papel fundamental na disseminação de conhecimento e no fortalecimento da integração e comunicação entre as Unidades Administrativas do ILB, garantindo que todos participem ativamente do processo. No primeiro semestre de 2024, foi realizada uma roda de conversa com a presença de todos os gestores das Unidades Administrativas do ILB. Na ocasião, foram apresentados esclarecimentos sobre o significado de o ILB ser uma instituição credenciada pelo Ministério da Educação. Além disso, o grupo tem se reunido periodicamente, e os insumos gerados a partir dessas discussões vêm resultando em mudanças significativas na gestão da Escola .
Meta (c)	Implementar, até 2023, um projeto interno de ambientação de novos colaboradores no âmbito do ILB.	Cumprida parcialmente no âmbito do ILB para a recepção de novos servidores efetivos. Carece a adoção da mesma metodologia para a ambientação de quadros comissionados, de servidores efetivos transferidos de outras áreas internas, de terceirizados e de estagiários.

Objetivo 2 Qualificação do corpo técnico do ILB		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Executar uma oficina para a construção de projetos pedagógicos de cursos do ILB, tendo como público prioritário servidores do ILB, extensível a eventuais colaboradores educacionais interessados, até julho de 2023.	Cumprida. Realizada a 1ª Oficina Pedagógica Integrativa, em 2023, envolvendo todas as coordenações de ensino – COESUP, COTREN e COINTER.
Meta (b)	Formar 15 multiplicadores para as diversas Oficinas Interlegis até dezembro de 2024.	Cumprida. Desde 2021, o Interlegis formou 17 novos multiplicadores. O leque de facilitadores das Oficinas Interlegis cresceu com a participação de novos servidores.
Meta (c)	Treinar 30 dos colaboradores para atuar como Monitores nas ações educacionais EAD.	Em andamento. No caso de cursos on-line com tutoria da plataforma Saberes, são realizadas oficinas com conteudistas e facilitadores antes do início da ação educacional. Contudo, considerando que a oferta de cursos dessa modalidade é reduzida e sem periodicidade definida, não é possível estabelecer uma previsão da quantidade de profissionais que serão treinados para essa atuação específica. Em 2024 não foi desenvolvido nenhum curso on-line com tutoria, logo, não houve demanda que corroborasse com essa meta. Contudo, apesar de não ser uma ação específica para o cumprimento dessa meta, destaca-se que a plataforma Saberes oferece o curso on-line sem tutoria "Mediação do Ensino e da Aprendizagem On-line", que contou com 31 matrículas de servidores do Senado Federal em 2024, dos quais 20 efetivamente concluíram a ação.

Fonte: Escritório Setorial de Gestão do ILB e Coordenações educacionais

5.1.5. Eixo Infraestrutura

Quadro 9 – Acompanhamento das Metas do PDI 2021-2025 – Eixo Infraestrutura

Objetivo 1 Adequação dos ambientes para o desenvolvimento de materiais de ensino EAD		
Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024

Meta (a)	Permitir a execução de pelo menos duas pós-produções simultâneas de material educacional voltado ao EAD até dezembro de 2022.	Cumprida. Existe Documento de Oficialização de Demanda (DFD) no órgão técnico para atualização das ilhas de edição do núcleo de multimídia.
Meta (b)	Adequar pelo menos duas salas de aula do ILB para o ensino híbrido, presencial e remoto simultaneamente até dezembro de 2022.	Cumprida. Os equipamentos foram instalados nas Salas 1, 5 (Auditório) e 7 (Núcleo Multimídia).
Meta (c)	Adequar o mobiliário das salas de aula do ILB para as metodologias ágeis até dezembro de 2024.	Cumprida (sala 08).

Objetivo 2 Adequação dos ambientes para a execução de eventos remotos

Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Criar pelo menos duas unidades de transmissão de eventos remotos até dezembro de 2023.	Cumprida. Os equipamentos foram instalados nas Salas 1, 5 (Auditório) e 7 (Núcleo Multimídia).
Meta (b)	Assinatura de ferramentas para interação on-line (Mentimeter, Mindmeister ou similares) até dezembro de 2023.	Cumprida. As licenças foram contratadas e distribuídas entre as áreas de ensino.

Objetivo 3 Adequação dos espaços para as ofertas de ensino presencial

Identificação	Meta	Situação em dezembro/2024
Meta (a)	Ampliar em pelo menos 50% a infraestrutura física de ensino presencial ou híbrida, atualmente disponível, por meio de parcerias até dezembro de 2025.	Cumprida por meio da parceria com o ISC (Instituto Serzedello Corrêa), que disponibilizou salas de aula, laboratório e auditório. Além disso, contou com a colaboração da ANTT e o uso das salas das comissões localizadas no prédio principal do Senado. Já a oferta de ensino híbrido foi viabilizada com a instalação de equipamentos de videoconferência nas Salas 1 e 5 (Auditório).
Meta (b)	Equipar, com uso de tecnologia de ponta, os ambientes de ensino presencial até dezembro de 2023.	Cumprida. A meta foi atingida no final de 2024, com a instalação dos equipamentos de videoconferência nas Salas 1 e 5 (Auditório).

Meta (c)	<p>Retomar o acesso presencial dos alunos da pós-graduação, ao menos 1 vez por semana, em horário alternativo, às dependências da Biblioteca do Senado Federal, até julho de 2023.</p>	<p>Cumprida. O acesso à Biblioteca do Senado Federal está regularizado (durante os dias úteis e em horário comercial) para alunos, professores e demais usuários.</p>
----------	--	---

Fonte: Escritório Setorial de Gestão do ILB

5.2. Projeto/processo de autoavaliação institucional

A CPA foi instituída no ILB em 2014 e, desde então, reúne-se periodicamente para tratar de assuntos relacionados à sua competência.

Atualmente, o colegiado é composto por 10 integrantes, representando os diversos segmentos da comunidade acadêmica: o ILB, a Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal, coordenadores de curso, docentes, discentes, técnicos-administrativos, coordenações educacionais e representantes da sociedade civil.

No ano de 2024, a CPA foi regulamentada pela Portaria do ILB nº 1/2024, que estabeleceu a realização de reuniões ordinárias trimestrais, com a possibilidade de convocações extraordinárias sempre que necessário. O Quadro 10 detalha as datas e os temas abordados em cada reunião realizada ao longo do ano.

O Plano de Autoavaliação Institucional 2023-2025, que define diretrizes para orientar os trabalhos da CPA até o término da vigência do atual PDI, em 2025, tem sido objeto de discussão interna na CPA e sua implementação de fato contribui para o aperfeiçoamento dos processos de trabalho da Comissão.

Os instrumentos de avaliação consistem, principalmente, em questionários online, cujo preenchimento é obrigatório para a emissão de certificados em todas as ações educacionais do ILB. Além disso, os cursos de pós-graduação são avaliados por meio de encontros realizados ao final de cada edição, onde os egressos têm a oportunidade de compartilhar suas percepções sobre os pontos positivos e sugerir melhorias para futuras edições e para a atuação do ILB.

A CPA também promove pesquisas, por meio da Coordenação de Educação Superior, junto aos servidores do Senado Federal, com o objetivo de identificar demandas por cursos, preferências por modalidades, datas e horários de realização.

Os membros da CPA avaliam que o processo de autoavaliação institucional no ILB tem evoluído de forma satisfatória. No entanto, para ampliar a eficácia de suas atribuições, a comissão identificou a necessidade de maior suporte tecnológico e de pessoal, visando aprofundar as análises e a produção de informações estratégicas. Ciente dessa demanda, o ILB, por meio da Portaria nº 01/2024, estabeleceu o regimento da CPA e criou a figura de um apoio técnico para assessorar a comissão, medida que deve contribuir para dinamizar suas atividades nos próximos anos.

Quadro 10 – Reuniões da CPA realizadas no período de 2024

Data da reunião	Assuntos tratados
05/12/2024	Recredenciamento do ILB, junto ao MEC (Andamento do processo e Papel da CPA (PIL 1/2024); Substituição do representante da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal; Relatório Final de Autoavaliação Institucional 2022 a 2024 (Cronograma de elaboração)
05/09/2024	Recredenciamento do ILB, junto ao MEC, andamento do processo, Papel da CPA (PIL 1/2024); Apresentação da proposta de Carta de Serviços da CPA, ao colegiado e Proposta de alteração do Regimento Interno da CPA (PIL/2024).
03/07/2024	Instalação da CPA com seus novos membros, aprovação dos novos instrumentos de organização documental da CPA, apresentação da CPA aos novos membros.
27/03/2024	Aprovação do Relatório de Autoavaliação Institucional ano 2023.
07/03/2024	Apresentação da minuta do Relatório de Autoavaliação Institucional ano 2023.
29/02/2024	Aprovação do Boletim da CPA e do calendário de reuniões ordinárias da CPA para 2024.
06/02/2024	Ambientação dos novos membros da comissão; e Apresentação do SINAES, instituído pela Lei nº 10.861/2004.

Fonte: CPA

5.3. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino

A avaliação da coerência entre o PDI e as atividades de ensino requer que sejam elencadas todas as ações educacionais promovidas pelo ILB no ano de 2024, em suas diversas modalidades. Tal levantamento pode ser visto no Quadro 11, onde, para cada ação educacional, também é exibida a quantidade de alunos inscritos/matriculados.

Quadro 11 – Ações educacionais promovidas pelo ILB em 2024

Cursos de Pós-Graduação lato sensu	
Nome	Inscrições
Poder Legislativo e Direito Parlamentar	46
Cursos de Pós-Graduação em nível de extensão	
Nome	Inscrições
A Defesa Nacional e o Poder Legislativo ⁴	38
Direito Eleitoral	40
Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo	40

⁴ Curso em parceria com a Escola Superior de Defesa (ESD).

Eventos Interlegis⁵	
Nome	Inscrições
Oficinas de Comportamento e Imagem Pública: Cerimonial no Ambiente Legislativo	97
Oficinas de Mídias Sociais (Comunicação Integrada)	642
Oficinas de Gestão Pública Sustentável	316
Oficinas de LGPD	159
Oficinas de Licitações e Contratos	429
Oficinas de Revisão de Lei Orgânica e de Regimento Interno (Marcos Jurídicos)	642
Oficinas de Organização de Gabinete Parlamentar na Câmara Municipal	316
Oficinas de Planejamento Estratégico no Legislativo	142
Oficinas de Portal Modelo	528
Oficinas de SAPL - on-line	139
Oficinas de SAPL - Presencial	598
Oficinas de SAPL - Articulação e Compilação de Normas Jurídicas	297
Oficinas de SAPL - com Assinatura Digital ICP-Brasil	88
Oficinas de SAPL - Sessões Plenárias e Votação no Painel Eletrônico - SPVP	9
Treinamentos de curta duração	
Nome	Inscrições
1º Congresso Brasileiro de Direito Parlamentar	209
3ª Oficina de Segurança da Informação - Melhores Práticas de Autenticação de Usuários	33
3º Seminário da Rede de Equidade - Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão	142
4ª Oficina de Prevenção a Golpes Digitais: Perigos de Uso de Redes Inseguras	15
5ª Oficina de Segurança da Informação: Privacidade em Jogo - Como o tratamento de dados influencia o seu trabalho?	40
6ª Oficina de Segurança da Informação	47
Análise de Risco Aplicada à Inteligência Policial com Ênfase na Análise de Risco de Segurança Orgânica (Metologia ARSO) e de Pessoas	26
Arquimedes – Básico	18
Audiodescrição de Imagens	18

⁵ O produto “Oficinas de e-Democracia” foi descontinuado.

Autismo com Ênfase no Ambiente de Trabalho	25
Conversa com Especialistas - Mercado de Carbono	Evento Livre
Conversa com Especialistas - PL 2338/2023 - A regulamentação da Inteligência Artificial	Evento Livre
Elaboração dos Instrumentos de Planejamento e de Avaliação Institucional de Escola de Governo	23
Estatística e Análise de Dados Aplicada à Auditoria	23
Excelência no Atendimento ao Público (Turma 1)	10
Excelência no Atendimento ao Público (Turma 2)	16
Formação de Facilitadores do programa de Formação Gerencial (Turma 1)	12
Formação de Facilitadores do programa de Formação Gerencial (Turma 2)	14
Gestão e Preservação de Documentos Digitais	20
Inteligência Artificial Generativa	16
Inteligência Artificial Generativa – CONLEG	18
Inteligência Artificial - Noções Básicas para Gestores	21
Inteligência Artificial Preditiva	24
LexEdit - Emendas (Turma 1)	19
LexEdit - Emendas (Turma 2)	23
LexEdit - Emendas (Turma 3)	24
LexEdit - Emendas (Turma 4)	24
Libras - Básico	32
Linguagem Simples aplicada à Redação Oficial	27
Maratonando a Inteligência Artificial Generativa	363
Mentoria de Facilitadores de Aprendizagem	16
Noções de QLIK Sense aplicadas ao contexto dos Gabinetes Parlamentares	13
Novo Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo do Senado Federal	13
Oficina Adobe - Design Gráfico	74
Oficina Adobe: NAB Insights	56
Oficina Privacidade em Jogo: Como o tratamento de dados influencia o seu trabalho?	38
Português e Redação Oficial na Prática (Turma 1)	26
Português e Redação Oficial na Prática (Turma 2)	31
Privacidade e Proteção de Dados: Teoria e Prática	67
Privacy by Design (Turma 1)	27

Privacy by Design (Turma 2)	24
Processo Legislativo Constitucional e Regimental para a Consultoria Legislativa	35
Processo Legislativo Constitucional - Noções Básicas (Turma 1)	25
Processo Legislativo Constitucional - Noções Básicas (Turma 2)	23
Processo Legislativo Orçamentário - Noções Básicas (Turma 1)	31
Processo Legislativo Orçamentário - Noções Básicas (Turma 2)	30
Processo Legislativo Orçamentário - Noções Básicas (Turma 3)	28
Processo Legislativo Regimental - Noções Básicas (Turma 1)	30
Processo Legislativo Regimental - Noções Básicas (Turma 2)	28
Programa Construindo o Futuro - Palestra: Alimente o seu Cérebro e Conquiste a sua Longevidade	38
Programa Construindo o Futuro - Palestra: Empreendedorismo	46
Programa Construindo o Futuro - Palestra: Novos Tempos, Novos Começos: Viver Bem Após os 50	21
Programa Construindo o Futuro - Palestra: Requisitos para se Aposentar e Mudanças no Vencimento	29
Programa Construindo o Futuro - Planejamento Financeiro para a Aposentadoria	25
Programa Construindo o Futuro - Semana: Refletir sobre o Futuro	6
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Caixa de Ferramentas Gerenciais	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 – Disciplina: Senado Sistêmico	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 – Inovação	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Liderança e Gestão de Equipes	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Organização do Trabalho	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 – Palestra: Da informação à ação: O poder dos Dados no Senado Federal	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Palestra: Quanto vale meu tempo?	20
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Poder e Influência nas Organizações	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Roda de Conversa: Gestão e Governança - E eu com isso?	41
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Técnica x Política: Rivais ou Aliados	22
Programa de Liderança para mulheres	17
Programa de Liderança para Mulheres Negras (Turma 1)	20
Programa de Liderança para Mulheres Negras (Turma 2)	13

Regimento Interno Avançado	70
Roda de Conversa PFG - Temas Transversais - Diversidade, Equidade, Combate ao Assédio, Acessibilidade e Preservação Ambiental	9
Roda de Conversa PFG - Temas Transversais - Segurança Cibernética, LGPD e IA	11
Seminário de Educação Midiática - Cenário, políticas, exemplos e impactos	137
Sistema Lexor - Apresentação de Emendas ao PLOA (Turma 1)	49
Sistema Lexor - Apresentação de Emendas ao PLOA (Turma 2)	50
Workshop de Processo Legislativo e Orçamento para Oficiais da Marinha	34

Cursos livres com tutoria – Plataforma Saberes

Não houve oferta de curso nesse formato em 2024

Cursos livres sem tutoria – Plataforma Saberes

Nome	Inscrições
Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Parceria STJ/ILB)	2700
Assédio Moral e Sexual no Trabalho	10948
Assédio Moral e Sexual no Trabalho - Exclusiva IF Sul de Minas	30
Cerimonial no Ambiente Legislativo	2635
Cidadania e Democracia na Escola	2919
Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico	6762
Desenvolvimento de Equipes	4902
Dialogando sobre a Lei Maria da Penha	17290
Direito Eleitoral - Turma 1	5675
Doutrina Política: Liberalismo	2611
Doutrina Política: Novas Esquerdas	881
Doutrina Política: Social-Democracia	1056
Doutrina Política: Socialismo	1007
Estado e Organizações da Sociedade Civil: MROSC	1803
Estatuto da Igualdade Racial	2751
Ética e Administração Pública	10556
Excelência no Atendimento	6846
Fundamentos da Integração Regional: O Mercosul	717
Gestão Estratégica com foco na Administração Pública	6768
Introdução ao Controle Interno	2411
Introdução ao Direito Constitucional	16507

Introdução ao Direito do Consumidor	9573
Introdução ao Orçamento Público	3676
Lei de Acesso à Informação	3933
Llicitação e Contratos Administrativos: Um olhar para a Lei 14.133, de 2021	14838
Mediação do Ensino e da Aprendizagem On-line	2564
O Poder Legislativo	2788
O Poder Legislativo Municipal no Brasil	2015
Orçamento Público Avançado	3602
Ouvidoria na Administração Pública (Parceria ILB/CGU)	1130
Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal	337
Política Contemporânea	3192
Processo Legislativo Federal	2313
Processo Legislativo Regimental	832
Racismo Estrutural e Práticas Antirracistas	6677
Siga Brasil Relatórios	82
Transparência Legislativa	1307

Fonte: Coordenações Educacionais do ILB

A coerência entre o PDI e as ações educacionais do ILB é fundamental para assegurar uma estratégia educacional eficaz e alinhada aos objetivos institucionais. O PDI atua como um guia estratégico, estabelecendo metas, diretrizes e políticas para o desenvolvimento da instituição em um período determinado. Esse alinhamento garante que as iniciativas educacionais sejam implementadas com base nas necessidades e prioridades identificadas no plano, otimizando os resultados alcançados.

Ao integrar os objetivos educacionais com a visão de longo prazo, o ILB tem construído um ambiente em que todos os esforços convergem para o fortalecimento da identidade institucional. Essa integração promove a colaboração entre as diferentes áreas da instituição e amplia o impacto das iniciativas educacionais.

Outro aspecto relevante é a credibilidade e a reputação do ILB. Ao longo dos anos, a instituição tem demonstrado consistência entre as propostas apresentadas no PDI e a execução de suas ações educacionais, fato evidenciado pelos resultados obtidos por meio de diversos instrumentos e estratégias de avaliação. Essa credibilidade é reconhecida tanto pelos alunos internos e externos quanto pelos parceiros institucionais, consolidando a confiança no trabalho desenvolvido pelo ILB.

Vale destacar que a maioria dos cursos oferecidos pelo ILB está incluída no Plano de Capacitação dos Servidores do Senado Federal (PCASF), o qual é submetido e

aprovado pelo Conselho de Supervisão do ILB. Composto por representantes da alta direção do Senado Federal e da diretoria do ILB, esse colegiado garante que apenas ações educacionais alinhadas aos interesses estratégicos da instituição sejam autorizadas.

Nesse contexto, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) reconhece que as atividades de ensino e disseminação do conhecimento desenvolvidas em 2024 buscaram fortalecer e aprimorar a missão central do ILB, mantendo uma relação direta com os objetivos, metas e projetos estratégicos propostos no PDI.

5.4. Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológicas, artísticas e culturais

Um dos princípios da política de capacitação do Senado Federal é o "Fomento à produção de conhecimentos e competências por meio do desenvolvimento de pesquisas sobre temas relacionados à missão institucional do Senado". No âmbito das ações sob responsabilidade do ILB, esse princípio se concretizou em uma das metas do PDI 2021-2025, que prevê a implementação de pelo menos um grupo de pesquisa vinculado aos diretórios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) até dezembro de 2025.

Destacam-se também as produções científicas dos estudantes dos cursos de pós-graduação, especialmente por meio de trabalhos de conclusão de curso. Em 2024, não houve produções concluídas, uma vez que as defesas estão previstas para ocorrer no primeiro semestre de 2025. Nos cursos de extensão em nível superior, há um estímulo à produção e à publicação de artigos científicos gerados em disciplinas integradoras dessas ações educacionais.

Para apoiar a realização de estudos e pesquisas, os discentes têm acesso a um relevante acervo bibliográfico e de periódicos, disponibilizado pela Biblioteca do Senado Federal e sua rede associada, que oferece serviços especializados de apoio à pesquisa. Da mesma forma, a Coordenação de Arquivo do Senado Federal disponibiliza uma área dedicada à investigação documental, ampliando as possibilidades de pesquisa.

No âmbito tecnológico, merece destaque a realização do Encontro Nacional do Grupo Interlegis de Tecnologia (EnGitec), que em 2024 celebrou sua 14ª edição. Trata-se do maior evento de tecnologia e inovação do Legislativo, reunindo aproximadamente 300 participantes entre os dias 3 e 7 de junho. O evento promoveu o intercâmbio de ideias sobre o conceito de "Legislativo Inteligente", o uso de Inteligência Artificial (IA) e a troca de conhecimentos sobre temas tecnológicos, por meio de oficinas e painéis. O público foi diversificado, incluindo Presidentes de Câmaras Municipais, Vereadores e membros de Assembleias Legislativas.

Além disso, o ILB tem promovido eventos técnico-científicos para disseminar o conhecimento produzido por servidores que concluíram cursos de pós-graduação stricto sensu, tanto no Brasil quanto no exterior. Em 2024, foram realizados 16 eventos desse

tipo, a maioria aberta não apenas a servidores do Senado Federal e órgãos parceiros, mas também a estudantes e ao público em geral.

5.5. Coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: inclusão social

Algumas das ações empreendidas pela instituição no que diz respeito à promoção da equidade ao longo de 2024 são apresentadas a seguir. Para alimentação deste campo, foram usados como subsídios o relatório de Gestão de 2024 do Comitê de Equidade de Raça e Gênero do Senado⁶ e o relatório do Núcleo de sustentabilidade e acessibilidade do Senado-NCAS⁷:

A busca pela equidade, valorização da diversidade e inclusão integra um movimento global que visa assegurar que todos os indivíduos de uma comunidade sejam reconhecidos, respeitados e plenamente capacitados a contribuir, independentemente de suas características pessoais. Nesse contexto, políticas de equidade, diversidade e inclusão tornam-se fundamentais, como a proposta em questão, que busca fortalecer culturas organizacionais e governanças corporativas comprometidas com a diversidade, incorporando esses valores às agendas ESG (*Environmental, Social, and Governance*).

Em dezembro de 2024, o Senado Federal instituiu sua **Política de Diversidade, Equidade e Inclusão** por meio do Ato da Comissão Diretora nº 16/2024. A criação dessa política atende à Meta 4.3 do Plano de Equidade de Gênero e Raça para o biênio 2024-2025, complementando as iniciativas já existentes de sustentabilidade social e acessibilidade. Essa medida reforça o compromisso do Senado com a promoção da diversidade, equidade e inclusão na gestão pública, alinhando-se a tratados internacionais e melhores práticas de governança, além de contribuir para uma sociedade mais justa e sustentável.

Lançamento do 3º Plano de Equidade de Gênero e Raça (PEGR)
O **Plano de Equidade de Gênero e Raça (PEGR)** é a principal ferramenta de gestão adotada pelo Senado Federal para orientar ações voltadas à promoção da igualdade de gênero e raça. A terceira edição do PEGR, para o biênio 2024-2025, foi lançada em março de 2024 durante uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Desenvolvido de forma colaborativa, o plano contou com a participação de 21 representantes de 19 setores da Casa, sob a coordenação do **Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça**.

O PEGR está estruturado em **32 objetivos**, organizados em cinco eixos temáticos:

- 1. Comunicação**
- 2. Educação e Cultura**
- 3. Cultura Organizacional**

⁶ - [Relatório de Gestão 2024 final Equidade.docx](#)

⁷ - [Relatório Ncas sustentabilidade e acessibilidade.docx](#)

4. Gestão 5. Saúde

Com prazo de execução de 24 meses, o plano visa promover transformações significativas no ambiente institucional, garantindo maior equidade e inclusão.

Em dezembro de 2024 foi instituída a *Política de Diversidade, Equidade e Inclusão do Senado Federal*, através do [Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2024](#). A elaboração de uma Política dessa natureza para o Senado, que já conta com políticas de sustentabilidade social e acessibilidade, está prevista na meta 4.3 do *Plano de Equidade de Gênero e Raça* para o biênio 2024-2025, e vem suprir essa demanda, possibilitando que o Senado Federal continue promovendo, de forma pioneira e alinhada com o disposto em tratados internacionais sobre o tema e com as melhores práticas de governança institucional e corporativa, a diversidade, equidade e inclusão na gestão pública, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Grupo de Trabalho de Afinidade LGBTQIA+

Em junho, mês do Orgulho LGBTQIA+, o Senado Federal deu um passo significativo para promover um ambiente organizacional mais inclusivo e acolhedor ao instituir o **Grupo de Trabalho de Afinidade LGBTQIA+**, por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 2149/2024. Composto por 30 colaboradores engajados na pauta, o GT tem como missão debater vivências, organizar demandas e promover um espaço de escuta e diálogo.

Em uma sociedade diversa, é essencial adotar iniciativas que atendam às necessidades de grupos minoritários. O GT de Afinidade LGBTQIA+ não apenas fortalece a inclusão dentro do Senado, mas também identifica melhorias necessárias em respeito e equidade, contribuindo para a formulação de políticas internas que contemplem as demandas da comunidade LGBTQIA+.

Contratação de Mulheres Trans e Celebração do Orgulho LGBTQIA+

No mês de junho, o Senado Federal reforçou seu compromisso com a diversidade ao contratar três mulheres trans como copeiras: Andy Amazonas, Scarlety Pereira e Maria Luiza Cardoso. Essa iniciativa é de extrema relevância, considerando as condições de violência e desemprego enfrentadas pela população trans. O Brasil lidera, pelo 15º ano consecutivo, o ranking de assassinatos de pessoas trans, conforme o 7º Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). A contratação de pessoas trans é um passo fundamental para tornar o Senado um ambiente mais justo e igualitário, conectando a instituição às demandas sociais e promovendo transformações significativas.

Rodas de Leitura

Ao longo do ano, o Senado promove rodas de leitura e debates sobre livros que abordam temas de diversidade, equidade e inclusão. Em novembro, é realizada uma edição especial com foco na interseccionalidade de gênero e raça. Em 2024, o livro escolhido foi *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, de Conceição Evaristo, que aborda a

violência contra a mulher em suas diversas formas. A mediação foi conduzida pela colaboradora Antonia Ladyjane, destacando a importância da discussão sobre questões de gênero e raça.

Ações do Março Mulheres

Em março, em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres, o Senado promoveu uma série de ações para refletir sobre os direitos das mulheres e as desigualdades de gênero e raça. Entre as iniciativas, destacaram-se:

- A Campanha *Tudo para Elas*;
- Oficinas e audiências públicas temáticas;
- Parceria com a Carreta do SESC para a realização de exames preventivos, como Papanicolau e mamografia;
- Rodas de conversa e palestras.

A campanha também incluiu ações direcionadas à sociedade, como a doação de itens de higiene pessoal e beleza para mulheres em situação de vulnerabilidade. Essas iniciativas reforçam o compromisso do Senado com o bem-estar e a valorização das mulheres no ambiente de trabalho e na sociedade.

21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Meninas e Mulheres

No dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, o Senado iniciou as ações dos **21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Meninas e Mulheres**, destacando a vulnerabilidade das mulheres negras, que enfrentam dupla discriminação de gênero e raça. As atividades incluíram:

- Publicação de artigos e palestras educativas;
- Lançamento de obras bibliográficas, como *Senadoras: Dados Biográficos (1979-2024)* e o volume 11 da *Coleção Escritoras do Brasil*;
- Realização do 3º Seminário *Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão*.

O encerramento das atividades contou com o **II Seminário Expressões e Vivências Negras**, realizado em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis). O evento reuniu nomes como a escritora Cristiane Sobral, a ilustradora Vanessa Ferreira (Preta Ilustra), a especialista Fayda Belo e o artista Sanagê Cardoso, promovendo reflexões sobre o combate ao racismo e a valorização da cultura negra.

Inclusão de Mulheres e Meninas na Ciência

Em fevereiro, o Comitê Permanente pela Promoção pela Igualdade de Gênero e Raça (Coprig) e a Secretaria de Tecnologia da Informação (Prodasen) promoveram um encontro com jovens aprendizes para discutir o tema “**Mulher, Ciência e Tecnologia**”, em celebração ao Dia das Mulheres e Meninas na Ciência (11 de fevereiro). O evento

contou com palestras do diretor do Prodasen, Gleison Carneiro, da servidora Patrícia Araújo e da astronauta Karen Reis, inspirando jovens a seguirem carreiras científicas.

Feira do Livro

Em 2024, o Senado Federal marcou presença em importantes eventos literários, como a 27ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo e a 70ª Feira do Livro de Porto Alegre. Nos estandes interativos, foram destacadas iniciativas institucionais voltadas à promoção da equidade, como o projeto Racismo em Pauta e o Programa de Liderança para Mulheres Negras. Além disso, painéis sobre a Coleção Escritoras do Brasil, sob o tema *Escrita Feminina: Equidade Literária como Política Editorial*, reforçaram o compromisso do Senado com a valorização da literatura e da diversidade, dando visibilidade a autoras brasileiras historicamente silenciadas.

A participação nessas feiras consolidou o papel do Senado como promotor de diversidade, equidade e inclusão por meio de ações educativas e culturais, fortalecendo sua conexão com a sociedade e ampliando o impacto de suas iniciativas.

Em 2024, o **Programa de Formação Gerencial (PFG)** do Senado Federal lançou sua versão 3.0, reforçando o compromisso com a capacitação de servidoras(es) e o desenvolvimento de competências em gestão e liderança alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição. Como parte dessa atualização, foram realizadas a palestra "**Liderança Inclusiva no Senado**" e uma **Roda de Conversa** com as(os) facilitadoras(es) das disciplinas do programa. O encontro teve como objetivos alinhar as diretrizes do PFG 3.0, sensibilizar sobre a integração de temas transversais ao desenho instrucional, abordar desafios gerenciais e sugerir atividades práticas para o programa. Além disso, foram produzidos vídeos em formato de pílulas sobre diversidade, equidade e inclusão, ampliando o alcance e o engajamento em torno desses temas essenciais.

Publicações

As Aventuras de Diófanes

O livro *As Aventuras de Diófanes*, de Thereza Margarida da Silva e Orta, romance português publicado originalmente em 1752, foi o décimo primeiro volume lançado da **Coleção Escritoras do Brasil**. A obra, que narra as aventuras e desafios de uma família real da Grécia Antiga, aborda temas como absolutismo, participação feminina na política e abolição da escravatura. A coleção visa dar visibilidade a autoras brasileiras historicamente silenciadas, cujas obras, apesar de sua relevância literária e inovação, foram negligenciadas e sub-representadas. Todos os livros da coleção estão em domínio público e são selecionados como parte de uma iniciativa para promover maior engajamento e memória em torno da produção literária feminina.

Cartilha da Vereadora

Elaborada pelo **Programa Interlegis** do ILB, em parceria com o **COPRIG** e diversos setores da Casa, a **Cartilha da Vereadora** oferece orientações para atuais e futuras parlamentares municipais. A publicação incentiva a equidade de gênero nas

câmaras municipais e serve como base para vereadoras em exercício e recém-eleitas. A cartilha foi distribuída em municípios e está disponível em versão digital.

Papos que transformam

Idealizado para discutir temas urgentes da sociedade contemporânea, o **Papos que transformam** é uma iniciativa fruto da parceria entre o **Tribunal de Contas da União (TCU)** e o Senado, com o apoio do **Sindilegis**. Em 2024, foram realizadas edições com os seguintes temas:

- Bem-estar aos 50+;
- Conectando redes sociais, saúde mental e diversidade;
- Combate ao capacitismo: desconstruindo barreiras;
- Expressões e vivências negras em movimento.

Conquista do Prêmio Lusófonos

Durante o mês de março, o Senado Federal e o TCU, em parceria com o Sindilegis, promoveram uma campanha em conjunto com os comitês de equidade das instituições. A ação incluiu a produção de um vídeo com depoimentos de 22 mulheres colaboradoras, de diferentes perfis físicos e cargos, que compartilharam relatos de violência e discriminação sofridos no ambiente de trabalho. Os vídeos foram exibidos em totens instalados no Senado e no TCU, destacando histórias que refletem experiências comuns. A campanha foi reconhecida internacionalmente com o Prêmio Lusófonos da Criatividade, na categoria Sustentabilidade – Gênero e Diversidade.

Participação em eventos e benchmarking:

O Senado Federal é uma instituição de vanguarda na promoção da diversidade, equidade e inclusão, com mais de uma década de iniciativas e ações voltadas para essa temática. Esse histórico consolidado faz com que seja constantemente procurado por outras instituições interessadas em conhecer e adotar suas boas práticas.

Além de realizar dezenas de reuniões de *benchmarking* anualmente, o Senado participa ativamente de eventos e palestras para compartilhar suas experiências e avanços na área, destacando-se em diversas ocasiões como referência no assunto. A seguir, são apresentadas algumas dessas iniciativas de destaque.

14º Encontro de Coordenadores e Representantes Estaduais do Sindilegis (XIV Encore):

O Senado Federal participou do 14º Encontro de Coordenadores e Representantes Estaduais do Sindilegis (XIV Encore) conduzindo o painel que discutiu sobre a discriminação no ambiente de trabalho e apresentou o histórico do Senado de ações pela promoção da equidade.

Encontro do Grupo Interlegis de Tecnologia – 14º EnGitec - Legislativo Inteligente:

No 14º Encontro do Grupo Interlegis de Tecnologia – Legislativo Inteligente, foi realizada a oficina "O Legislativo Inteligente é Diverso", que discutiu temas como racismo algorítmico e o impacto dos vieses inconscientes na criação de soluções tecnológicas.

O evento, focado na modernização do Legislativo, buscou explorar abordagens inovadoras para promover a transparência, fortalecer a participação cidadã e aprimorar os processos legislativos. Essas reflexões não apenas contribuíram para o aperfeiçoamento da governança, mas também para a qualificação dos serviços públicos, incorporando práticas mais inclusivas e eficientes na administração legislativa.

Parcerias

VIII Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas:

O Senado Federal participou da mesa-redonda "Promovendo a Diversidade e a Inclusão no Âmbito Jurídico em Consonância com a Agenda 2030", organizada pelo Grupo de Profissionais em Informação e Documentação Jurídica – GIDJ Brasil. Integrando o evento com o tema central "Informação Jurídica, Sociedade e Cidadania", a discussão proporcionou um espaço para debater a modernização e inclusão no setor jurídico.

A mesa-redonda destacou a importância da diversidade e inclusão no contexto jurídico, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. O Senado contribuiu com suas iniciativas voltadas à equidade de gênero, raça e acessibilidade no setor público, compartilhando experiências institucionais que fortalecem a governança inclusiva e a cidadania ativa. Além disso, foram abordadas as tendências em documentação e informação jurídicas, os desafios enfrentados pelos profissionais da área no mercado de trabalho e o papel crescente da inteligência artificial (IA) na gestão de informações jurídicas.

Grupo de Trabalho

Grupo de trabalho para propor a inclusão contratual de políticas voltadas à diversidade e combate ao assédio moral e sexual e outras formas de violência no ambiente de trabalho

O Grupo de Trabalho foi designado por meio da Portaria da Diretoria-Geral nº 3006, de 2024, com o objetivo de dar cumprimento ao Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal (PEGR), biênio 2024-2025, especificamente da meta 4.5.4. *Propor a inclusão contratual de políticas voltadas à diversidade e ao combate ao assédio no contexto laboral, considerando as novas disposições da legislação, incluindo a Lei nº 14.457/2022, os Decretos nº 11.430/2023 e 12.174/2024.* Busca-se garantir um ambiente de trabalho inclusivo, seguro e respeitoso, consolidando o papel do Senado Federal como modelo em responsabilidade social.

Realizado entre agosto e dezembro de 2024, o GT encaminhou propostas de medidas para a implementação de políticas voltadas à diversidade e ao combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, com ênfase na inclusão contratual dessas diretrizes por meio de ferramentas como o Índice de Medição de Resultado (IMR), com componentes sociais específicos, como o "IMR Social", para avaliar o impacto das ações

de responsabilidade social das empresas contratadas. Estas iniciativas refletem o compromisso do Senado Federal com a construção de um ambiente laboral inclusivo, ético e seguro, em consonância com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, igualdade e eficiência administrativa. A implementação dessas medidas fortalecerá a cultura organizacional da Casa, contribuindo para a excelência na prestação de serviços e para o bem-estar de todos os trabalhadores e trabalhadoras.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que todos são iguais perante a lei. No entanto, é preciso que condições de acessibilidade sejam asseguradas para garantir uma participação social mais justa das pessoas com deficiência. O Senado atua nessa área desde o ano de 2005, quando foi criado o Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência. Em 2013, por meio do Ato da Comissão Diretora nº 15 de 2013, foi instituída a Política de Acessibilidade, que detalhou princípios, diretrizes e objetivos para garantir os direitos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito do Senado Federal.

Desde o ano de 2016, o Senado utiliza o Plano de Acessibilidade como ferramenta de gestão para planejar e monitorar as ações de promoção de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. O Plano de Acessibilidade foi construído de forma colaborativa, entre representantes de unidades do Senado e dos servidores com deficiência, que compõem o Grupo de Trabalho (GT) de Acessibilidade.

Plano de Acessibilidade do Senado Federal

O Plano de Acessibilidade é o instrumento de gestão de acessibilidade no Senado Federal, com a materialização das ações realizadas pelos diversos setores da Casa a fim de promover acessibilidade, inclusão e participação social plena e efetiva de pessoas com deficiência.

O objetivo do Plano é permitir o monitoramento das ações de acessibilidade com reuniões setoriais do Grupo de Trabalho e constante acompanhamento das unidades envolvidas.

A quinta versão do Plano de Acessibilidade para o biênio 2024/2025 foi construída por meio de reuniões do GT. Foi lançada em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em dezembro de 2023, e aprovada pelo Ato da Diretoria-Geral nº 32/2024. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/644779>

Acessibilidade – Gestão de Pessoas

A Acessibilidade do Senado Federal monitora semestralmente o quantitativo de parlamentares, servidores (efetivos e comissionados), estagiários, jovens aprendizes e terceirizados com deficiência. O total de vínculos é de 9.792, sendo que, entre os servidores efetivos, 2.162 pessoas estão vinculadas, com 89 delas sendo PCDs, representando 4,12%. Entre os servidores comissionados, são 3.926, com 45 PCDs, o que corresponde a 1,15%. No caso dos terceirizados, são 3.207 vínculos, com 91 pessoas com deficiência, o que equivale a 2,84%. O número de jovens aprendizes é de 85, com 8 PCDs, representando 9,41%. Por fim, há 412 estagiários, sendo 11 PCDs, o que resulta em

2,67%. No total, entre todos os tipos de vínculo, há 244 pessoas com deficiência, o que corresponde a 2,49% do total de vínculos.

Obras e Reformas

O quantitativo de obras executadas, referentes às reformas realizadas em banheiros, calçadas, construção de rampas, entre outras ações para a viabilização de acessibilidade arquitetônica e urbanística apresentou um aumento com o retorno do trabalho presencial, concluindo projetos realizados anteriormente.

Reserva de Vagas nos Estacionamentos

Em todos os estacionamentos do Senado Federal, há reserva de vagas para pessoas com deficiência e pessoas idosas.

Impressões em Braille e recursos de acessibilidade

O Serviço de Impressão em Braille (SEIB), vinculado à Secretaria de Publicações e Editorações (SEGRAF), produz materiais como livros, folders e cartões de visita em Braille.

O Senado Federal possui contratos na área de recursos de acessibilidade: Língua Brasileira de Sinais (Libras), Legenda em tempo real e Audiodescrição para eventos. Os serviços são prestados sob demanda.

Empréstimo de Equipamentos e Atendimentos de Acessibilidade

A equipe de atendimento de Acessibilidade Assistida realiza empréstimos de cadeiras de rodas manuais e triciclos motorizados para senadores, colaboradores e visitantes, conforme solicitação. Realiza também o atendimento direcionado a pessoas com deficiência, de modo a lhes proporcionar, de forma adequada, o ingresso e trânsito nas dependências do Senado Federal.

Acessibilidade Assistida é uma ação contínua do Senado Federal. Atualmente, há assistência nas portarias do Senado Federal, com atendimento concentrado no Salão Negro para atender aos visitantes, coordenado pela Secretaria de Polícia (SPOL), além de atendimento ao público interno, sob a responsabilidade do Serviço de Ações de Acessibilidade (SEACE). No ano de 2024, foi realizado um total de 851 atendimentos de Acessibilidade, contando os empréstimos de equipamentos e atendimentos de assistência.

Oficinas de Sensibilização e Vivências

Periodicamente, o SEACE realiza ações para sensibilização dos colaboradores do Senado Federal por meio de oficinas e cursos na área de Acessibilidade, como: atendimento a pessoas com deficiência, Libras e Braille. O objetivo é sensibilizar os colaboradores da Casa sobre acessibilidade e capacitar-los sobre como realizar o atendimento adequado das pessoas com deficiência.

Eventos - Acessibilidade

Com o objetivo de transmitir conhecimento sobre acessibilidade em diversas perspectivas, promover trocas de experiências para inclusão da pessoa com deficiência, conhecer as demandas de funcionários e visitantes com deficiência e divulgar as ações de acessibilidade promovidas no Senado. No ano de 2024, foram realizados 7 eventos.

Oficina de Educação Ambiental para pessoas com deficiência

Com o intuito de promover a inclusão por meio da solidariedade e sustentabilidade, os acolhidos com deficiências múltiplas na Pestalozzi, que são assistidos por uma equipe multidisciplinar, participaram de uma visita ao viveiro do Senado. Durante a visita, tiveram a oportunidade de percorrer uma trilha de acessibilidade e, em seguida, participaram de uma atividade de confecção de arranjos botânicos com materiais naturais.

A oficina contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas com deficiência atendidas pela associação.

Oficina: Educadores mais inclusivos

A Oficina Educação mais inclusiva foi realizada no Senado Federal nos dias 8 e 9 de outubro, no auditório Senador Antônio Carlos Magalhães.

Na terceira edição do projeto em Brasília, com apoio do Senado Federal, a oficina Educadores +Inclusivos trouxe a temática de Inteligência Emocional. O Workshop propôs um caminho para entender e conviver melhor com nossas emoções e as dos outros.

Baseada na teoria de que não devemos controlar ou eliminar pensamentos, mas sim acolher e integrar emoções, a prática busca promover autopercepção, empatia e um crescimento pessoal por meio do reconhecimento e manejo emocional. A partir de exercícios vivenciais, as pessoas participantes foram convidadas a refletir sobre suas reações emocionais, identificando sensações corporais, pensamentos e tendências de ação, com o objetivo de alcançar maior equilíbrio emocional e melhorar suas relações interpessoais.

Festival de Cinema Acessível Kids - Exibição do filme “Meu malvado favorito 2” com recursos de Acessibilidade

O Festival de Cinema Acessível *Kids*: a serviço de inclusão educacional, foi realizado no Cine Brasília no dia 9 de outubro, em parceria com o Senado Federal. No festival, foi exibido o filme “Meu Malvado Favorito 2” com recursos de acessibilidade como: audiodescrição, legenda descritiva e janela de Libras. Cerca de 200 pessoas, entre estudantes de escolas públicas do DF, pessoas atendidas por instituições para pessoas com deficiência, e público esporádico, compareceram à sessão de cinema acessível.

18ª Semana de valorização da pessoa com deficiência

O Núcleo de Coordenação de Ações de Responsabilidade Social (Ncas), por meio do SEACE, promoveu, entre os dias 2 e 5 de dezembro, a 18ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência (SVPD). O evento ocorre em alusão ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, celebrado em 3 de dezembro, e ao Dia Nacional da Acessibilidade, comemorado em 5 de dezembro.

A programação da 18ª SVPD teve início no dia 2 de dezembro com a abertura oficial, que incluiu a exposição *Niemeyer: Utopia do Movimento*, do fotógrafo espanhol Juan Carlos Vega. Inspirada na arquitetura de Oscar Niemeyer, a mostra apresentou fotografias táteis, oferecendo uma visão poética e acessível de Brasília, com descrições em Braille. Ainda durante a abertura, foi inaugurado o projeto *Caminho Feliz*, que revitalizou 2.400 metros de calçadas, rampas e acessos. A iniciativa integrou pontos de transporte coletivo às dependências da Casa, eliminando barreiras físicas e promovendo maior segurança e conforto para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

No mesmo dia, teve início a Campanha Capacitismo não tem vez, realizada na intranet, com o objetivo de conscientizar sobre o respeito às diferenças e combater atitudes preconceituosas.

No dia 3 de dezembro, foi promovida a roda de conversa *Diálogos sobre o Autismo: Experiências e Inclusão no Ambiente de Trabalho*. O evento, realizado pelo SEACE com o apoio do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SESOQVT), contou com a participação de três convidados: a servidora Renata L. Freitas de Oliveira (mãe de uma pessoa autista nível 3), o servidor Felipe do Amaral M. Martins (autista nível 1) e o especialista Edilson B. do Nascimento (Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB). Durante a roda de conversa, os participantes compartilharam experiências e discutiram desafios e soluções para tornar o ambiente de trabalho mais inclusivo e acessível para pessoas com autismo e seus familiares.

Encerrando a semana, no dia 5 de dezembro, foi realizado um treinamento voltado ao atendimento de pessoas com deficiência que trabalham ou visitam o Senado Federal. A ação buscou sensibilizar os colaboradores da Coordenação de Visitação (COVISITA) e da Secretaria de Polícia do Senado Federal (SPOL), promovendo maior empatia e interação durante a prestação de serviços. Durante o treinamento, foram compartilhadas dicas práticas para um atendimento inclusivo e respeitoso, assegurando que todos os visitantes e colaboradores fossem recebidos com qualidade e atenção.

Participação em Eventos

5º Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

A 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência aconteceu nos dias 14, 15, 16 e 17 de julho de 2024, em Brasília (DF).

A conferência nacional reuniu representantes governamentais e da sociedade civil de todas as regiões do Brasil com o propósito de mapear desafios, debater e decidir prioridades para elaboração de políticas direcionadas às pessoas com deficiência. O evento consiste em um importante espaço democrático de diálogo e construção coletiva, fruto de mobilizações das comunidades, dos movimentos sociais e da gestão pública.

Workshop: Práticas e estratégias para promover a inclusão

No mês de setembro o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) - SP realizou ações de Acessibilidade por meio do programa Capacita. A chefe do SEACE foi convidada para palestrar no workshop “Práticas e Estratégias para promover a inclusão”, ocorrido no dia 18 de setembro.

Seminário: Ativismos para a luta anticapacitista no trabalho

Realizado no dia 24 de setembro de 2024, no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília - DF, com debates para promover reflexões, estabelecer estratégias institucionais e ações educacionais alusivas à Semana Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência.

O intuito era estimular a reflexão sobre a acessibilidade e inclusão, apresentar importantes iniciativas desenvolvidas na Justiça do Trabalho, além de dar cumprimento às disposições da Resolução CNJ nº 401/2021, estando, ainda, em consonância com o disposto no art. 1º, II, III, e IV, do ATO Nº 471/TST.GP e ATO CDEP.SEGPES.GDGSET.GP.Nº 182/2019.

Publicações SEACE- Serviço de Ações de Acessibilidade

A plataforma digital com publicações acessíveis foi desenvolvida com o objetivo de promover a inclusão e garantir a equidade no acesso à informação para todos os brasileiros. Atualmente, a plataforma conta com 18 publicações acessíveis e tecnologias que oferecem recursos adaptados, como leitura automática de textos, sincronização de legendas, tradução dos conteúdos em Libras, e disponibilização de arquivos digitais revisados para escuta com recursos do usuário ou para impressão privada em braille. A plataforma está publicada no portal institucional do Senado Federal, que visa garantir a acessibilidade.

Grupos de Trabalho

Rede de Acessibilidade - Grupo de trabalho interinstitucional

Constituída em 2017, por meio de Acordo de Cooperação, a Rede de Acessibilidade se caracteriza por um grupo de trabalho interinstitucional para discussão do tema Acessibilidade. Visa ainda a promover o intercâmbio de informações, experiências, tecnologias e logística no âmbito do poder público. Constitui-se por um conjunto de instituições: Senado Federal, Câmara dos Deputados, TJDF, TSE, TST, STF, TCU, TJDF, STJ, STM e TJTO. A Rede compartilha entre seus membros integrantes as melhores práticas relativas à acessibilidade e à inclusão social da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida. Tem como finalidade estimular o debate e promover a mobilização social e governamental para propagar ações voltadas para a consciência de cidadania em relação a esse coletivo.

A Rede de Acessibilidade tem como principais objetivos viabilizar o intercâmbio de experiências, boas práticas, informações, pesquisas, tecnologias e soluções de

acessibilidade. Além disso, busca aprimorar os processos de trabalho relacionados à promoção da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

A rede também visa realizar eventos e reuniões, além de constituir grupos de trabalho para o desenvolvimento de atividades ligadas à acessibilidade e inclusão. Outro objetivo importante é compartilhar recursos destinados a atividades educacionais, respeitando o direito à consignação expressa de autoria. A rede participa de eventos, elabora documentos conjuntos e desenvolve outras atividades relacionadas à sua finalidade.

Em maio de 2024, foi realizada eleição para compor a Comissão Gestora da Rede, tendo sido a chefe do SEACE eleita secretária.

Grupo de Trabalho do Plano de Acessibilidade

A Portaria da Diretoria-Geral nº 2299/2024 instituiu o Grupo de Trabalho (GT) para o planejamento e monitoramento do Plano de Acessibilidade do Senado Federal.

Além do SEACE, outros 13 setores integram o GT do Plano de Acessibilidade, bem como representantes de servidores e familiares de servidores com deficiência. O GT se reúne trimestralmente para monitoramento das ações.

Matérias de Acessibilidade

Em 2024 foram 27 matérias publicadas na intranet com a temática de Acessibilidade, além de 5 posts da Campanha Capacitismo não tem vez.

- [Senado produz e distribui calendários 2024 em braile — Senado Intranet](#)
- [Dia Mundial de Doenças Raras conscientiza sobre pesquisa e acolhimento aos pacientes — Senado Intranet](#)
- [Iluminação especial dá atenção às doenças raras — Senado Intranet](#)
- [Karin Kassmayer publica artigo acadêmico sobre as ações de acessibilidade do Senado — Senado Intranet](#)
- [Dia Mundial da Audição sensibiliza sobre a prevenção da perda auditiva — Senado Intranet](#)
- [Estímulos ajudam a desenvolver fala e deglutição em pessoas com síndrome de Down — Senado Intranet](#)
- [Visitantes com deficiência podem usar estacionamento do Anexo 1 aos finais de semana — Senado Intranet](#)
- [Dia de conscientização sobre o autismo: um convite para refletir sobre a inclusão de servidores com TEA — Senado Intranet](#)
- [RIL completa 60 anos com novo design acessível — Senado Intranet](#)
- [Obras melhoram a circulação de pedestres no Senado — Senado Intranet](#)
- [Dia Nacional de Libras é celebrado nesta quarta — Senado Intranet](#)
- [Iluminações do Senado conscientizam sobre doença rara, autismo e sustentabilidade — Senado Intranet](#)
- [Dia do Orgulho Autista é celebrado nesta terça-feira \(18\) — Senado Intranet](#)
- [Senado inaugura Sala Verde e trilhas acessíveis no Viveiro — Senado Intranet](#)
- [Trabalho da Sinfra serve de referência para acessibilidade na sede da ONU — Senado Intranet](#)

- [Iluminação conscientiza sobre deficiência intelectual e primeira infância — Senado Intranet](#)
- [Liga do Bem e Ncas promovem oficina inclusiva no Viveiro do Senado — Senado Intranet](#)
- [Secom produz vídeos em Libras para Manual de Comunicação — Senado Intranet](#)
- [Iluminações da semana conscientizam sobre acessibilidade e doação de órgãos — Senado Intranet](#)
- [Senado recebe Festival de Cinema Acessível Kids pelo terceiro ano — Senado Intranet](#)
- [Oficina Educadores Mais Inclusivos utiliza metodologia prática para abordar inteligência emocional — Senado Intranet](#)
- [Senado tem vias interditadas para adequação às normas de acessibilidade — Senado Intranet](#)
- [Serviço de Impressão em Braille: excelência na revisão de publicações acessíveis — Senado Intranet](#)
- [Senado promove atividades na 18ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência — Senado Intranet](#)
- [Senado faz projeção especial pela Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência — Senado Intranet](#)
- [Inauguração de exposição e do Caminho Feliz celebram inclusão e acessibilidade no Senado — Senado Intranet](#)
- <https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2024/12/seace-treina-policiais-e-guias-da-visitacao-para-atender-pessoas-com-deficiencia>

5.6. Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial

A construção de uma sociedade mais justa e igualitária passa pelo alinhamento entre planejamento institucional e ações concretas de defesa dos direitos humanos e promoção da igualdade étnico-racial. Nesse contexto, a coerência entre o PDI e as políticas afirmativas torna-se essencial para garantir que os princípios de diversidade, inclusão e equidade sejam efetivamente incorporados às práticas institucionais. Este alinhamento não apenas fortalece o compromisso com a justiça social, mas também contribui para a transformação estrutural das instituições, promovendo um ambiente mais democrático e representativo. Neste tema, veremos as ações do Senado Federal em relação a promoção dos direitos humanos e igualdade étnica e racial.

Celebração do Dia da África: um evento organizado pelo Grupo de Trabalho e Afinidade de Raça do Senado Federal (GT de Raça), vinculado ao COPRIG, promoveu uma conexão cultural entre Brasil e Angola para celebrar o Dia Mundial da África, celebrado em 25 de maio. O evento contou com a presença de Otchally, escritora angolana de apenas 16 anos. Além da literatura, o evento contou também com uma exposição de livros de outros autores angolanos e peças da cultura daquele país e uma apresentação sobre a produção cultural de Angola com representante da embaixada do país.

Senado adota selo de combate à discriminação racial: como forma de ressaltar o compromisso do Senado Federal no combate ao racismo e à discriminação racial, durante o *Mês da Consciência Negra* foi firmado um acordo de cooperação com o *Instituto Maria Preta* para oficializar a adoção do selo *Racismo, aqui não!* O objetivo do selo é inibir práticas racistas nos espaços que o adotam. A iniciativa já foi aderida em diversos locais, entre eles ambientes de trabalho, educação e lazer, espalhados ao redor do Brasil e do mundo. O selo será utilizado em campanhas e ações que envolvam diversidade, equidade, inclusão e combate ao racismo. Sua principal finalidade é, ocupando um espaço onde fique visível, deixar evidente a não aceitação de quaisquer práticas discriminatórias na instituição, inibindo o racismo e o preconceito e reafirmando o comprometimento do Senado Federal na luta pela justiça e pela equidade.

Campanha Permanente Contra o Assédio Moral e Sexual no Senado Federal: iniciada em 2018, com o Ato do 1º Secretário nº 8, de 2018, que estabelece a forma para instrução preliminar de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal, hoje está em sua 4ª fase, contando com uma diversidade de materiais e conteúdos para abordagem do tema: Cartilha sobre Assédio Moral e Sexual, Guia para gestoras e gestores do Senado Federal, Curso sobre Assédio Moral e Sexual no Trabalho e cartaz informativo. Mais de 200 kits com o material informativo foram entregues para pessoas gestoras da instituição. Em 2025, novos kits serão entregues, incluindo pessoas supervisoras de estágio. Além disso, foram realizadas palestras com estagiárias(os), jovens aprendizes e setores que solicitaram treinamento sobre o tema.

Programa de visitação do Senado incorpora filme em realidade virtual: em 19 de novembro de 2024, como parte da comemoração dos 200 anos do Senado Federal e da celebração ao Dia da Consciência Negra, foi promovida a ação de lançamento do curta-metragem sobre Abdias do Nascimento, o primeiro senador a se autodeclarar negro no parlamento brasileiro. *O Sonho de Abdias* acompanha uma conversa entre o parlamentar e a estudante Janaína sobre a esperança e o sonho de um Senado Federal com uma maior representatividade negra. O filme foi pensado para ser executado em realidade virtual e implementado no Programa de Visitação ao Palácio do Congresso Nacional. A primeira exibição, com duração de sete minutos, foi feita com a participação do senador Paulo Paim (PT-RS) e de jornalistas negras(os) convidadas(os) das principais emissoras.

Liderança para Mulheres Negras: um grupo formado por 14 servidoras do Senado e três servidoras de órgãos que integram a Rede Equidade (CNJ, TJDF e Secretaria de Educação do DF) concluiu a formação no primeiro curso de Liderança para Mulheres Negras do Senado Federal. A formação teve 30 horas de duração, com palestras e oficinas. A iniciativa, inédita na Casa, ressalta a importância de ter um espaço seguro para discutir e refletir como o machismo e o racismo atravessam este grupo, oferecendo letramento racial e de gênero, e construindo uma rede de contatos, ou aquilombamento, dedicado à formação da liderança de mulheres negras.

O grupo discutiu temas como inserção da mulher negra no mercado de trabalho; racismo estrutural; ancestralidade; letramento racial; colorismo; exemplos de lideranças negras femininas e os diversos aspectos de liderança, orientado pela servidora Edna Carvalho, com 26 anos de serviço público e experiência em cargos de gestão. Combinando aulas teóricas e atividades práticas com palestras de servidoras públicas e lideranças negras da sociedade civil, que apresentaram as próprias experiências, incluindo

a Promotora de Justiça da Bahia, Lívia Santanna Vaz, a jornalista Ester Monteiro, a pesquisadora e professora voluntária do Centros de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, Renata Melo, a psicóloga e servidora do TDJFT, Kátia de Lima e a ex-diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma Pinto.

Liderança feminina: o Curso de Liderança Feminina concluiu sua quinta turma, sob mentoria da servidora Claudia Nogueira, e contou com a participação de 14 mulheres ocupantes de chefia. Durante os 10 encontros, as servidoras puderam aprender mais a respeito das habilidades envolvidas nos cargos de liderança, além de compartilhar experiências e discutir a pauta de gênero no âmbito profissional, tratando sobre desigualdades e discriminações.

Oficina legislativa sobre violência doméstica: em parceria com a Coordenação de Apoio ao Programa e-Cidadania (COPEC), foi realizada uma oficina legislativa sobre violência doméstica exclusiva para mulheres. Tais oficinas, estabelecidas em 2020, já resultaram em mais de 2 mil ideias legislativas cadastradas no portal. A oficina faz parte do Plano de Equidade 2024/2025 e está relacionada ao Agosto Lilás, campanha destinada à conscientização para o fim da violência contra a mulher, e aos 18 anos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.430, de 2006). A iniciativa abre espaço para troca de vivências e pretende estimular as participantes a refletirem sobre a situação da violência doméstica no Brasil, a atual legislação referente ao tema, bem como entenderem as ações e mecanismos que podem ser acionados nesses casos.

Além disso, as participantes apresentaram ideias que podem se transformar em projetos e, se aprovados, em leis. As Oficinas Legislativas são um projeto do Portal e-Cidadania para aproximar cidadãos do processo legislativo brasileiro. As ideias elaboradas são cadastradas no portal e ficam disponíveis para votação pública durante quatro meses. Se alcançarem 20 mil apoios virtuais nesse período, serão analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). Mas, mesmo que não alcancem o número mínimo de apoios, as ideias poderão ser adotadas por uma senadora ou um senador e se tornarem projeto de lei.

Letramento racial é tema de palestra com vigilantes e recepcionistas: fruto de uma parceria entre o Coprig e a Secretaria de Polícia do Senado (Spol), o curso de letramento racial para vigilantes e recepcionistas teve início no mês de novembro. O curso foi ministrado com o apoio da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus-DF) e a primeira turma foi integrada por 30 participantes. Novas turmas serão realizadas em 2025, incluindo o tema LGBTQIA+. A importância do letramento racial para esses colaboradores consiste em evitar que vieses inconscientes surjam e determinem o tratamento ao público ao qual esses profissionais têm contato diário. Vieses inconscientes são pressupostos relacionados a estereótipos incorporados ao longo da vida, capazes de desencadear preconceitos de raça, gênero, classe, orientação sexual, entre outros. Dessa forma, entender e combatê-los é essencial para promover um ambiente de trabalho mais justo e respeitoso.

Publicações:

Guia Eleitoral para Candidaturas Femininas e Negras

No dia 25 de julho – Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, foi realizada uma sessão plenária especial para celebrar a data e oportunizar a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Senado Federal e Ministério da Igualdade Racial, bem como o lançamento do Guia Eleitoral para Candidaturas Femininas e Negras¹⁵, em parceria também com o Ministério das Mulheres. A obra também traz informações pertinentes sobre a violência política e a violência política de gênero, ambas incluídas na legislação em 2021 a partir da aprovação das leis 14.197 e 14.192.

Como Não Ser Racista (Mesmo que você jure que não é!)

Fruto da parceria entre o Sindilegis, o Senado Federal e o TCU, é uma obra de autoria de Cristiane Sobral, desmontando noções superficiais de "não ser racista" e desafiando o leitor a reconhecer seu papel no enfrentamento das desigualdades raciais. O livro conta com ilustrações de Vanessa Ferreira, prefácio de Toni Garrido e apresentações de nomes relevantes como: Fayda Belo: advogada especialista em crimes de gênero, direito antidiscriminatório e feminicídios; Alison Souza: presidente do Sindilegis; Ilana Trombka: diretora-geral do Senado Federal e Márcio Albuquerque: secretário-geral de Administração do TCU.

Artigos do Racismo em Pauta/E-book Racismo em Pauta

O projeto *Racismo em Pauta*, iniciado em 2019, tem como objetivo promover o enfrentamento ao racismo por meio de diversas iniciativas. Entre elas, destacam-se a divulgação de entrevistas com colaboradores negros atuantes no Senado, a publicação de conteúdos relacionados às efemérides sobre questões raciais, a produção de materiais para mídias sociais destinados a combater o uso de expressões racistas e a criação de uma série de artigos na intranet com o mesmo nome do projeto.

Esses artigos deram origem ao *E-book Racismo em Pauta*, que já conta com dois volumes: o primeiro, lançado em 2022, reúne textos publicados entre 2019 e 2021, enquanto o segundo, lançado em 2024, reúne os artigos publicados em 2022 e 2023. No mesmo ano, foram publicados 16 novos artigos na intranet, abordando temas variados sempre com o enfoque de combate ao racismo, promoção da igualdade racial e difusão de práticas antirracistas. O projeto reafirma o compromisso do Senado com a importância de debater, educar e promover a igualdade racial como um passo essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ações Educacionais do ILB em Defesa dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial em 2024

No ano de 2024, o ILB promoveu cinco ações educacionais de destaque voltadas à defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.

A primeira delas foi o curso "**Assédio Moral e Sexual no Trabalho**", que visa contribuir para a construção de um ambiente de trabalho digno e respeitoso. Com linguagem clara e acessível, o curso aborda conceitos, exemplos, diferenças entre atos de gestão e assédio, medidas de prevenção e canais de denúncia. Trata-se de um material

valioso para conscientização e reflexão, fortalecendo a cultura organizacional e a proteção dos direitos dos trabalhadores.

Outra iniciativa relevante foi o curso on-line "**Dialogando sobre a Lei Maria da Penha**", que tem como objetivo disseminar conhecimentos sobre a Lei nº 11.340/2006, reconhecida como uma das melhores legislações do mundo no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres. A Lei Maria da Penha, em vigor há mais de quinze anos, tem salvado vidas e contribuído para reduzir a desigualdade de gênero, evidenciada pela violência nas relações afetivas, domésticas e familiares. Apesar dos avanços, o Brasil ainda figura entre os cinco países mais perigosos para as mulheres, destacando a importância contínua dessa legislação.

O Curso "**Racismo Estrutural e Práticas Antirracistas**" foi desenvolvido em parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares (UniPalmares). Aberto ao público em janeiro de 2024, o curso contou com 6677 alunos inscritos de todas as regiões do país. Essa iniciativa reforça o compromisso do ILB com a promoção da igualdade racial e a disseminação de conhecimentos essenciais para o enfrentamento do racismo estrutural.

O curso sobre a **Agenda 2030** se relaciona com o tema ao promover a inclusão e a equidade, alinhando-se a objetivos como educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), redução das desigualdades (ODS 10) e paz e justiça (ODS 16). As capacitações oferecidas pelo ILB fortalecem o compromisso com os direitos humanos, combatendo a discriminação e promovendo a diversidade. Além disso, ao preparar servidores e cidadãos para implementar políticas inclusivas, essas ações contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável, em consonância com os princípios da Agenda 2030.

Por fim, o curso "**Estatuto da Igualdade Racial**" aborda esse marco legal, instituído pela Lei nº 12.288/2010, que visa combater práticas racistas ainda presentes no país. Vale ressaltar que todas essas ações educacionais foram realizadas em formato **MOOC (Massive Open Online Course)**, o que permitiu ampliar seu alcance para todo o território nacional.

O Quadro 12 detalha a quantidade de participantes por unidade da federação em cada um dos cursos mencionados, demonstrando o impacto nacional dessas iniciativas.

Quadro 12 – Participantes dos cursos MOOC do ILB por UF

UF	Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Assédio Moral e Sexual no Trabalho	Dialogando sobre a Lei Maria da Penha	Estatuto da Igualdade Racial	Racismo Estrutural e Práticas Antirracistas
AC	9	74	181	20	106
AL	32	164	355	51	178
AP	6	39	50	8	17
AM	19	92	133	14	38
BA	96	719	1136	205	425
CE	76	384	633	131	266

DF	157	631	1163	141	465
ES	24	167	370	41	69
GO	53	499	710	90	167
MA	55	262	426	64	94
MT	42	222	660	42	148
MS	20	230	147	18	78
MG	150	798	1092	196	356
PA	81	220	456	49	150
PB	34	170	333	37	133
PR	111	487	814	109	260
PE	91	524	1030	193	485
PI	19	98	192	22	44
RJ	147	654	1081	242	462
RN	37	113	195	20	70
RS	152	571	1149	192	441
RO	39	166	209	37	134
RR	3	29	24	3	15
SC	52	308	467	75	179
SP	268	1654	2092	357	720
SE	24	107	322	35	75
TO	19	303	172	17	31

Fonte: COTREN

5.7. Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural

Nas últimas décadas, a adoção de ações eficazes para a proteção do meio ambiente e a redução das desigualdades sociais tornou-se uma prioridade global. Enfrentar as mudanças climáticas, promover o uso sustentável dos recursos naturais e incentivar o consumo consciente são pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o Senado Federal desempenha um papel crucial ao implementar práticas que garantem resultados mensuráveis e o aprimoramento contínuo em sustentabilidade e inclusão. Suas iniciativas estão alinhadas à **Agenda 2030 da ONU** e aos normativos institucionais, refletindo o compromisso com a evolução da cultura

organizacional, baseada na **Política de Responsabilidade Social** e no monitoramento de indicadores.

O curso sobre a **Agenda 2030**, mencionado no parágrafo anterior, se relaciona com o tema ao integrar diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural de forma sustentável. A **redução das desigualdades (ODS 10)** e a **educação de qualidade (ODS 4)** promovem a inclusão e respeito à diversidade étnico-racial. Já os **ODS 13, 14 e 15** incentivam práticas institucionais sustentáveis. A valorização da cultura se reflete no **ODS 11**, que protege o patrimônio cultural e natural. Além disso, o **ODS 4.7** estimula a arte como meio de expressão da identidade cultural. Assim, o curso auxilia na adequação do PDI às políticas de inclusão, sustentabilidade e preservação da memória, garantindo que as ações institucionais estejam alinhadas a um desenvolvimento mais justo e equilibrado.

As ações desse eixo estão fundamentadas, principalmente, nos **Planos de Acessibilidade, de Gestão de Logística Sustentável (PGLS)** e no **Programa de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS)**, todos publicados em 2023 e vigentes até dezembro de 2025. Esses planos orientam o planejamento, a coordenação e o monitoramento das iniciativas desenvolvidas.

O PGLS, o PGRS, o Plano de Acessibilidade e o **Plano de Equidade de Gênero e Raça** estão integrados a uma cultura de planejamento colaborativo, com metodologia unificada para monitoramento de resultados, definição de prazos, responsáveis e metas, acompanhados por um colegiado de servidores. Esses planos estão disponíveis no **Portal da Transparência do Senado** e são monitorados por meio de indicadores, cujos resultados são consolidados nos relatórios de gestão.

Meio Ambiente – Ações

1. Plataforma virtual "Flora do Senado" para identificação botânica com recursos de acessibilidade, como legenda e descrição em áudio.

Iniciamos o ano de 2024 com a publicação da plataforma Flora do Senado, com mais de 50 espécies catalogadas e identificadas existentes no Viveiro, por meio de *QR Code* todos tem acesso e podem conhecer as plantas existentes no Viveiro e saber mais sobre elas. A plataforma é dotada de texto, áudio e janela de libras para promoção da inclusão do saber.

A plataforma virtual "Flora do Senado" é uma ferramenta inovadora para identificação botânica, projetada para promover o acesso inclusivo à informação sobre a flora do Senado. Com recursos de acessibilidade, como legendas e áudio descrição, a plataforma não apenas facilita a identificação das espécies vegetais, mas também garante que pessoas com diferentes necessidades e habilidades possam usufruir das informações. Essa iniciativa reforça o compromisso com a inclusão e a educação ambiental, tornando o conhecimento botânico acessível a todos.

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/audiolivros/RS/flora-do-senado/lista-de-especies.html>

2. Sala Verde do Viveiro: educação ambiental sustentável, acessível e inclusiva.

A Sala Verde do Viveiro do Senado, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), é um espaço para promover a educação ambiental de maneira sustentável, acessível e inclusiva. Este ambiente de aprendizagem permite que visitantes se envolvam em atividades sobre preservação ambiental, práticas ecológicas e biodiversidade. Para tanto, o Viveiro foi adaptado e possui trilhas acessíveis, banheiro com recursos de acessibilidade e vaga exclusiva para pessoa com deficiência.

O Viveiro do Senado foi aprovado na seleção do [Projeto Salas Verdes](#), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A iniciativa tem a finalidade de incentivar a implantação de espaços educadores, para atuarem como centros de informação e formação ambiental, em consonância com os princípios da Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA).

O Viveiro do Senado existe desde 2011, tendo como atividade inicial a produção de mudas para a jardinagem da Casa. Com a consolidação da agrofloresta que permeia o local, a área se converteu em espaço para oficinas, reuniões de integração com a natureza, exposição de materiais botânicos e galpão de trabalho para a elaboração de arranjos florais e produção de vasos ornamentais. Com a certificação do espaço como unidade do Projeto Salas Verdes, o viveiro abre conexão institucional com estudantes e colaboradores externos. O visitante pode aprender noções de agricultura urbana, compostagem e botânica.

3. Estruturação do Viveiro para gravações semanais da Programa de TV EcoSenado, com matérias sobre sustentabilidade ambiental.

O espaço no viveiro do Senado dedicado às gravações do Programa EcoSenado é de grande importância educacional, pois oferece um cenário natural que reforça a mensagem de conscientização ambiental. Ao integrar a natureza ao conteúdo do programa, o espaço cria um ambiente que inspira práticas sustentáveis e destaca a conexão entre o Senado e o compromisso com a educação ambiental, sensibilizando o público para a preservação do meio ambiente.

4. Participação do Senado em Colegiado: Rede Nacional de Sustentabilidade do legislativo

A Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo é constituída pelo Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados e por demais órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil e destina-se à consecução de interesses comuns voltados à discussão e à proposição de questões e iniciativas relativas à gestão pública sustentável e eficiente no âmbito do Poder Legislativo.

O Senado participa colegiadamente na Coordenação da RLS, reunindo-se semanalmente, tanto online quanto presencialmente, com representantes do TCU e da Câmara dos Deputados. O Acordo está em vigor, conforme o Extrato do Termo de Adesão do Processo TC nº 015.269/2018-3.

Em 2023, os órgãos participantes foram distribuídos da seguinte forma: 3 do Legislativo Federal, 7 do Legislativo Estadual/Distrital, 27 do Legislativo Municipal, 20 dos Tribunais de Contas Estaduais e 5 dos Tribunais de Contas Municipais, totalizando 62 participantes. Em 2024, o número de participantes aumentou para 65, com a inclusão de 3 do Legislativo Federal, 8 do Legislativo Estadual/Distrital, 28 do Legislativo Municipal, 21 dos Tribunais de Contas Estaduais e 5 dos Tribunais de Contas Municipais.

4.1 Capacitação em Gestão Pública Sustentável: elaboração de Plano de Logística Sustentável - RLS

A iniciativa fortalece a formação de gestores em gestão pública sustentável, oferecendo capacitação presencial em municípios brasileiros. Em 2024, foram realizadas seis oficinas: cinco em parceria com a Escola de Governo do Senado, por meio do Programa Interlegis, e uma promovida pelo Serviço EcoCâmara, da Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Além disso, nos dias 19 e 20 de março, foi realizado um encontro presencial promovido pelo Senado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), escola do TCU, com a participação de vereadores e vereadoras do Estado do Rio de Janeiro e visita técnica ao Senado. No total, 320 alunos foram capacitados ao longo do ano por meio dessa iniciativa. A RLS realizou eventos ao longo do ano para promover a sustentabilidade e ferramentas de monitoramento de ações de responsabilidade social.

Site da RLS: <https://www.congressonacional.leg.br/rede-legislativo-sustentavel>

5. Eventos, atendimentos ao público externo, oficinas e certificações

5.1 Feira de trocas

A feira de trocas acontece uma vez a cada semestre e é baseada nos princípios da economia solidária. O foco é estimular o espírito de cooperação e solidariedade, além de criar um ambiente de interação entre os funcionários. Em 2024 chegamos na 8ª Edição da Feira.

5.2 Feira Orgânica

A feira é organizada pela Associação Brasileira para Agricultura Orgânica (Agro-Orgânica). A feira oferece também pães, queijos, castanhas, entre outros produtos. Além da compra presencial, os interessados podem fazer encomendas pelo WhatsApp. A Feira ocorre semanalmente as terças-feiras no estacionamento próximo ao Bloco 10.

5.3 Capacitação para vereadores

O Núcleo de Responsabilidade Social do Senado (Ncas) ofereceu uma capacitação sobre metodologia de elaboração de Planos de Logística Sustentável para vereadores e vereadoras dos municípios do estado do Rio de Janeiro, bem como para técnicos do Sebrae/RJ.

A iniciativa faz parte dos esforços da Rede Nacional de Sustentabilidade no Legislativo (RLS), parceria entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e com a Coordenação de Inovação em Governos e Articulação Institucional da Gerência de Políticas Públicas do Sebrae/RJ.

5.4 Ncas apresenta PGRS em reunião do ParlAméricas

O Núcleo de Coordenação de Ações de Responsabilidade Social (Ncas) representou o Senado no encontro da Rede de Funcionárias e Funcionários Parlamentares sobre Mudanças Climáticas e Sustentabilidade do ParlAmericas.

O objetivo era manter o contato entre os parlamentos, compartilhar informações e aprender sobre as políticas, boas práticas, ferramentas, estudos ou experiências das instituições de diferentes países para tratar das questões ambientais.

5.5 Certificação de gestão sustentável – SELO A3P

Pelo quinto ano seguido, o trabalho de sustentabilidade do Senado ganhou o selo de Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), concedido pelo governo federal. O certificado foi entregue no dia três de maio. O selo confirma o monitoramento e o cumprimento das metas estabelecidas pelo governo federal. Atualmente o monitoramento é baseado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; compras públicas sustentáveis; construções sustentáveis; e sensibilização e capacitação dos servidores.

5.6 Senado Vence o Prêmio Marco Maciel na categoria ESG.

O Senado foi vencedor do Prêmio Marco Maciel, edição de 2024, na categoria ESG. A sigla em inglês para ambiental, social e governança define um conjunto de critérios para avaliar o desempenho de uma empresa ou instituição em relação a sustentabilidade. A premiação ocorreu em 26 de novembro de 2024.

O Prêmio Marco Maciel - Diálogo, Ética e Transparência nas relações Público-Privadas tem como objetivo reconhecer e divulgar as melhores práticas realizadas por organizações e instituições, por meio dos seus profissionais, que atuaram de acordo com os princípios norteadores da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrieg): ética, transparência, diálogo e responsabilidade social.

5.7 Senado vence a 10ª Edição do Prêmio A3P – Categoria Construções Sustentáveis

O Senado foi vencedor do 10º Prêmio A3P, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), na categoria Construções Sustentáveis. A premiação tem objetivo de reconhecer iniciativas de órgãos e instituições públicas que promovam ou implementem práticas de sustentabilidade.

O prêmio foi concedido pelo projeto “Acessibilidade no Viveiro”, do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (Ncas). Em julho deste ano, foram inauguradas as trilhas acessíveis, compostas por 290 m² de trilhas que permitem acesso a pessoas com deficiência física, mobilidade reduzida e deficiência visual.

6.0 Matérias publicadas na intranet – 2024 - Sustentabilidade

Em 2024 foram publicadas 26 matérias na intranet.

- [Estudantes da UnB visitam o Viveiro do Senado com arquiteto responsável pela sua construção — Senado Intranet](#)
- [Dia mundial dos catadores: colabore para o programa de separação de resíduos do Senado — Senado Intranet](#)
- [Ncas apresenta PGRS em reunião do Parlaméricas — Senado Intranet](#)
- [Entenda como a atuação do homem afeta o clima — Senado Intranet](#)
- [Ncas ministra capacitação sobre Planos de Logística Sustentável para vereadores d RJ — Senado Intranet](#)
- [Dia Mundial da Água educa sobre a preservação desse valioso recurso natural — Senado Intranet](#)
- [Viveiro do Senado é reconhecido como espaço educador e de formação ambiental — Senado Intranet](#)
- [Semana da Compostagem promove reflexão sobre o tema — Senado Intranet](#)
- [Senado recebe selo A3P pela quinta vez por gestão sustentável — Senado Intranet](#)
- [Ncas lança plataforma Flora do Senado no Dia Internacional da Biodiversidade — Senado Intranet](#)
- [Senado celebra campanha Junho Verde e tem projeção pelo Dia do Meio Ambiente — Senado Intranet](#)
- [Iluminação do Senado conscientiza sobre zoonoses, sustentabilidade e doença rara — Senado Intranet](#)
- [Iluminações do Senado conscientizam sobre doença rara, autismo e sustentabilidade — Senado Intranet](#)
- [Senado inaugura Sala Verde e trilhas acessíveis no Viveiro — Senado Intranet](#)
- [Viveiro do Senado recebe visita do presidente do Ibama — Senado Intranet](#)
- [Usina fotovoltaica economiza cerca de R\\$ 200 mil na conta de luz do Senado — Senado Intranet](#)
- [Liga do Bem e Ncas promovem oficina inclusiva no Viveiro do Senado — Senado Intranet](#)
- [11 de Setembro, dia do Cerrado: bioma foi o mais devastado do Brasil em 2023 — Senado Intranet](#)
- [Suave e sem minha nave: uma crônica sobre a vida sem carro — Senado Intranet](#)
- [Iniciativas de responsabilidade social do Senado concorrem ao prêmio A3P com júri popular — Senado Intranet](#)
- [Senado se destaca em índices de governança e sustentabilidade do TCU — Senado Intranet](#)

- [Instituto DataSenado lança pesquisa sobre queimadas no Brasil — Senado Intranet](#)
- [Cardápio do Restaurante dos Senadores nesta quarta \(16\) celebra Dia Mundial da Alimentação — Senado Intranet](#)
- <https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2024/10/cardapio-especial-nesta-quarta-16-celebra-dia-mundial-da-alimentacao>
- <https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/senado-conquista-primeiro-lugar-em-premio-de-sustentabilidade>
- <https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/senado-vence-na-10a-edicao-do-premio-a3p-do-ministerio-do-meio-ambiente>

A memória e o patrimônio cultural também são amplamente valorizados por meio de diversas iniciativas do Senado Federal, que buscam preservar e divulgar a história da instituição e sua relevância para o país. A Biblioteca do Senado desempenha um papel fundamental nesse processo, garantindo a manutenção e conservação do acervo institucional, além de promover publicações que resgatam a trajetória do Parlamento e destacam as contribuições de grandes personalidades.

Além disso, o zelo pelo patrimônio histórico e artístico se reflete na preservação e exposição de mobiliário original da época da criação do Senado, proporcionando aos visitantes e servidores um contato direto com a história do legislativo brasileiro. A valorização da cultura também se manifesta por meio da exposição permanente de obras de renomados artistas, como Oscar Niemeyer, Burle Marx e Athos Bulcão, cujo legado está presente na arquitetura e na identidade visual dos espaços do Senado.

O Senado Federal também conta com o Museu da Gráfica, um espaço dedicado à preservação e exposição de antigos maquinários utilizados na produção gráfica da instituição ao longo dos anos. Esse acervo permite que servidores, pesquisadores e visitantes conheçam a evolução das técnicas de impressão e reprodução de documentos legislativos, fundamentais para a comunicação e registro histórico do Parlamento.

Além de armazenar equipamentos que ilustram diferentes períodos da produção gráfica, o museu desempenha um papel educativo ao demonstrar como esses processos impactaram a difusão de informações e a transparência legislativa. Ao preservar esse patrimônio, o Senado reafirma seu compromisso com a valorização da memória institucional e com a importância da documentação oficial na construção da história do país.

O setor de audiovisual complementa essas iniciativas ao produzir e armazenar materiais que documentam momentos importantes da Casa, valorizando não apenas a cultura organizacional, mas também o trabalho dos servidores ao longo dos anos. Essas ações refletem o compromisso do Senado com a preservação da memória institucional e a promoção do patrimônio cultural, garantindo que as futuras gerações tenham acesso a esse legado.

Já sobre a produção artística, merece destaque o Coral do Senado. Tendo iniciado suas atividades em 1996, sob a regência de Glicínia Mendes, o coral observa o mais moderno conceito de administração em promover a interação fraterna no ambiente de trabalho. Nos seus quase 20 anos de existência gravou dois CDs, “Canta Brasil” em 1999 e “Hinos do Brasil” em 2002. Participou como coro convidado, em julho de 2005, da montagem da ópera “Carmen” de Bizet, apresentada pelo Ópera Estudio (UnB), na Sala

Martins Penna do Teatro Nacional. Apresentou-se em janeiro de 2015 no Carnegie Hall, em Nova York, juntamente com outros dez corais de várias partes do mundo, na estreia da MISATANGO, do compositor argentino Martin Palmeri. Constam de seu repertório peças eruditas, populares e folclóricas entre o sacro e o secular, já tendo apresentado a “Missa em Ré Maior” de A. Dvorák, a Missa Festiva de John Leavitt e “O Messias” de Handel.

Os 200 anos do Senado Federal representam um marco na história legislativa do Brasil, e a data foi celebrada com uma programação especial que reforça a importância da Casa na construção democrática do país. O bicentenário é uma oportunidade para revisitá momentos históricos, reconhecer avanços institucionais e reafirmar o compromisso do Senado com a representatividade, a transparência e a participação cidadã.

Para comemorar esse momento significativo, foram realizadas diversas iniciativas, incluindo exposições temáticas, lançamentos de publicações comemorativas, documentários e eventos institucionais que resgatam a trajetória do Senado desde sua criação em 1824. Entre as principais ações, destacam-se a exposição histórica que apresenta documentos raros, mobiliário original e obras de arte que ilustram a evolução da Casa ao longo dos séculos, além de uma mostra especial sobre as grandes personalidades que marcaram sua história.

A exposição permanente "Senado 200 Anos: Uma Viagem entre Memória e Inovação" oferece uma experiência imersiva e interativa que percorre a trajetória do Senado desde sua criação em 1824 até os dias atuais. A exposição apresenta textos históricos, imagens e fotografias que ilustram períodos como o Império, a República e a Redemocratização, destacando as sete constituições brasileiras, incluindo a Constituição de 1988. Recursos tecnológicos, como vídeos, painéis de LED e telas sensíveis ao toque, permitem aos visitantes explorar mapas históricos, curiosidades e fatos marcantes da instituição. Além disso, o roteiro das visitas guiadas foi ampliado para incluir toda a extensão do Túnel do Tempo, proporcionando uma compreensão mais profunda da evolução do Senado e de sua importância na história do Brasil.

Além das exposições, o Senado lançou um hot-site exclusivo para reunir todas as ações comemorativas, facilitando o acesso do público a conteúdos históricos, materiais audiovisuais e agenda de eventos. Um dos destaques foi o *Colóquio sobre os 200 Anos do Senado*, que trouxe debates acadêmicos e históricos sobre o papel da instituição em momentos-chave da política brasileira, promovendo reflexões sobre seu legado e desafios para o futuro. As homenagens aos servidores também fazem parte da programação, com a entrega da Medalha de Mérito do Senado, um reconhecimento ao trabalho e dedicação daqueles que contribuem para o funcionamento da Casa. A cerimônia reforçou o compromisso da instituição com a valorização de sua equipe e a continuidade de sua missão legislativa.

No campo cultural, um grande concerto comemorativo, transmitido ao vivo, celebrou o bicentenário com apresentações musicais que resgataram momentos históricos do Senado. A programação das celebrações demonstra não apenas a importância da Casa na construção do país, mas também seu compromisso com a inovação, a memória institucional e a participação da sociedade nesse marco histórico, reforçando a conexão entre política, arte e sociedade. Além das atividades presenciais, o evento também busca ampliar o alcance das celebrações por meio de conteúdos digitais e transmissões ao vivo,

permitindo que um público ainda maior tenha acesso à história e ao legado do Senado. O bicentenário não apenas reforça a memória da instituição, mas também projeta seu futuro, destacando iniciativas de modernização, inovação legislativa e fortalecimento do diálogo com a sociedade.

5.8. Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica

O processo de autoavaliação institucional do ILB vem sendo realizado há vários anos, promovendo o aprimoramento contínuo da instituição. Esse processo tem contribuído para o amadurecimento das diversas áreas, fortalecendo tanto a alta gestão quanto o corpo social. A análise periódica permite identificar oportunidades de melhoria, ajustar estratégias e alinhar as práticas institucionais aos objetivos organizacionais. Além disso, fomenta uma cultura de transparência e participação, incentivando o engajamento de todos os envolvidos. Dessa forma, a autoavaliação se consolida como um instrumento essencial para a evolução e eficiência do ILB.

No ano de 2024, entre reuniões ordinárias e extraordinárias, a CPA realizou 5 encontros. O Quadro 13 apresenta o percentual de participação, em tais reuniões, de cada instância da comunidade acadêmica representada no colegiado.

Quadro 13 – Reuniões da CPA e percentual de participação dos representantes da comunidade acadêmica em 2024

Instância	Percentual de reuniões com a participação do representante
ILB	86%
Coordenação de Educação Superior	100%
Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino	100%
Coordenação do Programa Interlegis e Relações Institucionais	86%
Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal	100%
Corpo Discente	100%
Coordenadores de Cursos do ILB	71%
Corpo Docente	86%
Sociedade Civil	86%
Corpo Técnico-Administrativo	100%

Fonte: CPA

No intuito de ampliar os percentuais de participação de seus membros, e atendendo à diretriz 1.1 do Plano de Autoavaliação Institucional 2023-2025⁸, a CPA decidiu pelo

⁸ 1.1. As reuniões ordinárias da CPA deverão ter suas datas previstas em calendário anual, de modo a auxiliar na organização e na preparação de seus membros para efetiva participação nos encontros.

estabelecimento de um calendário anual para suas reuniões ordinárias, o qual passou a ocorrer no ano de 2024.

5.9. Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados

Desde 2022, a CPA possui um sítio próprio⁹ dentro do portal do Senado Federal, onde são publicadas notícias e informações relativas à comissão e suas atividades. Nele se encontram, por exemplo, todos os Relatórios de Autoavaliação Institucional¹⁰ aprovados pela comissão desde que foi instituída, as atas de reunião¹¹ e os normativos do ILB relativos às atribuições da CPA e suas recomposições¹².

A CPA foi recomposta em 2024, sendo que a nova gestão apresentou à Diretoria do ILB a minuta da [Carta de serviços da CPA](#).

A Carta de Serviços é um instrumento essencial para a gestão pública, pois promove transparência, facilita o acesso à informação e permite que os cidadãos compreendam, de forma clara e objetiva, os serviços oferecidos por órgãos e entidades governamentais. Ela define procedimentos, prazos e padrões de qualidade para a prestação dos serviços, assegurando que os cidadãos saibam como solicitá-los, quais documentos são necessários e quais são os critérios de atendimento. Além disso, a Carta de Serviços contribui para a eficiência administrativa, ao padronizar processos e melhorar a comunicação entre a instituição pública e a sociedade. Dessa forma, fortalece a confiança pública, garante o cumprimento das metas de atendimento e promove a melhoria contínua da gestão, elevando a satisfação dos usuários.

No caso de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Carta de Serviços é um recurso estratégico para assegurar transparência, acesso à informação e o engajamento da comunidade acadêmica nos processos avaliativos.

Importância da Carta de Serviços para a CPA:

1. Transparência e Clareza:

A Carta de Serviços detalha, de forma objetiva, os serviços prestados pela CPA, suas finalidades e os procedimentos para acessá-los. Isso garante que estudantes, docentes e técnicos administrativos compreendam o papel e as responsabilidades da CPA, promovendo uma comunicação eficiente e transparente.

2. Facilitação do Acesso às Informações:

⁹ <<https://www12.senado.leg.br/institucional/edg-cpa>>

¹⁰ <<https://www12.senado.leg.br/institucional/edg-cpa/autoavaliacao/relatorios>>

¹¹ <<https://www12.senado.leg.br/institucional/edg-cpa/atas>>

¹² <<https://www12.senado.leg.br/institucional/edg-cpa/normativos>>

Por meio da Carta de Serviços, a comunidade acadêmica pode consultar como solicitar documentos, relatórios e participar de processos avaliativos, além de contribuir para a melhoria institucional. Isso torna o acesso às informações mais ágil e democrático.

3. Fortalecimento da Participação e da Cultura Avaliativa:

Ao esclarecer o funcionamento da CPA e as formas de colaboração, a Carta de Serviços estimula a **participação ativa** da comunidade acadêmica no planejamento e na implementação de melhorias, fortalecendo a cultura avaliativa.

4. Compromisso com a Qualidade e Melhoria Contínua:

A divulgação dos serviços e dos indicadores utilizados pela CPA reforça a **credibilidade** do processo avaliativo e demonstra o compromisso da instituição com a **transparência e o aprimoramento contínuo**.

5. Cumprimento das Normas e Diretrizes:

A CPA desempenha um papel central na avaliação institucional, sendo um requisito do **SINAES**. A Carta de Serviços contribui para a organização e divulgação dos procedimentos, garantindo conformidade com as diretrizes do **Ministério da Educação (MEC)**.

Em síntese, a Carta de Serviços para a CPA fortalece a relação entre a comissão e a comunidade acadêmica, assegurando que a avaliação institucional seja **clara, acessível e participativa**. Isso resulta em ações mais efetivas para o desenvolvimento da instituição, alinhadas às melhores práticas de gestão e transparência.

Nesse contexto, embora sempre exista espaço para melhorias, a CPA avalia que tem desempenhado suas atividades de forma **satisfatória**, cumprindo seu papel com **eficiência e compromisso** na análise e divulgação dos resultados à comunidade acadêmica.

5.10. Ações administrativas implementadas a partir dos resultados das avaliações

As ações administrativas implementadas com base nos resultados das avaliações nos PDIs desempenham um papel fundamental na melhoria contínua das instituições, tanto públicas quanto privadas, especialmente no âmbito educacional e governamental. O PDI é um documento estratégico que orienta o planejamento institucional a médio e longo prazo, alinhando metas e objetivos às necessidades da sociedade e aos desafios que precisam ser superados.

Nesse contexto, as avaliações — sejam internas ou externas, de processos acadêmicos, administrativos ou de gestão — geram dados e informações essenciais para a tomada de decisões. Quando esses resultados são analisados e integrados ao PDI,

possibilitam a implementação de ações administrativas eficazes e direcionadas, voltadas ao alcance das metas institucionais. Essas ações podem variar desde ajustes operacionais até mudanças estruturais de maior impacto, sempre com o objetivo de promover a excelência e a sustentabilidade da instituição.

Ações Administrativas Derivadas das Avaliações:

Ajustes em Processos e Procedimentos:

As avaliações identificam áreas de melhoria nos processos administrativos e acadêmicos, permitindo a reestruturação de procedimentos. Isso pode incluir a simplificação de processos burocráticos, a adequação dos fluxos de trabalho ou a adoção de novas tecnologias para otimizar a gestão de recursos e o atendimento ao público.

Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas:

Os resultados das avaliações podem indicar a necessidade de capacitação do pessoal técnico e docente. Como resposta, ações de capacitação, programas de desenvolvimento profissional e treinamentos específicos são providenciados a fim de melhorar o desempenho e a qualidade dos serviços prestados.

Aprimoramento da Infraestrutura:

Com base nas avaliações, é possível identificar a necessidade de melhorias nas condições físicas e tecnológicas da instituição. Ações administrativas podem ser direcionadas para a adequação das instalações, a modernização de equipamentos e a implementação de recursos tecnológicos que atendam às demandas contemporâneas.

Implementação de Políticas de Inclusão e Diversidade:

Quando as avaliações revelam desigualdades ou lacunas na inclusão de grupos minoritários — como em políticas de equidade de gênero, raça ou acessibilidade —, ações administrativas podem ser desenvolvidas para promover ambientes mais inclusivos. Isso inclui a adoção de políticas afirmativas, programas de apoio e adaptações institucionais.

Ajustes no Planejamento Estratégico:

Se os resultados das avaliações indicarem que os objetivos do PDI não estão sendo alcançados conforme o esperado, pode-se realizar uma revisão estratégica. Isso envolve ajustes nas metas, reformulação de cronogramas ou realocação de recursos financeiros, humanos e materiais para atender às novas necessidades identificadas.

Melhoria da Governança e Transparência:

As avaliações também incidem sobre a eficácia das práticas de governança. Com base nos resultados, podem ser estabelecidas novas práticas de governança que garantam maior transparência, eficiência na gestão e participação da comunidade acadêmica ou do público atendido nas decisões institucionais.

Monitoramento e Acompanhamento Contínuo:

As avaliações fornecem uma base sólida para o monitoramento contínuo dos resultados das ações implementadas. Instituições podem adotar mecanismos de avaliação regular para garantir que as correções realizadas com base nos resultados das avaliações resultem em melhorias de longo prazo.

Impacto das Ações no Sucesso Institucional:

Quando as ações administrativas implementadas a partir dos resultados das avaliações são integradas de forma estratégica ao PDI, elas contribuem significativamente para o sucesso institucional. Essas ações permitem que a instituição se adapte de maneira dinâmica às mudanças internas e externas, melhore seu desempenho e promova um ambiente mais eficiente e responsável às necessidades da sociedade. O alinhamento dessas ações ao planejamento institucional fortalece a governança, eleva a qualidade dos serviços prestados e impulsiona o cumprimento das metas estabelecidas no PDI, garantindo a sustentabilidade das iniciativas ao longo do tempo.

Avaliação de Egressos das Oficinas Interlegis em 2024

Em 2024, foi realizada, de forma inédita, uma avaliação de egressos das oficinas ministradas pelo Programa Interlegis, uma iniciativa do Senado Federal que tem como objetivo modernizar e promover a transparência nas atividades das casas legislativas municipais e estaduais. Por meio de capacitações, o programa auxilia na construção de um legislativo mais eficiente e transparente.

As oficinas Interlegis são treinamentos direcionados a agentes políticos e servidores, oferecendo conteúdo teórico e prático aplicado em discussões, análise de situações-problema e proposição de projetos-modelo. Esses treinamentos são realizados em conformidade com os Atos da Comissão Diretora nº 14 e da Presidência do Senado Federal nº 22, ambos de 2022, que orientam a modernização legislativa em todo o território nacional.

Metodologia da Pesquisa

A pesquisa teve como objetivo verificar a eficiência do Programa Interlegis no alcance dos objetivos traçados para essa modalidade de capacitação. Ela foi disponibilizada na Plataforma Saberes e ficou aberta para participação de 3 de junho a 19 de julho de 2024, com foco no período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023. O corte temporal foi definido porque, antes de 2022, as inscrições não eram realizadas pelo Saberes.

A divulgação ocorreu por meio das mídias sociais do Interlegis e de grupos de *WhatsApp* de alunos e ex-alunos das oficinas. Além disso, foram enviadas mensagens e e-mails individuais convidando os participantes. Ao todo, 184 pessoas responderam à pesquisa.

A pesquisa consistiu em 11 perguntas, sendo 6 sobre as oficinas (respondidas em uma escala de satisfação de 1 a 5) e 5 sobre o perfil do aluno. O método utilizado foi a Escala de Likert, que mediu o grau de aprovação em relação a:

- Capacidade para aplicar os conhecimentos adquiridos;
- Relevância do conteúdo;
- Competência dos instrutores;
- Estímulo para participar de outros treinamentos;
- Percepção do Programa como referência;
- Uso das oficinas como meio de divulgação do Programa.

Resultados da Pesquisa

A pesquisa permitiu avaliar a satisfação dos participantes em relação às oficinas, medindo o impacto, a relevância e a aplicabilidade do conteúdo, além do nível de aprovação dos instrutores. Os principais resultados foram:

- 91% consideraram o Interlegis uma referência para o aprimoramento das casas legislativas;
- 81% se sentiram estimulados a participar de outros treinamentos;
- 87% afirmaram que as oficinas ajudam a divulgar o Interlegis junto às casas legislativas;
- 39% dos entrevistados desconheciam o Programa antes de participar das oficinas;
- 99% recomendariam o Programa Interlegis.

Em relação à aplicabilidade do conteúdo, 94% dos participantes consideraram que as oficinas os prepararam adequadamente para aplicar os conhecimentos adquiridos. No entanto, 6% deram notas inferiores a 4 para essa afirmação, o que indica uma oportunidade de melhoria. Desses, apenas 1% atribuiu nota inferior a 2, enquanto 5% deram nota 3. Esse resultado deve ser visto como um ponto de atenção, e não como uma reaprovação, e será abordado em futuras revisões do programa.

Conclusões e Impacto do Programa

Diante dos resultados, é possível afirmar que as Oficinas Interlegis são ações educacionais eficazes para divulgar e tornar conhecido o Programa em todo o território nacional, com um alto índice de aprovação (99%). Além disso, a pesquisa revelou que 39% das câmaras municipais participantes não haviam tido contato prévio com o Interlegis, destacando a importância de expandir o alcance do Programa.

O conteúdo das oficinas mostrou-se aplicável nas atividades laborais (94%), reforçando sua relevância prática. No entanto, o resultado também apontou a necessidade de melhorias no quesito aplicabilidade do conteúdo, que será trabalhado em futuras revisões do programa.

Suporte aos Alunos e Ex-Alunos

Além da pesquisa, o Interlegis oferece suporte contínuo aos participantes por meio de telefone institucional, e-mail e aplicativos de mensagens, durante o horário comercial. Esse suporte inclui ajuda na operacionalização da plataforma, inscrições em oficinas, alteração de senhas, preenchimento de perfis e resolução de dúvidas. Grupos de mensagens são criados para cada treinamento e mantidos após o encerramento das oficinas, permitindo que os egressos continuem a tirar dúvidas e compartilhar experiências.

Relevância do Interlegis como Política Pública

Com uma estrutura baseada em rigor técnico, voluntarismo qualificado e inovação contínua, as oficinas do Interlegis consolidam-se como catalisadoras de mudanças no poder legislativo. O Programa reafirma sua relevância como uma política pública de Estado, contribuindo para o avanço da eficiência, integração e serviços ao cidadão no legislativo brasileiro, fortalecendo, assim, a democracia.

6. DIMENSÃO 2: GESTÃO INSTITUCIONAL

6.1. Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional

O ILB, enquanto Escola de Governo, não possui um quadro fixo de docentes. Essa característica torna o planejamento financeiro uma ferramenta essencial para a realização de suas ações educacionais, que envolvem a constante contratação de profissionais especializados para ministrar cursos e eventos. Esses profissionais são recrutados para atuar em projetos temporários e são remunerados por meio da Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos (GECC), prevista no Art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. A implementação de uma estratégia financeira eficiente é crucial para garantir que o ILB atenda à demanda de capacitação, mantendo a qualidade dos serviços educacionais prestados.

A Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos (GECC) em 2024

Em 2024, os valores da GECC, que servem como base para o pagamento dos colaboradores educacionais, foram definidos conforme as normativas estabelecidas. Esses valores variam de acordo com a carga horária e a complexidade das atividades desempenhadas pelos docentes temporários, impactando diretamente na projeção orçamentária da instituição. A ausência de um corpo docente fixo implica que o ILB dependa de recursos financeiros específicos para garantir a contratação desses profissionais de forma eficiente. Isso demanda um acompanhamento rigoroso dos valores e prazos, além de uma avaliação constante das necessidades educacionais.

Gestão Orçamentária e Autorização de Cursos e Eventos

Além da gestão de recursos para a contratação de docentes, a questão orçamentária também desempenha um papel fundamental na autorização e contratação de cursos e eventos para os servidores do Senado Federal. A aprovação orçamentária para essas ações

educacionais depende de uma análise criteriosa por parte do Senado, que verifica a viabilidade financeira e o alinhamento das propostas com as políticas institucionais. Dessa forma, o planejamento orçamentário e a coordenação entre o ILB e o Senado são fatores decisivos para o sucesso das iniciativas educacionais, garantindo que os recursos necessários estejam disponíveis e sejam alocados de maneira estratégica e eficiente.

A gestão financeira do ILB, especialmente no que diz respeito ao planejamento orçamentário, é um pilar fundamental para a execução de suas ações educacionais. A ausência de um quadro fixo de docentes exige uma gestão dinâmica e eficiente dos recursos, com foco na qualidade e na sustentabilidade das iniciativas. A colaboração entre o ILB e o Senado Federal, aliada a um planejamento financeiro rigoroso, assegura que as demandas de capacitação sejam atendidas de forma alinhada às prioridades institucionais e às necessidades dos servidores.

Conforme estabelecido pelo Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF), a definição do orçamento anual de capacitação cabe ao Conselho de Supervisão do ILB¹³, que o faz por meio da aprovação de um documento chamado Plano Anual de Capacitação dos Servidores do Senado Federal (PCASF). O PCASF vigente para o ano de 2024 foi aprovado em reunião do Conselho de Supervisão ocorrida em 16/12/2024¹⁴.

Detalha-se a execução orçamentária de despesas detalhadas para o período de janeiro a dezembro de 2024, com uma dotação atualizada total de 7.891.744,00. Na categoria "Gratificação por Encargo de Curso e Concurso - GECC" (código 33903628), foram empenhados 1.458.561,36, liquidados 803.782,82 e pagos 803.782,82, com restos a pagar, pagos no valor de 356.757,34. Para "Serviço de Seleção e Treinamento" (código 33903948), foram empenhados 1.393.625,61, liquidados 1.320.592,58 e pagos 1.314.221,31, com restos a pagar pagos no valor de 407.205,50. Na área de "Treinamento/Capacitação em TIC" (código 33904020), houve empenho de 32.370,06, liquidação de 32.369,91 e pagamento de 31.693,69, sem restos a pagar pagos registrados. As demais categorias, incluindo "Serviços de Seleção e Treinamento" (código 33903633), "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física" (código 33909326), "Outros Serviços de Terceiros - PJ" (código 33909239), "Restituições" (código 33909302), "Ressarcimento de Mensalidades" (código 33909311) e "Contribuição Previdenciária - Serviços Terceiros (PF)" (código 33914718), não apresentam valores empenhados, liquidados ou pagos. No total, as despesas empenhadas somam 2.884.557,03, as despesas liquidadas 2.156.745,31, as despesas pagas 2.149.697,82 e os restos a pagar pagos 763.962,84.

O Quadro 14 detalha como ficou a execução de tal orçamento ao final do ano. Conforme a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN) esclareceu, o valor da "dotação atualizada" é o total autorizado no orçamento do Senado Federal na programação específica, que corresponde ao valor autorizado pela Diretoria-Geral para essa finalidade.

¹³ Art. 209. Ao Conselho de Supervisão do ILB compete (...) apreciar e submeter à aprovação da Comissão Diretora a previsão da despesa anual do ILB, para ser incluída no orçamento do Senado Federal (...).

¹⁴ Ata publicada no BASF nº nº: [9682, Secção 1, de 07/03/2025](#).

Quadro 14 – Execução orçamentária do ILB em 2024

Natureza de Despesa Detalhada	Total empenhado	Total liquidado
Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC)	1.458.561,36	803.782,82
Serviço de seleção e treinamento (ILB)	1.393.625,61	1.320.592,58
Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	32.370,06	32.369,91
Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	0,00	0,00
TOTAL	2.884.557,03	2.156.745,31

Fonte: Secretaria de Administração e Finanças e COADFI

O aspecto financeiro do ILB demonstra uma situação estável, evidenciando que a escola não enfrenta problemas nessa área. No entanto, conforme apontado em relatórios anteriores da CPA, há uma oportunidade para aprimorar a análise visando identificar possíveis ajustes que possam otimizar ainda mais a realização da missão institucional. Vale destacar que o percentual de execução orçamentária **praticamente duplicou em relação a 2022**, reflexo da retomada das ações educacionais após o período de pandemia, o que demonstra a capacidade de recuperação e adaptação do ILB.

Investimentos em Capacitação Externa e Interna

Um marco importante na série histórica iniciada em 2019 foi o fato de que, pela primeira vez, os **investimentos em capacitação externa** superaram os da capacitação interna. Esse avanço reflete a priorização da formação ampla e diversificada dos servidores do Senado Federal, especialmente após a interrupção das atividades externas durante a pandemia. Com a redução da urgência sanitária, principalmente a partir de meados de 2022 e ao longo de 2023, o ILB conseguiu retomar e ampliar as oportunidades de capacitação externa, atendendo à demanda dos servidores por essas experiências.

Gestão Eficiente dos Recursos Públicos

A gestão financeira do ILB é pautada pela responsabilidade e transparência no uso dos recursos públicos, garantindo que os cursos e ações educacionais sejam planejados e executados com eficiência. Essa gestão se materializa em duas práticas principais:

1. Elaboração Criteriosa dos Projetos-Pedagógicos:

Cada ação educacional é cuidadosamente planejada, com atenção à adequação e atualidade das ementas e bibliografias. Os projetos são submetidos à aprovação do Comitê Científico-Pedagógico do ILB e da Diretoria-Geral do Senado, assegurando alinhamento com as diretrizes institucionais e a qualidade do conteúdo oferecido.

2. Procedimentos de Cobrança e Acompanhamento:

Embora os cursos do ILB sejam todos ofertados de forma gratuita, o ILB adota procedimentos de cobrança do custo do curso por aluno, quando aplicável, conforme previsto no §1º do art. 17 do Anexo IV do RASF, para garantir o uso responsável dos recursos. Essa medida assegura o cumprimento dos compromissos assumidos pelos participantes ao se inscreverem nas ações educacionais. Em 2024, todos os casos de

descumprimento das obrigações discentes pactuadas nos cursos de pós-graduação foram devidamente tratados. O número reduzido de ocorrências, considerando o total de participantes, reflete a eficiência do acompanhamento proativo realizado pelos coordenadores e pela equipe técnico-administrativa do ILB.

Resultados Financeiros e Transparência

O ILB tem demonstrado um desempenho financeiro sólido, com avanços significativos na execução orçamentária e na priorização de investimentos em capacitação externa. A gestão responsável dos recursos, aliada ao planejamento criterioso e ao acompanhamento proativo das ações educacionais, garante que a instituição continue cumprindo sua missão com eficiência e transparência. Esses resultados reforçam o papel do ILB como uma instituição comprometida com o desenvolvimento profissional dos servidores e com a melhoria contínua de suas práticas.

6.2. Estrutura Organizacional

Após um período de mudanças significativas, que envolveram transformações e fusões de órgãos, o ILB encontra-se atualmente estruturado como um órgão supervisionado do Senado Federal. Essa nova configuração institucional proporciona ao ILB a autonomia necessária para desempenhar suas atividades de forma eficiente e alinhada aos objetivos estratégicos da Casa Legislativa. A autonomia do ILB é essencial, pois permite maior flexibilidade na tomada de decisões e na implementação de ações educacionais, sem que haja a necessidade de subordinação a outros órgãos governamentais.

A estrutura organizacional do ILB é composta por cinco coordenações, que desempenham papéis fundamentais para o cumprimento de sua missão educativa. Três dessas coordenações estão diretamente voltadas à promoção de ações educacionais, sendo responsáveis pela concepção, organização e execução de cursos, treinamentos e eventos voltados tanto para os servidores do Senado quanto para o público externo. Essas coordenações têm um papel crucial na capacitação e no desenvolvimento de competências, essencial para o fortalecimento da administração pública. Elas garantem que as iniciativas educacionais sejam planejadas de acordo com as necessidades institucionais, contribuindo para a melhoria contínua dos servidores e o aprimoramento da gestão pública.

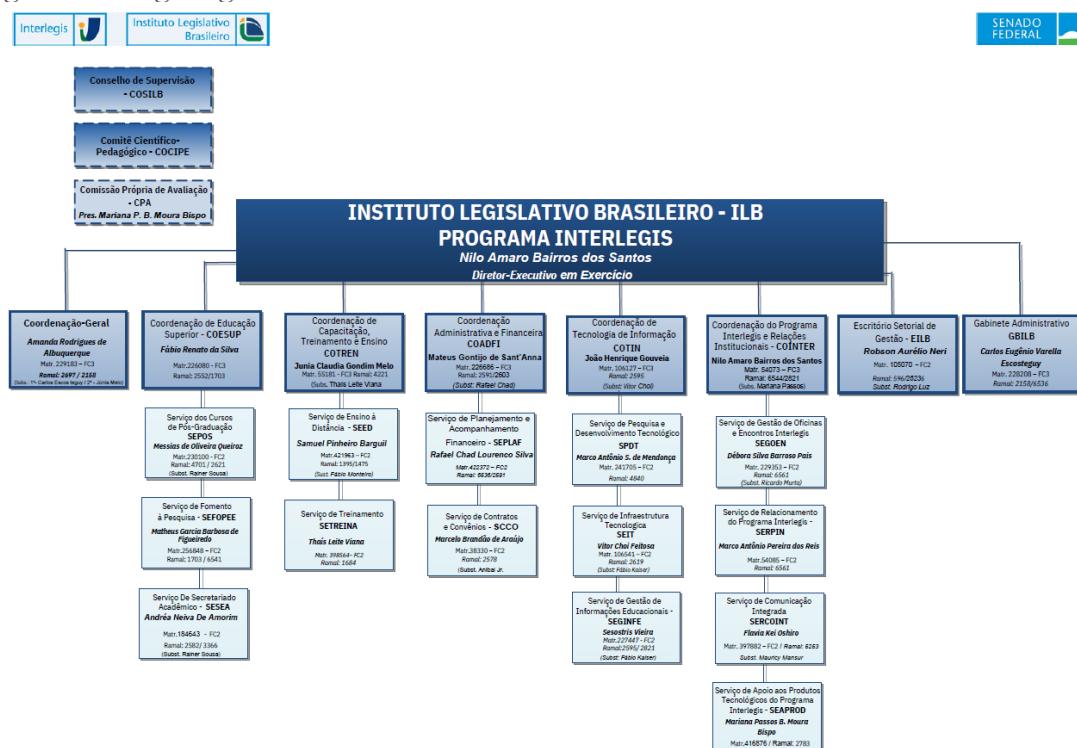
Além das coordenações voltadas para as ações educacionais, o ILB conta com uma coordenação dedicada ao suporte de tecnologia da informação. Essa área é responsável por garantir a infraestrutura tecnológica necessária para o funcionamento das atividades educacionais, oferecendo suporte técnico, ferramentas de e-learning e soluções inovadoras para facilitar o aprendizado. Também existe uma coordenação específica para as atividades administrativo-financeiras, que gerencia a parte burocrática da instituição, incluindo a gestão de recursos, planejamento orçamentário e a execução de processos administrativos. A interação entre essas coordenações é fundamental para o bom andamento das ações do ILB, possibilitando a implementação de projetos de capacitação e a manutenção de uma gestão eficaz e transparente. A Figura 2 ilustra essa organização interna, demonstrando a divisão de responsabilidades e a integração entre as áreas.

Figura 1 – Organograma do Senado Federal



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/01/31/conheca-as-principais-atribuicoes-dos-integrantes-da-mesa-do-senado>

Figura 2 – Organograma do ILB



Fonte: COADFI

O RASF também estabelece dois órgãos colegiados relacionados à escola de governo: o Conselho de Supervisão do ILB (COSILB)¹⁵ e o Comitê Científico-

¹⁵ Art. 209 do RASF

Pedagógico (CCP)¹⁶¹⁷. Esses órgãos têm funções distintas, mas complementares, e atuam como instâncias de governança e orientação estratégica para as ações da Escola de Governo.

O COSILB, conforme definido pelo regulamento, é responsável por supervisionar a execução das atividades do ILB, garantindo que as diretrizes estabelecidas pelo Senado sejam cumpridas e que os objetivos educacionais da instituição sejam atingidos de forma eficiente. Esse conselho é composto por membros que têm a tarefa de avaliar e aprovar planos de ação, diretrizes pedagógicas e outros aspectos administrativos, sempre com o intuito de assegurar a qualidade e relevância das iniciativas do ILB.

Por outro lado, o CCP tem um papel essencial na orientação acadêmica e pedagógica das ações educacionais do ILB. Composto por especialistas e profissionais da área de educação e gestão pública, o CCP atua na definição de diretrizes pedagógicas, no acompanhamento da implementação de conteúdos curriculares e na avaliação da eficácia das metodologias utilizadas nos cursos e treinamentos. Esse comitê também é fundamental para garantir que as práticas educacionais do ILB estejam alinhadas com as necessidades do Senado e com as melhores práticas de ensino, contribuindo para a constante evolução dos programas oferecidos. Ambos os órgãos, COSILB e CCP, são estruturados para trabalhar de forma colaborativa e integrada, o que permite uma supervisão mais ampla e eficaz das ações do ILB, além de assegurar que a Escola de Governo esteja sempre em sintonia com as demandas da administração pública e as exigências de um ambiente de ensino de qualidade.

O Quadro 15 resume as reuniões e os temas discutidos pelo COSILB em 2024, enquanto o Quadro 16 apresenta informações semelhantes relacionadas aos encontros do CCP no mesmo período.

Quadro 15 – Reuniões do Conselho de Supervisão do ILB em 2024

Data da reunião	Assuntos tratados
09/02/2024	I - Deliberação sobre a Proposta de Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal (PCASF) referente ao ano de 2024.
16/12/2024	I- Relatório de atividades do ILB. II PCASF. (publicado em 07/03/2025)

Fonte: Diretoria-Executiva do ILB

¹⁶ Art. 211 do RASF

¹⁷ NUP 00100.016234/2024-26, publicada no BASF nº 9188, Seção 1, de 1º de março de 2024

Quadro 16 – Reuniões do Comitê Científico-Pedagógico em 2024¹⁸

Data da reunião	Assuntos tratados
05/02/2024	I - Aprovação de Projeto Técnico-Pedagógico e autorização para oferta de uma nova edição do Curso de Extensão em Direito Eleitoral; II - Apresentação do relatório final e dos indicadores de desempenho do Curso de Extensão em Direito Eleitoral, realizado em 2022; III - Indicação de facilitadores de aprendizagem para o curso “Análise de risco aplicada à Inteligência Policial com ênfase na análise de risco de segurança orgânica (metodologia ARSO) e de pessoas”; e IV- Seleção parcial de facilitadores para o Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023.
06/03/2024	Pauta Única - Indicação de facilitador de aprendizagem para a primeira “Mentoria de Formação de Facilitadores de Aprendizagem do Senado Federal”
24/04/2024	I - Pesquisas com egressos dos cursos de pós-graduação lato sensu e de extensão do ILB. Levantamento realizado em parceria com o Instituto de Pesquisa DataSenado do Senado Federal. A coleta dos dados ocorreu nos anos 2022 e 2024; II - Análise e deliberação de pedido apresentado pela discente Aléxia Duarte Torres Portugal, regularmente matriculada no Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar (PLDP - Edição 2023), requerendo a continuidade dos estudos em regime domiciliar, por tempo determinado, em virtude da necessidade de acompanhamento de tratamento familiar; III - Análise e deliberação de pedido de revisão de nota atribuída ao trabalho de conclusão de curso (TCC) de aluna do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar (PLDP - Edição 2021); parecer do coordenador-geral e da coordenadora pedagógica do curso; IV - Aprovação do colaborador educacional a assumir o encargo de coordenador-geral de Curso de Extensão em Direito Eleitoral (Edição 2024), conforme resultado de seleção interna por meio de chamada pública.
03/05/2024	Pauta Única - Aprovação dos colaboradores educacionais a assumirem os encargos de facilitador de aprendizagem no Curso de Extensão em Direito Eleitoral (Edição 2024), conforme resultado de seleção interna por meio de chamada pública.

¹⁸ Observação: A reunião acontece em uma determinada data, mas, juridicamente e administrativamente, suas decisões só têm efeito oficial após a publicação. Assim, mesmo que uma reunião tenha ocorrido em 2023, se a publicação das decisões só aconteceu em 2024, considera-se que a validação ocorreu em 2024. Portanto, independentemente da data da reunião, é a publicação que determina sua validade legal.

10/05/2024	Pauta Única - Manifestação do Comitê Científico-Pedagógico quanto à adequação do programa pedagógico, à qualidade e à classificação da Instituição promotora, e à relevância temática da ação de capacitação para o atingimento da missão institucional do Senado Federal, nos termos do Inciso III, art. 36 do Anexo IV do RASF, no que tange: Subitem I.a) ao curso pleiteado pelo servidor PAULO ROBERTO ALONSO VIEGAS para obter afastamento, sem ônus adicional, para pesquisa e elaboração da tese de Doutorado em Direito, programa promovido pelo Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento (ICPD), do Centro de Ensino Universitário de Brasília (UniCEUB), situado em Brasília - DF, no período de 01 de junho de 2024 a 31 de dezembro de 2025; Subitem I. b) ao Doutorado Sanduíche na Universidade Complutense de Madrid, na Espanha, entre 1º de junho de 2024 e 31 de agosto de 2024
24/05/2024	Pauta Única - Manifestação do CCP quanto ao disposto no § 2º do Art. 35 c/c inciso III do art. 36 do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF) - Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022 e atualizações.
20/06/2024	Pauta Única - Aprovação de servidores para os encargos de facilitadores de aprendizagem dos cursos: 1. Autodescrição; 2. Como apresentar seu trabalho de forma interessante; 3. Como Tornar Processos de Trabalho Mais Eficientes Usando as Ferramentas do Office; 4. Desenvolvimento Customizado de Lideranças; 5. Inteligência Artificial - Noções Básicas para Gestores; 6. Inteligência Artificial - Preditiva; 7. Libras; 8. Português e Redação Oficial; 9. Processo Legislativo Constitucional – Noções Básicas; 10. Processo Legislativo Constitucional – Avançado; 11. Processo Legislativo Orçamentário – Noções Básicas; 12. Processo Legislativo Orçamentário – Avançado; 13. Processo Legislativo Regimental – Noções Básicas; e 14. Processo Legislativo Regimental – Avançado.
02/07/2024	Pauta Única - Manifestação do CCP sobre o pleito do servidor Tiago de Sousa e Albuquerque Barbosa, Técnico Legislativo – Apoio ao Processo Legislativo, matrícula nº 225888, lotado na Secretaria de Atas e Diários – SEADI, que solicitou autorização para desempenhar suas atribuições funcionais fora do Distrito Federal, na cidade de Longueil, no Canadá, por meio do Plano de Gestão da Secretaria de Atas e Diários, com vistas a participar do “Mestrado em Ciência Política na Université de Sherbrooke”.

08/07/2024	<p>I - Deliberação sobre a habilitação do servidor Wildemar Felix Assunção e Silva para a disciplina "Processo Legislativo Constitucional – Noções Básicas". II - Apresentação dos resultados das pesquisas sobre o interesse dos servidores do Senado Federal nos cursos de pós-graduação lato sensu e de extensão do ILB. Levantamento realizado em parceria com o Instituto de Pesquisa DataSenado. A coleta dos dados ocorreu nos anos 2022 e 2024.</p> <p>III - Apresentação do relatório final e dos indicadores de desempenho do Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo, realizado em 2022.</p> <p>IV - Submissão para apreciação do projeto técnico-pedagógico para a oferta do Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo em 2024.</p> <p>V - Submissão de termo de desistência, bem como de indicação de coordenador-pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar (Edição 2023).</p> <p>VI - Apresentação do relatório semestral referente ao primeiro semestre do Curso de Pós-Graduação em Poder Legislativo e Direito Parlamentar (Edição 2023).</p>
19/07/2024	<p>Pauta Única - "Manifestação do CCP sobre o pleito do servidor Claudio Demczuk de Alencar, Consultor Legislativo, matrícula nº 55958, lotado na Consultoria Legislativa, que solicita autorização para participar de Doutorado em Direito no Brasil (Universidade de São Paulo)", processo NUP 00200.012319/2024-15. A manifestação do CCP será exclusivamente quanto "(...) à adequação do programa pedagógico, à qualidade e à classificação da Instituição promotora, e à relevância temática da ação de capacitação para o atingimento da missão institucional do Senado Federal", nos termos do inciso III, art. 36 do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF) - Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022 e atualizações.</p>
05/08/2024	<p>I - Seleção de facilitadores de aprendizagem para os cursos de Sistema Lexor e LexEdit</p> <p>II - Aprovação do projeto técnico-pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Comunicação Legislativa (Edição 2024) do ILB;</p> <p>III - Relação de candidatos preliminarmente habilitados para os encargos de avaliador e de orientador de TCC do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar – Edição 2023, subdividido em: 3.1 - Servidores credenciados ao encargo de orientador e de avaliador; 3.2 - Servidores credenciados somente ao encargo de avaliador.</p>
10/09/2024	<p>Pauta Única - Seleção de coordenador-geral para o "Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo" (Edição 2024). Foram habilitados Cesar Rodrigues Van Der Laan, Pedro Augusto Ramirez Monteiro e Valéria Cristina Castanho de Almeida.</p>
24/09/2024	<p>I - Aprovação dos candidatos habilitados ao encargo de facilitador de aprendizagem para o Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo - Edição 2024. Disciplinas: Fundamentos de Licitações e Contratos (titular: Rodrigo Galha; demais habilitados suplementares: Breno de Melo Freitas, Diogo Macedo de Novaes, Felipe do Amaral Monteiro Martins, Igor do Rêgo Barros de Aragão, Marco Vinícius Pereira de Carvalho, Silvia Andrea Cupertino); Processo Licitatório (titular: Breno de Melo Freitas; demais habilitados suplementares: Diogo Macedo de Novaes, Marco Vinícius Pereira</p>

	<p>de Carvalho, Silvia Andrea Cupertino); Contratos Administrativos (titular: Igor do Rêgo Barros de Aragão; demais habilitados suplentes: Breno de Melo Freitas, Felipe do Amaral Monteiro Martins, Marco Vinícius Pereira de Carvalho, Rodrigo Galha, Silvia Andrea Cupertino); Licitações e Contratos no Senado Federal (titular: Marco Vinícius Pereira de Carvalho; demais habilitados suplentes: Felipe do Amaral Monteiro Martins, Juliana de Cássia Soares, Rodrigo Galha); Tópicos Especiais de Licitações e Contratos (titular: Felipe do Amaral Monteiro Martins; habilitado suplente: Rodrigo Galha); e Laboratório de Práticas (titular: Silvia Andrea Cupertino; demais habilitados suplentes: Cesar Rodrigues Van Der Laan, Igor do Rêgo Barros de Aragão, Marco Vinícius Pereira de Carvalho).</p> <p>II - Requerimento de aula em regime especial da aluna Aléxia Duarte Torres Portugal (Matrícula 402981), regularmente matriculada no Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023 (Curso PLDP -Edição 2023), solicitando a continuidade dos estudos em regime domiciliar por tempo determinado, devido à necessidade de acompanhamento do tratamento de saúde de familiar.</p> <p>III - Processo de reprovação do aluno Randerson Rodrigues Cirqueira no Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023.</p> <p>IV - Processo de reprovação do aluno Evertom Almeida da Silva no Curso de Pós-graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023.</p> <p>V - Pedido de desistência do aluno José Silva Filho no Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023, em virtude de designação para prestação de serviço em outra unidade federativa.</p>
10/10/2024	<p>I - Credenciamento dos candidatos preliminarmente habilitados ao encargo de avaliador para a Seleção da Coleção de Teses, Dissertações e Monografias de servidores do Senado Federal (Edição 2024), conforme Ofício nº 53/2024 - SEFOPEE/COESUP/ILB, em atendimento ao Ofício nº 59/2024 - SEGRAF;</p> <p>II - Aprovação dos indicados ao encargo de facilitador de aprendizagem para o curso de Elaboração dos Instrumentos de Escola de Governo, conforme Ofício nº 521/2024/SETREINA/COTREN.</p>
16/10/2024	Pauta Única - Seleção parcial de coordenadores (geral e pedagógico) e examinadores para o Curso de Pós-Graduação lato sensu em Comunicação Legislativa - Edição 2024, conforme Ofício nº 83/2024 - SEPOS/COESUP/ILB
25/11/2024	<p>I - Análise e manifestação quanto à reprovação do Sr. Pedro Rodrigues Lima Neto e da Sra. Raquel Finazzi Vilela no Treinamento in company "Privacidade e Proteção de Dados", em virtude da não obtenção da frequência mínima de 75% e consequente descumprimento do Termo de Responsabilidade assinado;</p> <p>II - Ratificação da escolha dos orientadores de TCC do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023 (PLDP 2023);</p> <p>III - Anuênciam formal de continuidade da aluna Bruna Mendes no curso PLDP 2023, em virtude de requerimento apresentado;</p> <p>IV - Anuênciam formal de continuidade da aluna Heloisa Batista no curso PLDP 2023, em virtude de requerimento apresentado; e</p>

	V - Apreciação e aprovação do Relatório do 1º semestre de 2024 do curso PLDP 2023.
--	--

Fonte: Diretoria-Executiva do ILB

6.3. Sistema de registro acadêmico

O registro e a manutenção de informações acadêmicas no ILB se dão por meio de um conjunto de sistemas que suportam atividades administrativas e secretariais da escola.

Uma ferramenta bastante utilizada pelo ILB é o SIGAD¹⁹, um sistema de processos administrativos utilizado pelo Senado Federal. O SIGAD (Sistema de Gestão de Documentos) do Senado Federal é uma plataforma que visa otimizar e organizar a gestão de documentos e processos administrativos dentro da instituição. Ele foi desenvolvido para facilitar o arquivamento, a consulta e o controle de documentos oficiais, proporcionando um ambiente mais eficiente para a administração pública. O sistema é projetado para garantir que todos os documentos, sejam eles digitais ou físicos, sejam devidamente registrados, classificados e acessíveis de maneira organizada e segura.

Para a Escola de Governo, o SIGAD desempenha um papel crucial, pois permite a gestão eficaz de documentos relacionados aos cursos e eventos oferecidos, como materiais pedagógicos, relatórios de atividades, registros de participação e documentos administrativos. Com a integração ao SIGAD, a Escola de Governo consegue garantir maior transparência e rastreabilidade nas suas ações, facilitando a comunicação e o controle sobre os processos internos. Além disso, o sistema auxilia na padronização e no armazenamento seguro de documentos, assegurando que informações importantes sobre as atividades educacionais, como os planos de curso e as avaliações de desempenho, sejam facilmente acessíveis, tanto para os gestores do ILB quanto para os servidores do Senado envolvidos nas ações educacionais.

A utilização do SIGAD também contribui para a melhoria na organização do conhecimento gerado pelo ILB, ao possibilitar o fácil acesso a relatórios e documentos históricos que podem servir como base para futuras decisões estratégicas. Dessa forma, o SIGAD não só facilita a administração de documentos, mas também se torna uma ferramenta essencial para o aprimoramento das práticas educacionais da Escola de Governo, apoiando na eficiência e na sustentabilidade das ações implementadas.

No que diz respeito às atividades da escola, são registrados no SIGAD, dentre outros:

- Projetos pedagógicos de cursos;
- Atas de reunião de colegiados;
- Planos de ensino de disciplinas;
- Relações de alunos matriculados;

¹⁹ < <https://intra.senado.leg.br/sigad/> >

- Editais e/ou chamadas públicas para seleção de discentes e colaboradores educacionais;
- Documentos de alunos e colaboradores educacionais etc.

No que diz respeito às informações de interesse dos alunos, como frequência e notas, esses registros são mantidos na plataforma Saberes²⁰, um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) baseado no Moodle, customizado para o Senado Federal. Além disso, o Boletim Administrativo do Senado Federal (BASF)²¹ funciona como um "diário oficial" para assuntos administrativos da Casa, sendo utilizado para a publicação de informações relevantes para os servidores, como editais para a seleção de discentes. Quando as ações envolvem alunos externos, as publicações de interesse do público também são divulgadas no Diário Oficial da União. O sistema de banco de talentos também dá suporte ao processo seletivo, funcionando como repositório da trajetória profissional dos colaboradores educacionais que são servidores do Senado.

A sistematização da Secretaria de Gestão Acadêmica faz parte de um projeto específico do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Em 2024, foi iniciado um estudo para definir a solução que melhor atenda às demandas da Escola, considerando que pode haver a contratação de um novo sistema, que leve em conta também a otimização dos recursos administrativos.

No novo PDTI 2025-2027, o projeto foi novamente priorizado, com o objetivo de implementar integralmente a solução escolhida ao longo de 2025. Vale destacar que a Administração da mantenedora está altamente engajada nesse processo, tanto que a implementação do sistema foi incluída como um Resultado Chave Específico - OKR para o ciclo 2025-2027.

6.4. Comunicação da instituição com a comunidade interna

A comunicação do ILB com a comunidade interna do Senado Federal é reconhecida como um de seus pontos fortes. A instituição utiliza diversos canais de comunicação para garantir que seus servidores, tanto efetivos quanto comissionados, estejam sempre bem-informados sobre suas atividades, oportunidades e iniciativas. Essa estratégia permite que as informações sejam disseminadas de forma rápida, clara e acessível.

O principal meio de comunicação interna do ILB é a Intranet do Senado Federal, plataforma digital que é automaticamente carregada nos computadores dos servidores ao realizarem o login. Por meio dela, o ILB divulga conteúdos institucionais de forma centralizada, garantindo ampla visibilidade para suas matérias e informações mais relevantes. Entre os conteúdos mais divulgados estão notícias sobre processos seletivos (para novos alunos e colaboradores educacionais), eventos e capacitações promovidas pela instituição.

²⁰ <<https://saberes.senado.leg.br/>>

²¹ <<https://intra.senado.leg.br/guiaserv/bASF/boletim.aspx>>

Além da Intranet, o ILB investe em campanhas de divulgação direcionadas ao público interno do Senado Federal. Essas campanhas envolvem a produção de peças publicitárias como banners digitais, folders informativos, cartazes institucionais e outros materiais gráficos, garantindo que as informações sejam transmitidas de forma visualmente atrativa e de fácil compreensão.

Outra estratégia importante é o uso de e-mail marketing segmentado, que permite direcionar campanhas educacionais ao público-alvo específico de cada ação, aumentando o engajamento e a participação. Além dos canais digitais, o ILB também realiza ações presenciais, como a fixação de cartazes em áreas de grande circulação e a distribuição de panfletos, ampliando ainda mais a visibilidade dos programas oferecidos. Redes sociais, sites institucionais e eventos abertos complementam a estratégia de comunicação do ILB, ampliando o alcance das informações e fortalecendo sua missão de promover a educação legislativa e a capacitação contínua.

6.5. Comunicação da instituição com a comunidade externa

O ILB possui uma ampla variedade de canais de comunicação com seu público externo, que incluem sites e portais na Internet, redes sociais e outros meios. Dentre esses canais, destaca-se o portal oficial do ILB, que é voltado especialmente para a divulgação de informações relacionadas às atividades e iniciativas da Escola de Governo. O portal serve como uma plataforma centralizada para compartilhar conteúdos sobre cursos, eventos, editais, projetos pedagógicos e notícias institucionais. Além disso, oferece aos visitantes acesso a materiais de apoio e a informações relevantes sobre a atuação do ILB, permitindo que os usuários acompanhem de perto as ações educacionais e participem ativamente das oportunidades de capacitação oferecidas.

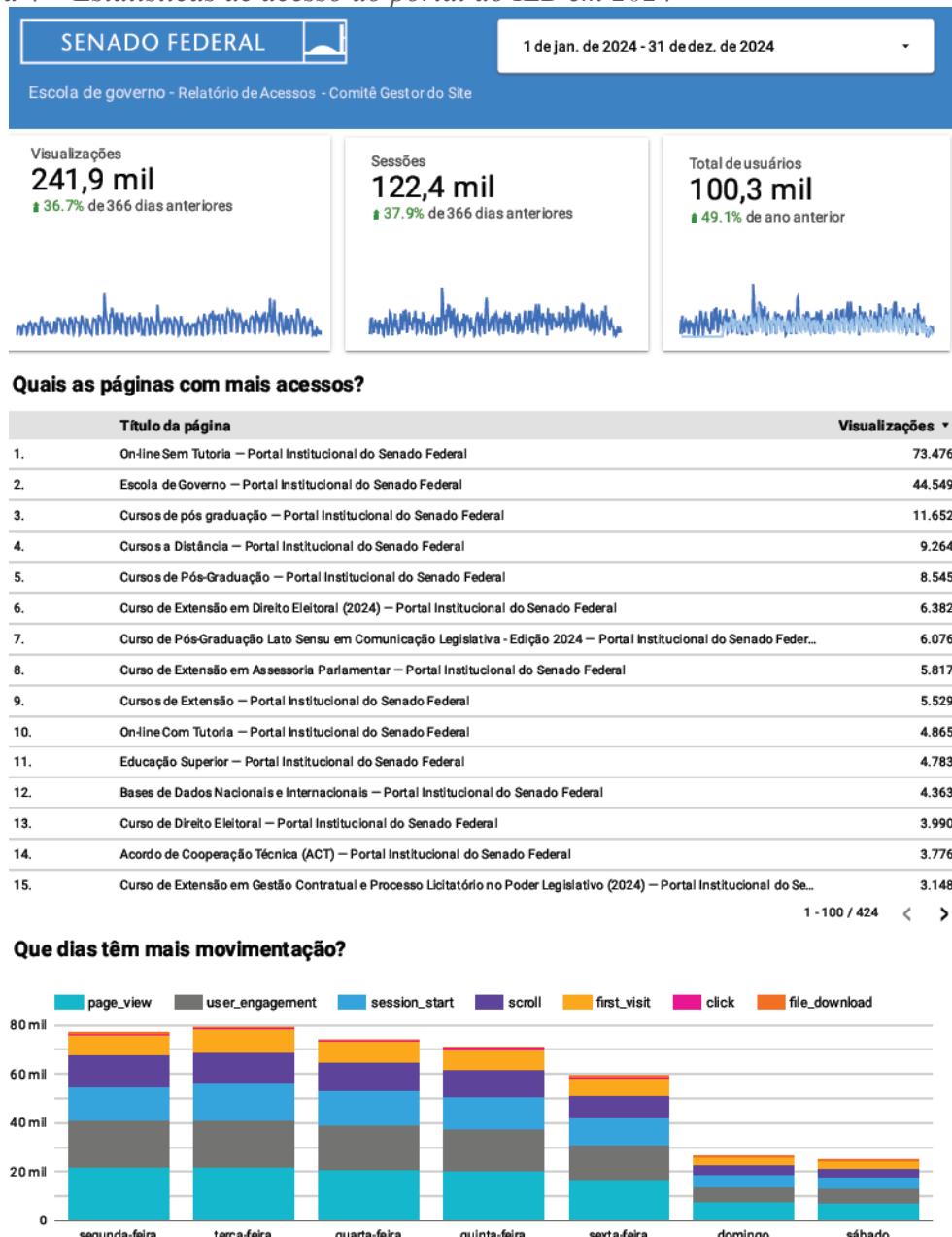
O portal do ILB também proporciona uma interface amigável, com navegação intuitiva, facilitando a busca por conteúdos específicos. Ele foi desenvolvido para atender tanto aos servidores do Senado quanto ao público externo interessado em temas de administração pública e governança. Em 2024, o site recebeu um número expressivo de acessos, como ilustrado na Figura 4, que apresenta as estatísticas de visitas e interação com o portal. Esses dados indicam o crescente interesse nas ações do ILB e refletem a relevância do portal como um canal essencial de comunicação entre a Escola de Governo e seus diversos públicos.

Figura 3 – Página inicial do portal do ILB

The screenshot shows the homepage of the ILB portal. At the top, there's a blue header bar with the text "Institucional > Escola de Governo". Below the header, a navigation menu includes "Sobre", "Educação Superior", "Cursos a Distância", "Normativos e Relatórios", "Comunicação", and "CPA", followed by a "Buscar" button. A sub-menu "Escola de Governo" is visible. The main content area features a large banner for a course titled "Curso de Extensão A Defesa Nacional e o Poder Legislativo Edição 2025". The course details include "108 horas", "Modalidade: presencial e on-line", and "Realização: de 31 de março a 18 de julho". Below the banner, there's a section about the "Objetivo Geral" and the "Público-alvo". A call-to-action button says "Inscrições até: 20 de Fevereiro" and "Clique para mais informações!". To the right of the main content, there's a sidebar with a QR code and text linking to the e-MEC system, along with a "AGENDA" section and a link to "Ver agenda completa >>". The URL "https://www12.senado.leg.br/institucional/escoladegoverno" is visible at the bottom left.

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/institucional/escoladegoverno>

Figura 4 – Estatísticas de acesso ao portal do ILB em 2024



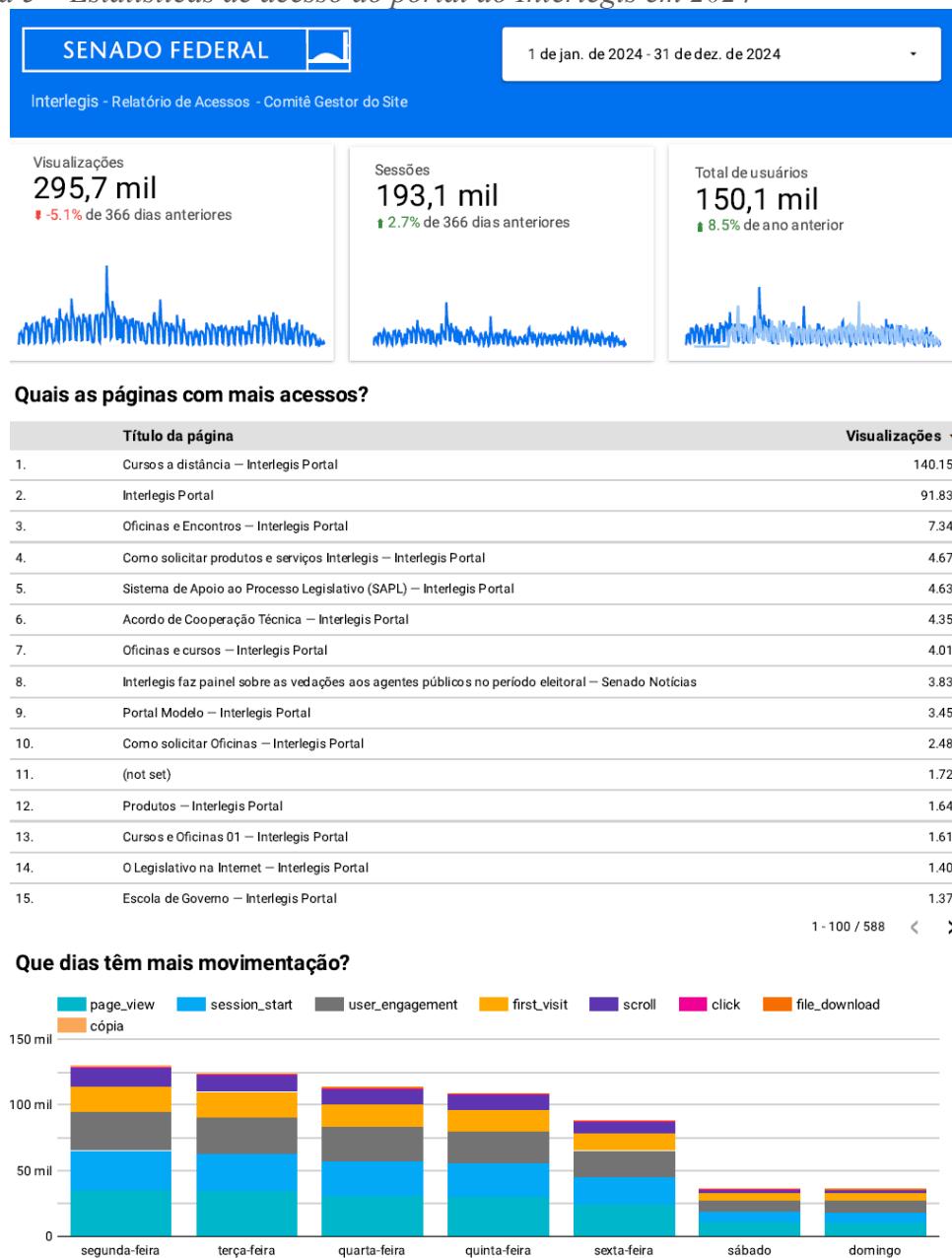
Fonte: Comitê Gestor da Intranet

Outro portal de grande importância mantido pelo ILB é o do Interlegis, que tem como foco principal a divulgação de oficinas e eventos destinados aos servidores e colaboradores do Poder Legislativo em estados e municípios. Esse portal oferece informações sobre programas de capacitação, cursos, workshops e outras atividades que visam fortalecer as competências dos servidores legislativos em todo o Brasil. Ele desempenha um papel crucial na promoção da integração e no aprimoramento da gestão pública nos níveis estadual e municipal.

Em 2024, o sítio do Interlegis recebeu um número considerável de acessos, como demonstrado na Figura 5, que apresenta as estatísticas de visitas ao portal. Esses dados

refletem o crescente interesse e a adesão dos servidores e colaboradores legislativos às iniciativas de capacitação oferecidas, consolidando o Interlegis como um canal essencial para a promoção do desenvolvimento profissional no âmbito do Poder Legislativo.

Figura 5 – Estatísticas de acesso ao portal do Interlegis em 2024



Fonte: Comitê Gestor da Intranet

Além do monitoramento realizado por servidores de outros órgãos nos portais, principalmente o do ILB, é importante destacar que a comunicação também é feita por e-mail para órgãos parceiros, como o TCU, a Câmara dos Deputados, a Advocacia-Geral da União e outros, sempre que os processos seletivos incluírem vagas para o público

externo. Adicionalmente, nesses casos, também é realizada a publicação no Diário Oficial da União, garantindo ampla divulgação e transparência no acesso às oportunidades.

As divulgações de cursos também ocorrem pelo Saberes, o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) utilizado pelo ILB para oferta de cursos à distância e apoio as demais ações educacionais (presenciais, híbridas e remotas).

O ILB também se faz presente nas redes sociais, por meio de canal no Youtube²², e no Facebook²³. No Instagram, as ações educacionais voltadas ao Programa Interlegis são divulgadas no canal Interlegis²⁴. No Twitter também há canais do Interlegis²⁵ e do ILB²⁶; ambos, ainda, com menor alcance em relação às demais redes sociais.

Outra ferramenta utilizada pelo ILB para comunicação com a comunidade acadêmica é o sistema Contatos, desenvolvido pelo Prodasen, que permite o envio de mala direta para endereços de e-mail previamente cadastrados.

Por fim, cabe mencionar novamente o Boletim Administrativo do Senado Federal (BASF)²⁷, que possui uma seção de acesso público, bem como o Diário Oficial da União, que é utilizado sempre que o assunto em questão abrange alunos de fora do Senado Federal (como servidores de outros órgãos).

²² <<https://www.youtube.com/c/ILBCanal>>

²³ <<https://www.facebook.com/ilbsenado>>

²⁴ <https://www.instagram.com/interlegis_>

²⁵ <<https://twitter.com/interlegison>>

²⁶ <https://twitter.com/Senado_ILB>

²⁷ <<https://intra.senado.leg.br/guiaserv/bASF/boletim.aspx>>

7. DIMENSÃO 3: CORPO SOCIAL

7.1. Política de formação e capacitação do corpo docente

O ILB não possui um quadro permanente de docentes, tampouco o Senado Federal dispõe de cargos específicos para professores. Assim sendo, os profissionais que atuam nas ações educacionais são escolhidos, antes do início de cada curso, por meio de processo seletivo aberto a todos os servidores do Senado Federal. Nesse contexto, não cabe falar em uma política específica para formação, capacitação e atualização para o corpo docente.

No entanto, considerando que todo servidor do Senado Federal é um professor em potencial dos cursos do ILB, pode-se entender que tal requisito seja atendido pela política maior do Senado Federal voltada para desenvolvimento de pessoas, e que atualmente se encontra consolidada no Anexo IV do RASF²⁸. Tais ações envolvem a liberação do servidor para frequentar cursos de interesse da instituição durante licença para capacitação, a concessão de afastamentos e/ou apoio financeiro para a participação em cursos de pós-graduação, congressos, seminários ou outros eventos técnico-científicos e a participação em ações de capacitação promovidas pelo próprio ILB.

Dentre as ações promovidas pelo ILB em 2024, cabe destacar a oferta de duas turmas do curso "Mediação do Ensino e da Aprendizagem", o qual contou com cerca de 3000 alunos de todo o Brasil, dentre os quais se encontram também servidores do Senado Federal.

7.2. Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo

Assim como os docentes, o corpo técnico-administrativo do ILB também se beneficia da mesma política de desenvolvimento de pessoas do Senado Federal. Essa política promove a capacitação contínua e o aprimoramento profissional, contribuindo para o crescimento individual e coletivo.

O Quadro 17 apresenta a relação de cursos promovidos pelo ILB para servidores do Senado e o quadro 18 e 19 o tipo da ação e a quantidade de servidores do corpo técnico-administrativo que participaram. Dentre as iniciativas, destacam-se a Oficina de Comunicação Assertiva e Empática: Como se Comunicar Melhor e a Oficina Pedagógica Integrativa, que tiveram uma expressiva participação de servidores efetivos e comissionados da escola. Essas oficinas reforçam o compromisso do ILB com a qualificação e o desenvolvimento de seus colaboradores.

Quadro 17 – Servidores do Senado Federal participantes de cursos promovidos pelo ILB em 2024

Ação educacional	Quantidade de servidores participantes
1º Congresso Brasileiro de Direito Parlamentar	127

²⁸ <<https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/rasf/view>>

3ª Oficina de Segurança da Informação - Melhores Práticas de Autenticação de Usuários	29
3º Seminário da Rede de Equidade - Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão	20
4ª Oficina de Prevenção a Golpes Digitais: Perigos de Uso de Redes Inseguras	13
5ª Oficina de Segurança da Informação: Privacidade em Jogo - Como o tratamento de dados influencia o seu trabalho?	2
6ª Oficina de Segurança da Informação	38
Análise de Risco Aplicada à Inteligência Policial com Ênfase na Análise de Risco de Segurança Orgânica (Metologia ARSO) e de Pessoas	21
Arquimedes – Básico	15
Audiodescrição de Imagens	15
Autismo com Ênfase no Ambiente de Trabalho	25
Conversa com Especialistas - Mercado de Carbono	9
Elaboração dos Instrumentos de Planejamento e de Avaliação Institucional de Escola de Governo	23
Estatística e Análise de Dados Aplicada à Auditoria	20
Excelência no Atendimento ao Público (Turma 1)	5
Excelência no Atendimento ao Público (Turma 2)	2
Formação de Facilitadores do programa de Formação Gerencial (Turma 1)	12
Formação de Facilitadores do programa de Formação Gerencial (Turma 2)	14
Gestão e Preservação de Documentos Digitais	20
Inteligência Artificial Generativa	15
Inteligência Artificial Generativa – CONLEG	18
Inteligência Artificial - Noções Básicas para Gestores	21
Inteligência Artificial Preditiva	25
LexEdit - Emendas (Turma 1)	16
LexEdit - Emendas (Turma 2)	19
LexEdit - Emendas (Turma 3)	16
LexEdit - Emendas (Turma 4)	15
Libras - Básico	17
Linguagem Simples aplicada à Redação Oficial	26
Maratonando a Inteligência Artificial Generativa	233
Mentoria de Facilitadores de Aprendizagem	16

Noções de QLIK Sense aplicadas ao contexto dos Gabinetes Parlamentares	13
Novo Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo do Senado Federal	8
Oficina Adobe - Design Gráfico	60
Oficina Adobe: NAB Insights	42
Português e Redação Oficial na Prática (Turma 1)	24
Português e Redação Oficial na Prática (Turma 2)	25
Privacidade e Proteção de Dados: Teoria e Prática	66
Privacy by Design (Turma 1)	25
Privacy by Design (Turma 2)	24
Processo Legislativo Constitucional e Regimental para a Consultoria Legislativa	35
Processo Legislativo Constitucional - Noções Básicas (Turma 1)	25
Processo Legislativo Constitucional - Noções Básicas (Turma 2)	22
Processo Legislativo Orçamentário - Noções Básicas (Turma 1)	31
Processo Legislativo Orçamentário - Noções Básicas (Turma 2)	30
Processo Legislativo Orçamentário - Noções Básicas (Turma 3)	28
Processo Legislativo Regimental - Noções Básicas (Turma 1)	30
Processo Legislativo Regimental - Noções Básicas (Turma 2)	28
Programa Construindo o Futuro - Palestra: Alimente o seu Cérebro e Conquiste a sua Longevidade	34
Programa Construindo o Futuro - Palestra: Empreendedorismo	40
Programa Construindo o Futuro - Palestra: Novos Tempos, Novos Começos: Viver Bem Após os 50	18
Programa Construindo o Futuro - Palestra: Requisitos para se Aposentar e Mudanças no Vencimento	29
Programa Construindo o Futuro - Planejamento Financeiro para a Aposentadoria	23
Programa Construindo o Futuro - Semana: Refletir sobre o Futuro	6
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Caixa de Ferramentas Gerenciais	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 – Disciplina: Senado Sistêmico	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 – Inovação	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Liderança e Gestão de Equipes	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Organização do Trabalho	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 – Palestra: Da informação à ação: O poder dos Dados no Senado Federal	19

Programa de Formação Gerencial 3.0 - Palestra: Quanto vale meu tempo?	22
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Poder e Influência nas Organizações	19
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Roda de Conversa: Gestão e Governança - E eu com isso?	41
Programa de Formação Gerencial 3.0 - Técnica x Política: Rivais ou Aliados	19
Programa de Liderança para mulheres	17
Programa de Liderança para Mulheres Negras (Turma 1)	13
Programa de Liderança para Mulheres Negras (Turma 2)	11
Regimento Interno Avançado	68
Roda de Conversa PFG - Temas Transversais - Diversidade, Equidade, Combate ao Assédio, Acessibilidade e Preservação Ambiental	9
Roda de Conversa PFG - Temas Transversais - Segurança Cibernética, LGPD e IA	11
Seminário de Educação Midiática - Cenário, políticas, exemplos e impactos	30
Sistema Lexor - Apresentação de Emendas ao PLOA (Turma 1)	48
Sistema Lexor - Apresentação de Emendas ao PLOA (Turma 2)	50
Servidores do Senado Federal (Comissionados e Efetivos) matriculados em cursos on-line sem tutoria da plataforma Saberes em 2024	
Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Parceria STJ/ILB)	11
Assédio Moral e Sexual no Trabalho	19
Cerimonial no Ambiente Legislativo	54
Cidadania e Democracia na Escola	4
Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico	47
Desenvolvimento de Equipes	33
Dialogando sobre a Lei Maria da Penha	94
Direito Eleitoral - Turma 1	16
Doutrina Política: Liberalismo	23
Doutrina Política: Novas Esquerdas	13
Doutrina Política: Social-Democracia	10
Doutrina Política: Socialismo	10
Estado e Organizações da Sociedade Civil: MROSC	12
Estatuto da Igualdade Racial	8

Ética e Administração Pública	46
Excelência no Atendimento	39
Fundamentos da Integração Regional: O Mercosul	7
Gestão Estratégica com foco na Administração Pública	52
Introdução ao Controle Interno	11
Introdução ao Direito Constitucional	41
Introdução ao Direito do Consumidor	14
Introdução ao Orçamento Público	78
Lei de Acesso à Informação	14
Licitação e Contratos Administrativos: Um olhar para a Lei 14.133, de 2021	100
Mediação do Ensino e da Aprendizagem On-line	31
O Poder Legislativo	45
O Poder Legislativo Municipal no Brasil	10
Orçamento Público Avançado	161
Ouvidoria na Administração Pública (Parceria ILB/CGU)	3
Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal	2
Política Contemporânea	121
Processo Legislativo Federal	68
Processo Legislativo Regimental	59
Racismo Estrutural e Práticas Antirracistas	31
Siga Brasil Relatórios	5
Transparéncia Legislativa	24

Fonte: COTREN

Quadro 18 – Ações educacionais realizadas em 2024 com participação do corpo técnico-administrativo do ILB

	Quantidade de servidores participantes	Quantidade de ações
Ações Internas de Execução Direta (promovidas pelo ILB)	79	22
Ações Internas de Execução Indireta (promovidas por empresas contratadas pelo Senado Federal)	4	2
Ações Externas	5	4
Licença para Capacitação	9	49

Quadro 19 – Cursos/Ações voltadas exclusivamente para o corpo técnico-administrativo do ILB em 2024

	Quantidade de servidores participantes
Curso "Elaboração dos Instrumentos de Planejamento e de Avaliação Institucional de Escola de Governo"	23

Fonte: COTREN

7.3. Política de atendimento aos estudantes

A política de atendimento a estudantes do ILB é abrangente e utiliza instrumentos e canais diversificados para atender às necessidades que os discentes possam apresentar durante as ações educacionais. Essa abordagem garante um suporte eficiente e personalizado, contribuindo para a qualidade da experiência educacional.

Nos cursos de pós-graduação lato sensu (especialização), o ILB contrata dois coordenadores para cada turma: um coordenador-geral e um coordenador-pedagógico. Esses profissionais atuam durante todo o curso para identificar e resolver, dentro de suas competências, eventuais problemas ou dificuldades enfrentadas por alunos e professores.

Já nos cursos de extensão, que têm duração reduzida, a coordenação é realizada por um coordenador-geral, enquanto as atividades pedagógicas são assumidas por servidores do próprio ILB, especificamente da Coordenação de Educação Superior (COESUP), capacitados para essa função. Em ambos os casos, é criado um grupo de *WhatsApp* entre a turma e os coordenadores, facilitando a comunicação e o relacionamento próximo. Quando necessário, também são realizados encontros presenciais para um atendimento mais direto e personalizado.

A contratação dos coordenadores segue um processo seletivo aberto a todos os servidores do Senado Federal, garantindo transparência e igualdade de oportunidades. A escolha dos candidatos é submetida à aprovação do Comitê Científico-Pedagógico (CCP) do ILB, assegurando que os profissionais selecionados atendam aos critérios de excelência e alinhamento com as diretrizes institucionais.

O **Quadro 20** apresenta as atas das reuniões do CCP, nas quais foram aprovados os nomes dos coordenadores gerais e pedagógicos para cada curso de pós-graduação promovido pelo ILB em 2024. Esse processo reforça o compromisso da instituição com a qualidade e a organização de suas ações educacionais.

Quadro 20 – Reuniões do CCP em que foram aprovados os coordenadores geral e pedagógico dos cursos executados pelo ILB em 2024

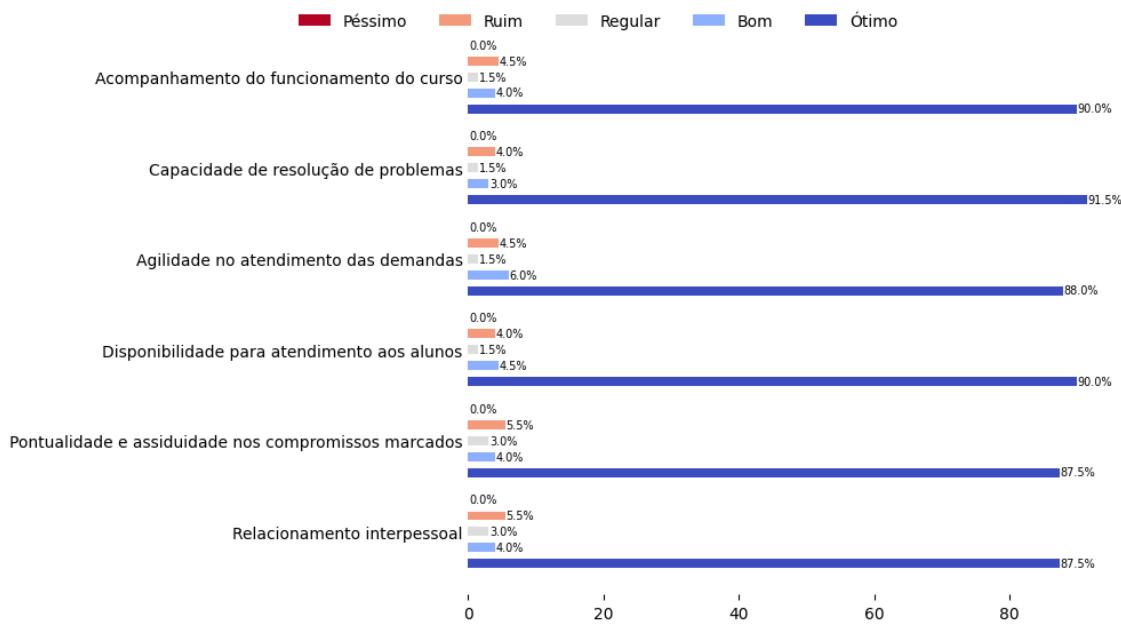
Curso	Ata de aprovação dos coordenadores
Pós-graduação lato sensu em Comunicação Legislativa (2024) (Aprovação do curso - Ata da reunião do CCP de 5/8/2024 - BASF nº 9423 de 21/08/2024)	Ata da reunião do CCP de 16/10/2024 - BASF nº 9519-S1, 29/10/2024

<p>Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024) (Aprovação do curso - Ata da reunião do CCP de 5/2/2024 - NUP 00100.020570/2024-73 (VIA 001))</p>	<p>Ata da reunião do CCP de 24/4/2024 - BASF nº 9276-S1, 7/5/2024 (NUP 00100.058863/2024-23-10 (ANEXO: 010))</p>
<p>Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024) (Aprovação do curso - Ata da reunião do CCP de 8/7/2024 - BASF nº 9365-S1, 11/7/2024)</p>	<p>Ata da reunião do CCP de 10/9/2024 - BASF nº 9463-S1, 18/9/2024 (NUP 00100.160156/2024-04 (VIA 001))</p>

Fonte: SEPOS

A atuação de cada coordenador é acompanhada pela CPA, por meio da análise dos relatórios de avaliação preenchidos por docentes e discentes, bem como pelo CCP, em consonância com suas competências regulamentares.

Figura 6 – Avaliação global da atuação dos coordenadores-gerais dos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024



Fonte: SEPOS

Suporte Administrativo e Secretaria Acadêmica

Os estudantes dos cursos do ILB contam com o apoio da Secretaria Acadêmica, localizada no Bloco 12 do Senado Federal, para o fornecimento de documentos e outras demandas administrativas. O atendimento é realizado de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, com possibilidade de extensão do horário durante aulas presenciais no período noturno. O suporte pode ser prestado de forma presencial, por telefone ou por e-mail, garantindo flexibilidade e acessibilidade aos discentes.

O ILB disponibiliza espaços dedicados para atendimento a alunos, que podem ser utilizados tanto de forma individual quanto em grupo. Todos os espaços são de fácil

acesso e estão localizados no mesmo bloco das salas de aula, garantindo comodidade e praticidade para os estudantes durante sua rotina acadêmica.

7.4. Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente

Eventos Técnico-Científicos Promovidos pelo ILB

O ILB tem promovido uma série de eventos técnico-científicos apresentados por egressos de cursos de pós-graduação, tanto no Brasil quanto no exterior, que receberam do Senado Federal algum tipo de incentivo, seja financeiro ou afastamento remunerado. Essa iniciativa está alinhada ao art. 42 da Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal²⁹, reforçando o compromisso da instituição com a valorização do conhecimento e a disseminação de experiências acadêmicas.

Eventos Realizados em 2024

O Quadro 21 apresenta os eventos realizados em 2024, juntamente com o número de inscritos. Como esses eventos são abertos ao público, o quantitativo inclui não apenas servidores do Senado Federal e de órgãos parceiros, mas também o público em geral, ampliando o alcance e o impacto das iniciativas do ILB.

Quadro 21 – Eventos técnico-científicos promovidos pelo ILB em 2024

Nome	Inscrições
Círculo de Conversação "O Mito da Representação Proporcional no Brasil"	145
Círculo de Conversação "Emendas constitucionais questionadas e o uso estratégico da jurisdição constitucional por partidos políticos"	155
Círculo de Conversação: Reflexões sobre o Centro de Governo Brasileiro em Perspectiva Comparada	123
Workshop The Role of Parliament in Foreign Politics	97
Círculo de Conversação "Visita ao Palácio do Congresso Nacional: Conhecer para Proteger"	147

²⁹ Art. 42. São deveres do servidor, após a conclusão do curso:

(...)

II - executar ação de disseminação e aplicação do conhecimento adquirido na pós-graduação, quando requisitado pelo Instituto Legislativo Brasileiro, nos termos do § 8º do art. 19 deste Anexo;

(...)

Círculo de Conversação "Palácio do Congresso Nacional: Repensando a Preservação do Patrimônio Moderno"	67
Círculo de Conversação "Processo Legislativo Bicameral no Brasil" (presencial)	77
Círculo de Conversação "Processo Legislativo Bicameral no Brasil" (on-line)	264
Círculo de Conversação “Participação Cidadã no Poder Legislativo Federal: Desafios e Oportunidades”	180
Círculo de Conversação "Com todo o respeito: limites entre gentileza e importunação no contexto laboral" (ON-LINE)	197
Círculo de Conversação "Com todo o respeito: limites entre gentileza e importunação no contexto laboral" (PRESENCIAL)	45
Círculo de Conversação "Desafios do Processo Legislativo: Reflexões sobre o descumprimento das regras na elaboração das leis"	327
Jornada Educacional "Desafios para aprimorar as escolas de governo"	184
Ciclo de Discussões Acadêmicas "Poder Legislativo e Direito Parlamentar"	242

Fonte: COESUP

Apoio à Participação em Ações Educacionais Externas

O Senado Federal incentiva e apoia a participação de seus servidores em ações educacionais externas, incluindo eventos técnico-científicos e cursos de pós-graduação. Esse suporte demonstra o compromisso da instituição com o desenvolvimento profissional e a atualização constante de seus colaboradores.

Participação em Eventos Técnico-Científicos em 2024

O Quadro 22 apresenta a quantidade de servidores que receberam apoio financeiro e/ou autorização do Senado Federal em 2024 para participação em eventos externos, categorizados por tipo de evento. Essa iniciativa reflete o estímulo à troca de conhecimentos e à integração com a comunidade técnico-científica.

Apoio a Cursos de Pós-Graduação Externa

Já o Quadro 23 traz informações sobre os servidores que obtiveram apoio institucional para a realização de cursos de pós-graduação externa. Esse incentivo reforça

a valorização da formação acadêmica avançada e o aprimoramento das competências dos servidores, alinhados às necessidades do Senado Federal.

Quadro 22 – Quantidade de servidores do Senado Federal liberados para participar de eventos externos em 2024

Ações Internas de Execução Indireta (promovidas por empresa contratada pelo Senado Federal)	
Quantidade de servidores participantes	168
Quantidade de ações	5
Ações Externas	
Quantidade de servidores participantes	212
Quantidade de ações	100
Licença para Capacitação	
Quantidade de servidores afastados	268
Quantidade de ações	549

Fonte: COTREN

Quadro 23 – Processos de solicitação de apoio do Senado Federal para realização de pós-graduação externa deferidos ou em andamento em 2024

NUP do Processo	Instituição e Curso	Tipo de Apoio Financeiro
00200.002106/2023-96	Curso de Altos e Defesa promovido pela Escola Superior de Guerra, na sede da ESG, em Brasília-DF	com ônus para o Senado
00200.001584/2023-89	Tese de Doutorado, no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)	sem ônus para o Senado
00200.022357/2022-14	Mestrado em Gestão Sênior em Segurança Internacional, na Universidade Carlos III de Madri	com ônus para o Senado
00200.019380/2023-02	Curso de Alta Dirección en Seguridad Internacional, no Centro Universitário de La Guardia Civil	com ônus para o Senado
00200.020026/2018-55	Doutorado em Direito, na Universidade de São Paulo (USP)	sem ônus para o Senado
00200.003561/2020-66	Doutorado em Ciência Política, na Universidade de Brasília (UnB)	sem ônus para o Senado
00200.005020/2021-53	Doutorado em Direito, na Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos	sem ônus para o Senado

00200.004560/2021-10	Mestrado em Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB)	sem ônus para o Senado
00200.011483/2021-54	Mestrado em Direito e Economia na Erasmus University Rotterdam, em Rotterdam, Holanda	sem ônus para o Senado
00200.005367/2022-87	Doutorado em Direito, na Universidade Nova de Lisboa	sem ônus para o Senado
00200.014133/2022-21	Doutorado em Direito, na Universidade Federal de Minas Gerais	sem ônus para o Senado
00200.011992/2019-62	Mestrado em Política Social, Trabalho e Bem-estar na Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha	sem ônus para o Senado
00200.007441/2020-38	Doutorado em Direito Constitucional, na Universidade de São Paulo (USP)	sem ônus para o Senado
00200.012182/2020-67	Doutorado Profissional em Administração na Fundação Getúlio Vargas (FGV EA SP)	com ônus para o Senado
00200.012753/2022-25	Mestrado em Direito, no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)	com ônus para o Senado
00200.012462/2022-37	Mestrado em Direito, no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)	com ônus para o Senado
00200.006392/2022-88	Doutorado em Direito, no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)	com ônus para o Senado
00200.005561/2024-24	Doutorado em Direito, no Centro Universitário de Brasília (UniCeUB), com doutorado 'sanduíche' na Universidade Complutense de Madrid, Espanha	sem ônus para o Senado
00200.012319/2024-15	Doutorado em Direito, no Universidade de São Paulo (USP) (indeferido)	sem ônus para o Senado
00200.005107/2024-73	Mestrado em Ciência Política, na Universidade de Sherbrooke, Canadá	sem ônus para o Senado
00200.006468/2024-37	Mestrado <i>Master in Management</i> , na Universidade de Stanford, EUA	sem ônus para o Senado
00200.022357/2022-14	Mestrado em Gestão Sênior em Segurança Internacional, na Universidade Carlos III de Madri	com ônus para o Senado
00200.012753/2022-25	Mestrado em Direito, no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)	com ônus para o Senado
00200.001584/2023-89	Doutorado em Direito, no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)	sem ônus para o Senado

00200.011992/2019-62	Mestrado em Política Social, Trabalho e Bem-Estar, na Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha	sem ônus para o Senado
00200.012462/2022-37	Mestrado em Direito, no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)	com ônus para o Senado
00200.020026/2018-55	Doutorado em Direito, na Universidade de São Paulo (USP)	sem ônus para o Senado
00200.007441/2020-38	Doutorado em Direito Constitucional, na Universidade de São Paulo (USP)	com ônus para o Senado
00200.012319/2024-15	Doutorado em Direito Penal, na Universidade de São Paulo (USP)	sem ônus para o Senado
00200.003561/2020-66	Doutorado em Ciência Política, na Universidade de Brasília (UnB)	sem ônus para o Senado
00200.005020/2021-53	Doutorado em Direito, na Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos	com ônus para o Senado
00200.011483/2021-54	Mestrado em Direito e Economia na Erasmus University Rotterdam, em Rotterdam, Holanda	sem ônus para o Senado
00200.005367/2022-87	Doutorado em Direito, na Universidade Nova de Lisboa	sem ônus para o Senado
00200.006392/2022-88	Doutorado em Direito, no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP)	com ônus para o Senado
00200.013969/2024-70	Mestrado em Direito Constitucional, no IDP	com ônus para o Senado
00200.019380/2023-02	Curso de Alta Dirección en Seguridad Internacional, no Centro Universitário de La Guardia Civil	com ônus para o Senado

Fonte: SEPOS

Produção Discente nos Cursos de Pós-Graduação

A produção discente no ILB ocorre principalmente no âmbito dos cursos de pós-graduação lato sensu, por meio das monografias apresentadas pelos alunos como requisito para a conclusão dos cursos de especialização. Esses trabalhos representam a consolidação do conhecimento adquirido e a aplicação prática dos conceitos estudados, contribuindo para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos discentes.

O curso de pós-graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar esteve em curso ao longo do ano de 2024 e sua conclusão está prevista para julho de 2025. Desta forma, não há para este relatório trabalhos de conclusão de curso a listar.

Tramitação da Nova Instrução Normativa

Na elaboração deste relatório, a proposta de uma nova instrução normativa para regulamentar os Grupos de Estudo e Pesquisa Acadêmica (GEPA) está em tramitação nas áreas administrativas do Senado Federal. Essa atualização reflete o compromisso do ILB em fortalecer a pesquisa acadêmica e a inovação tecnológica, alinhadas às necessidades institucionais e ao desenvolvimento do país.

7.5. Coerência entre o processo de seleção do corpo docente e os cursos previstos/implantados

Seleção de Docentes para os Cursos do ILB

O ILB não possui um quadro próprio de professores, o que exige a formação de um corpo docente específico para cada ação educacional. A seleção de docentes é realizada com base em critérios rigorosos, visando escolher os profissionais mais aptos para cada curso. Esse processo inclui a participação de servidores de outros órgãos e servidores aposentados, garantindo a diversidade e a excelência do corpo docente.

Critérios e Etapas do Processo Seletivo

A seleção de docentes para os cursos promovidos em 2024 seguiu as diretrizes estabelecidas na Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal e na Instrução Normativa do ILB nº 1 de 2021. O processo pode incluir as seguintes etapas:

1. Cadastro no Banco de Talentos do Senado Federal;
2. Avaliação curricular, com ênfase na experiência acadêmica como professor e na experiência profissional na área de atuação;
3. Entrevista e, eventualmente, uma microaula, avaliada pela equipe pedagógica do ILB.
4. Aprovação do candidato pelo Comitê Científico-Pedagógico.

Essas etapas garantem a seleção de profissionais qualificados e alinhados às necessidades dos cursos oferecidos.

Cursos de Pós-Graduação em 2024

O Quadro 24 apresenta a relação dos cursos de pós-graduação executados em 2024, os instrumentos que regularam o processo seletivo de professores e os requisitos estabelecidos para os candidatos que concorreram aos encargos de facilitador de aprendizagem. Essa transparência no processo reforça o compromisso do ILB com a qualidade e a excelência de suas ações educacionais.

Quadro 24 – Instrumentos que regularam a seleção dos docentes e requisitos para os candidatos aos encargos de facilitador de aprendizagem dos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024

Curso	Instrumento	Requisitos
-------	-------------	------------

Curso de Pós-Graduação lato sensu em Comunicação Legislativa (2024)	Chamada Pública Interna para Colaboradores Educacionais - NUP 00100.150218/2024-61-1 (ANEXO: 001) - BASF 9461 - Seção 1, de 17/9/2024	<p>Requisitos para o encargo de facilitador de aprendizagem:</p> <p>I. certificado de curso de pós-graduação lato sensu (emitido por instituição de ensino superior credenciada junto ao MEC), ou titulação de mestre ou de doutor em curso de pós-graduação stricto sensu reconhecido pelo MEC;</p> <p>II. experiência de, no mínimo, 6 (seis) meses como docente em instituição de ensino pública ou privada, ou certificado de curso de pós-graduação lato sensu (emitido por instituição de ensino superior credenciada junto ao MEC) em docência do ensino superior reconhecido pelo MEC.</p>
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Chamada Pública interna para Colaboradores Educacionais - BASF nº 9210 Seção 1, de 18/03/2024	<p>Para o encargo de facilitador de aprendizagem:</p> <p>certificado de curso de pós-graduação lato sensu (emitido por instituição de ensino superior credenciada junto ao MEC), ou titulação de mestre ou de doutor em curso reconhecido pelo MEC; experiência de, no mínimo, 6 (seis) meses como docente em instituição de ensino pública ou privada, ou certificado de curso de pós-graduação lato sensu (emitido por instituição de ensino superior credenciada junto ao MEC) em docência no ensino superior.</p>
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Chamada Pública Interna para Colaboradores Educacionais - NUP 00100.106948/2024-25-2 (ANEXO: 002) - BASF nº 9405 Seção 1, de 08/08/2024	<p>Para o encargo de facilitador de aprendizagem:</p> <p>certificado de curso de pós-graduação lato sensu (emitido por instituição de ensino superior credenciada junto ao MEC), ou titulação de mestre ou de doutor em curso reconhecido pelo MEC; experiência de, no mínimo, 6 (seis) meses como docente em instituição de ensino pública ou privada, ou certificado de curso de pós-graduação lato sensu (emitido por instituição de ensino superior credenciada junto ao MEC) em docência no ensino superior.</p>

Fonte: COESUP

7.6. Titulação do corpo docente dos cursos de pós-graduação lato sensu

Em 2024, os cursos de pós-graduação do ILB contaram com a atuação de um corpo docente altamente qualificado, composto por 10 doutores, 10 mestres e 4 especialistas, conforme detalhado no Quadro 25. Essa composição reflete o compromisso do ILB com a excelência acadêmica e a qualificação dos profissionais envolvidos em suas ações educacionais.

A documentação que comprova as titulações dos docentes está organizada em pastas específicas, mantidas pelo SESEA (Serviço de Secretariado Acadêmico). Essa prática garante transparência e confiabilidade no processo de seleção e atuação dos professores, reforçando a credibilidade das iniciativas do ILB.

Quadro 25 – Titulação dos servidores que atuaram de facilitador de aprendizagem de disciplinas dos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024

Curso	Disciplina	Titulação do facilitador de aprendizagem
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP-02 Teoria da Constituição, Organização do Estado e Direitos Fundamentais (28h)	Doutor
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP-06 Metodologia da Legística (28h, híbrida)	Mestre
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 09 Processo Legislativo no Senado Federal (24h)	Doutor
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 07 Processo Legislativo Constitucional (20h)	Doutor
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 14 Fiscalização e Controle do Poder Público (20h)	Mestre
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 10 Processo Legislativo no Congresso Nacional (20h)	Mestre

Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 12 Controle de Constitucionalidade e Processo Legislativo (20h)	Mestre
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 11 Processo Legislativo e o Poder Executivo (16h)	Mestre
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP-15 Comissões Parlamentares de Inquérito (16h)	Especialista
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 13 Processo Legislativo Orçamentário e os Marcos Legais da Política Fiscal (24h)	Mestre
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 17 Tópicos Especiais em Processo Legislativo (8h, híbrida)	Mestre
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP-16 Transformação Digital nos Parlamentos (16h, híbrida)	Doutor
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP-05 Metodologia de Pesquisa Científica Instrumental (32h, híbrida)	Doutor
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 08 Processo Legislativo na Câmara dos Deputados (24h)	Especialista
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Fundamentos de Licitações e Contratos	Mestre
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Processo Licitatório	Especialista
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Contratos Administrativos	Mestre
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Licitações e Contratos no Senado Federal	Mestre
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Tópicos Especiais de Licitações e Contratos	Especialista

Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Laboratório de Práticas	Mestra
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Noções básicas de Direito Eleitoral	Doutor
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Processo eleitoral	Doutor
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Financiamento de campanhas eleitorais	Doutor
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Propaganda eleitoral	Doutor
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Crimes eleitorais, condutas vedadas e abuso de poder	Especialista
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Seminário Integrativo	Doutor

Fonte: SESEA

7.7. Experiência profissional do corpo docente

Experiência do Corpo Docente como diferencial

O corpo docente do ILB é selecionado entre servidores do Senado Federal, muitos dos quais possuem amplo tempo de Casa e experiência em outras instituições públicas e privadas. Essa combinação de conhecimento institucional e bagagem profissional diversificada é frequentemente apontada como um dos diferenciais da escola, garantindo uma abordagem prática e contextualizada no ensino.

O Quadro 26 apresenta a relação dos docentes que atuaram nos cursos de pós-graduação do ILB em 2024, juntamente com o tempo de experiência profissional comprovado no momento da assunção do encargo. O tempo médio de experiência foi de aproximadamente 12 anos e 7 meses, um indicador que este colegiado considera bastante satisfatório e que reforça a qualidade do ensino oferecido.

Quadro 26 – Experiência profissional do corpo docente que atuou em cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024

Curso	Disciplina	Experiência profissional (anos)
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP-02 Teoria da Constituição, Organização do Estado e Direitos Fundamentais (28h)	38 anos

Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP-06 Metodologia da Legística (28h, híbrida)	26 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP - 09 Processo Legislativo no Senado Federal (24h)	41 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP - 07 Processo Legislativo Constitucional (20h)	22 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP - 14 Fiscalização e Controle do Poder Público (20h)	19 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP - 10 Processo Legislativo no Congresso Nacional (20h)	17 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP - 12 Controle de Constitucionalidade e Processo Legislativo (20h)	32 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP - 11 Processo Legislativo e o Poder Executivo (16h)	20 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP-15 Comissões Parlamentares de Inquérito (16h)	16 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP - 13 Processo Legislativo Orçamentário e os Marcos Legais da Política Fiscal (24h)	30 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP - 17 Tópicos Especiais em Processo Legislativo (8h, híbrida)	26 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP-16 Transformação Digital nos Parlamentos (16h, híbrida)	27 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP-05 Metodologia de Pesquisa Científica Instrumental (32h, híbrida)	27 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar - Edição 2023	DP - 08 Processo Legislativo na Câmara dos Deputados (24h)	18 anos

Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Fundamentos de Licitações e Contratos	16 anos
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Processo Licitatório	21 anos
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Contratos Administrativos	17 anos
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Licitações e Contratos no Senado Federal	23 anos
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Tópicos Especiais de Licitações e Contratos	11 anos
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Laboratório de Práticas	19 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Noções básicas de Direito Eleitoral	35 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Processo eleitoral	48 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Financiamento de campanhas eleitorais	21 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Propaganda eleitoral	35 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Crimes eleitorais, condutas vedadas e abuso de poder	19 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Seminário Integrativo	26 anos

Fonte: SESEA

7.8. Experiência de magistério superior do corpo docente

Processos Seletivos para Docentes do ILB

Os processos seletivos para docentes do ILB são muito concorridos, o que resulta na escolha de profissionais com longa experiência em magistério superior. Essa seleção rigorosa garante que os cursos oferecidos pelo ILB contem com um corpo docente de alta qualificação e excelência acadêmica.

O Quadro 27 apresenta a relação dos docentes que atuaram nos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024, juntamente com o tempo de magistério superior comprovado no momento da assunção do encargo. Essa experiência reforça a competência e a capacidade didática dos profissionais selecionados, contribuindo para a qualidade do ensino oferecido pela instituição.

Quadro 27 – Experiência de magistério superior do corpo docente que atuou em cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024

Curso	Disciplina	Experiência de magistério docente (anos)
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP-02 Teoria da Constituição, Organização do Estado e Direitos Fundamentais (28h)	10 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP-06 Metodologia da Legística (28h, híbrida)	3 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 09 Processo Legislativo no Senado Federal (24h)	12 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 07 Processo Legislativo Constitucional (20h)	17 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 14 Fiscalização e Controle do Poder Público (20h)	10 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 10 Processo Legislativo no Congresso Nacional (20h)	6 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 12 Controle de Constitucionalidade e Processo Legislativo (20h)	2 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 11 Processo Legislativo e o Poder Executivo (16h)	1 ano
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP-15 Comissões Parlamentares de Inquérito (16h)	12 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 13 Processo Legislativo Orçamentário e os Marcos Legais da Política Fiscal (24h)	8 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 17 Tópicos Especiais em Processo Legislativo (8h, híbrida)	3 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP-16 Transformação Digital nos Parlamentos (16h, híbrida)	15 anos
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP-05 Metodologia de Pesquisa Científica Instrumental (32h, híbrida)	19 anos

Curso de Pós-Graduação lato sensu em Poder Legislativo e Direito Eleitoral - Edição 2023	DP - 08 Processo Legislativo na Câmara dos Deputados (24h)	4 anos
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Fundamentos de Licitações e Contratos	1 ano
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Processo Licitatório	13 anos
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Contratos Administrativos	1 ano
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Licitações e Contratos no Senado Federal	1 ano
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Tópicos Especiais de Licitações e Contratos	6 anos
Curso de Extensão em Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Laboratório de Práticas	4 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Noções básicas de Direito Eleitoral	35 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Processo eleitoral	2 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Financiamento de campanhas eleitorais	15 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Propaganda eleitoral	30 anos
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Crimes eleitorais, condutas vedadas e abuso de poder	4 meses
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Seminário Integrativo	2 anos

Fonte: SESEA

Experiência em Magistério Superior e Qualidade do Ensino

O tempo médio de magistério superior dos docentes selecionados para os cursos de pós-graduação do ILB é de aproximadamente 12 anos, um indicador que este colegiado considera bastante satisfatório para a condução eficaz das aulas e atividades pedagógicas. Essa experiência reflete-se na qualidade do ensino e no bom desempenho dos docentes em sala de aula.

Avaliação dos Alunos

A impressão positiva sobre a atuação dos docentes é confirmada pelas avaliações satisfatórias realizadas pelos alunos que participaram dessas ações educacionais,

conforme demonstrado na Figura 5. Esse feedback reforça a efetividade do processo de seleção de docentes e a excelência das iniciativas educacionais do ILB.

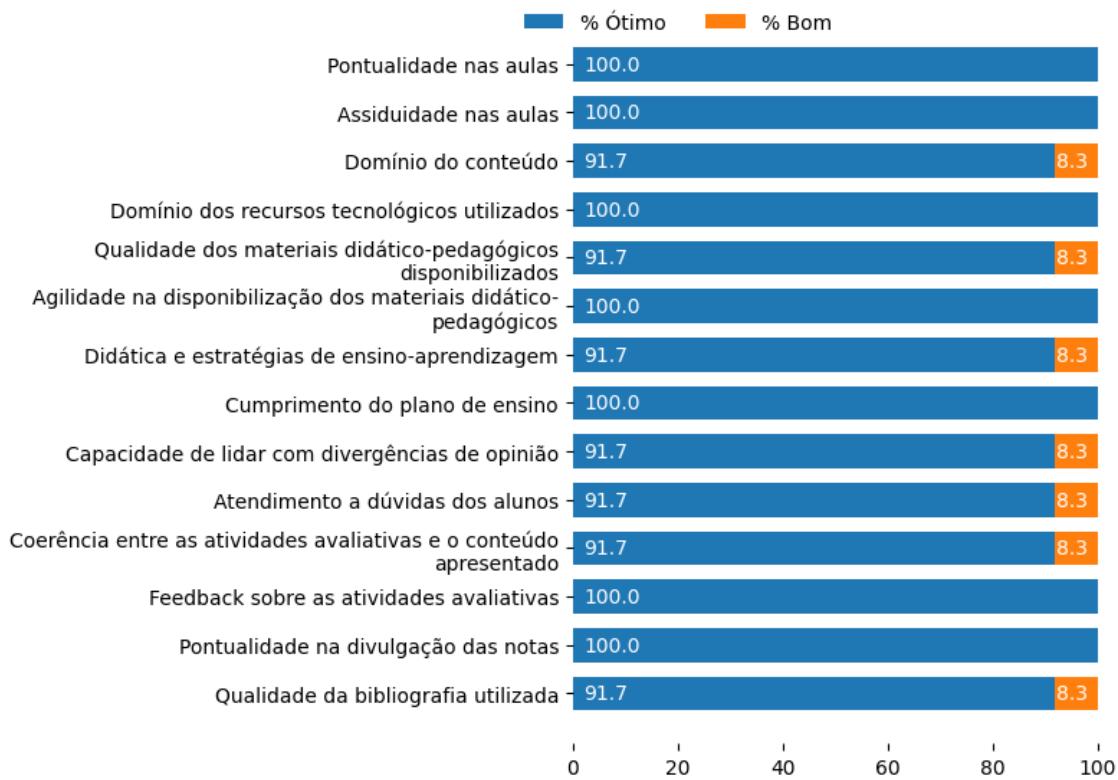
A figura 7 apresenta a avaliação dos alunos em relação ao desempenho dos docentes dos cursos de pós-graduação no ano de 2024. As notas variaram entre "ótimo" (100%) e "bom" (91,7%), demonstrando um alto nível de satisfação dos discentes com o corpo docente.

A seguir, destacam-se os principais indicadores avaliados:

1. **Domínio do Conteúdo:** O indicador foi avaliado como "ótimo" por 100% dos alunos, refletindo a excelência dos docentes no conhecimento e na expertise dos temas abordados. Esse resultado reforça a qualidade técnica e acadêmica dos professores.
2. **Domínio dos Recursos Tecnológicos:** Com 91,7% de avaliação "bom", os docentes demonstraram um bom uso das ferramentas tecnológicas, embora haja espaço para aprimoramento. Esse indicador sugere que, apesar de eficientes, alguns professores podem se beneficiar de treinamentos adicionais para maximizar o potencial desses recursos.
3. **Didática e Estratégias de Ensino-Aprendizagem:** A didática foi avaliada como "ótimo" por 100% dos alunos, indicando que os métodos de ensino e as estratégias utilizadas são altamente eficazes e alinhadas às necessidades dos discentes.
4. **Cumprimento do Plano de Ensino:** Com 100% de avaliação "ótimo", esse indicador reflete a importância do acompanhamento pedagógico no trabalho docente. Todos os planos de ensino são revisados pela equipe pedagógica da COESUP, garantindo que os objetivos de aprendizagem estejam claramente definidos e alinhados aos critérios de avaliação das disciplinas. Esse processo contribui significativamente para a organização e a eficácia do ensino.
5. **Feedback sobre Atividades Avaliativas:** Com 100% de avaliação "ótimo", os alunos destacaram a qualidade e a utilidade do feedback fornecido pelos professores, o que contribui significativamente para o aprendizado e a melhoria contínua.

Os resultados demonstram um desempenho excepcional dos docentes, com destaque para o domínio do conteúdo, a didática e o cumprimento do plano de ensino. O acompanhamento pedagógico realizado pela COESUP, com a revisão dos planos de ensino e a implementação dos objetivos de aprendizagem, mostrou-se fundamental para garantir a qualidade do processo educacional. No entanto, o domínio dos recursos tecnológicos, embora avaliado como "bom", apresenta uma pequena margem para melhoria. Investir em capacitação nessa área pode elevar ainda mais a qualidade do ensino. No geral, a avaliação reflete um corpo docente altamente qualificado e comprometido com a excelência acadêmica, apoiado por uma estrutura pedagógica eficiente.

Figura 7 – Avaliação dos professores que atuaram em cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB em 2024



Fonte: COESUP

8. DIMENSÃO 4: DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

8.1. Coerência entre as políticas de ensino e as ações acadêmico-administrativas

As políticas de ensino para os cursos de pós-graduação do ILB estão alinhadas à Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal, ao Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação e ao Plano de Capacitação dos Servidores do Senado Federal. Esses documentos orientam as ações acadêmico-administrativas da instituição, garantindo transparência, qualidade e eficiência nos processos educacionais.

A análise desses documentos e das ações decorrentes permite constatar as seguintes práticas e iniciativas:

- **Divulgação dos Cursos:**

Os cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB são amplamente divulgados no site oficial da instituição, garantindo acesso transparente às informações.

- **Projetos Pedagógicos Detalhados:**

Cada curso possui um projeto pedagógico completo, com detalhamento da grade curricular, ementas, bibliografias e outros aspectos institucionais que impactam alunos e professores.

- **Atualização dos Projetos Pedagógicos:**

Os docentes e especialistas participam ativamente da atualização dos projetos pedagógicos, revisando ementas, conteúdos programáticos e bibliografias para garantir a atualidade e a relevância do material.

- **Arranjos Curriculares:**

São estabelecidos arranjos curriculares que equilibram a formação básica e a formação complementar, atendendo às necessidades dos alunos e às demandas do mercado.

- **Seleção e Matrícula de Discentes:**

A seleção e matrícula dos alunos seguem as regras estabelecidas em editais específicos, que são previamente analisados e aprovados pela Advocacia do Senado Federal.

- **Encontros de Ambientação:**

São realizados encontros de ambientação com novos alunos e docentes, facilitando a integração e o alinhamento de expectativas.

- **Coordenação dos Cursos:**

Cada curso de pós-graduação lato sensu conta com dois coordenadores (um geral e um pedagógico), responsáveis pelo acompanhamento e suporte durante toda a ação educacional.

- **Reuniões de Coordenação:**

Reuniões periódicas são realizadas para alinhar os trabalhos e ajustar as dinâmicas dos cursos, garantindo a eficiência e a qualidade das atividades.

- **Execução das Ações Educacionais:**

As ações educacionais são executadas conforme previsto no Plano de Capacitação dos Servidores do Senado Federal (PCASF), assegurando o cumprimento das diretrizes institucionais.

- **Supporte Pedagógico e Técnico:**

O ILB oferece suporte pedagógico e técnico para a realização de aulas virtuais, garantindo a qualidade técnica da execução das atividades.

- **Grupos de WhatsApp para Suporte:**

São criados grupos de WhatsApp exclusivos para fornecer suporte técnico aos alunos, facilitando a comunicação e a resolução de dúvidas.

- **Avaliação de Docentes e Coordenadores:**

Ao final de cada disciplina e do curso, são realizadas avaliações dos docentes e coordenadores, respectivamente, garantindo a melhoria contínua dos processos educacionais.

- **Aperfeiçoamento Didático dos Docentes:**

O ILB promove iniciativas para o aperfeiçoamento didático dos docentes, contribuindo para a qualificação e a atualização dos profissionais.

- **Incentivos para Pós-Graduação:**

Existem incentivos para os servidores do Senado Federal cursarem pós-graduação lato sensu e stricto sensu, reforçando o compromisso com o desenvolvimento profissional e a formação continuada.

Diante disso, no entendimento desta comissão, as ações acadêmico-administrativas adotadas pelo ILB estão convergentes com os planos e ações pedagógicas estabelecidas pela própria direção da escola e pelo Senado Federal.

8.2. Coerência entre as políticas institucionais e as ações acadêmico-administrativas

O PCASF estabelece, dentre seus princípios, o "fomento à produção de conhecimentos e competências mediante desenvolvimento de pesquisas sobre temas relacionados à missão institucional do Senado"³⁰.

Tal política tem se materializado, principalmente, por meio de trabalhos de conclusão de curso realizados por alunos dos cursos de pós-graduação e por outras iniciativas de pesquisa promovidas pelo ILB, como os grupos de estudos e pesquisas acadêmicas.

O Senado Federal e o próprio ILB possuem alguns mecanismos para estimular a qualidade de tais trabalhos, dentre os quais pode-se destacar:

³⁰ Conforme Art. 3º, inciso V do Anexo IV do RASF

- a Revista de Informação Legislativa - RIL, classificada como Qualis A2³¹;
- a publicação de tais trabalhos em repositório digital do ILB de acesso público³²; e
- Os trabalhos de conclusão constam do acervo digital da Biblioteca do Senado, considerada a melhor do Brasil em Direito Legislativo.

8.3. Programas de apoio aos estudantes

O apoio pedagógico aos alunos é realizado pelo coordenador pedagógico do curso em que estão matriculados. Dependendo do tipo de demanda, tal atendimento pode ser feito de forma individual ou em grupo. Os alunos podem receber suporte e sanar dúvidas, com sigilo garantido em todo o atendimento, visando preservar as partes envolvidas em cada situação. Quando existe a necessidade, solicitações de alunos são levadas à coordenação educacional do ILB responsável pela ação educacional e, em última instância recursal, ao Comitê Científico-Pedagógico.

As coordenações educacionais, por sua vez, acompanham de perto o desenrolar de cada curso, contando para tanto com o suporte do Serviço de Secretariado Acadêmico, que auxilia na organização, na logística e no atendimento aos alunos.

No início de cada ação educacional, uma iniciativa importante é a realização de encontros de ambientação para acolhimento dos alunos, nesta reunião é apresentada uma visão geral do curso, dos critérios de avaliação e frequência e das ferramentas utilizadas, dentre outros.

Outro ponto de destaque são os recursos de acessibilidade disponibilizados para estudantes cadeirantes ou com algum tipo de deficiência, os quais são atendidos por meio das iniciativas implementadas pelo Plano de Acessibilidade do Senado Federal.

Em caso de problemas de saúde, os estudantes podem contar com atendimento médico prestado pelo Serviço Médico do Senado Federal, que funciona em local próximo ao bloco principal da escola. Em caso de emergência, é possível solicitar que seja encaminhada uma ambulância até o ILB.

Por fim, há possibilidade de atendimento psicopedagógico e psicológico aos alunos por profissionais tanto do ILB quanto por órgão especializado do Senado Federal (Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho). Ainda sobre essa temática, vale mencionar a avaliação de aspectos de suporte psicosocial para estudantes dos cursos de pós-graduação.

Os resultados encontrados nesta pesquisa apontam para uma efetiva relação entre a qualidade da formação oferecida pelo ILB e as expectativas institucionais e pessoais dos participantes. Nesse ponto esta comissão vê progresso decorrente das ações de autoavaliação na medida que os processos educacionais estão sendo aperfeiçoados.

³¹ <https://www12.senado.leg.br/ril>

³² <https://www12.senado.leg.br/institucional/escoladegoverno/ed-superior-1/pesquisa-1/trabalhos-deconclusao-de-curso-da-pos-graduacao>

8.4. Política e ações de acompanhamento dos egressos

O acompanhamento dos egressos integra as ações de melhoria das atividades educacionais do ILB. Em 2024, as coordenações educacionais mantiveram um diálogo efetivo com esses ex-alunos.

Vale destacar que, no caso dos egressos da COINTER, trata-se de profissionais de todo o país, incluindo servidores das Câmaras Municipais, prefeituras e outros órgãos que voluntariamente participam dos processos formativos promovidos pelo ILB.

Em se tratando dos cursos de pós-graduação e extensão de nível superior, é uma prática constante promover pesquisas e encontros presenciais ou remotos com seus egressos. O objetivo é identificar os impactos das ações educacionais em sua atuação profissional e vida pessoal, além de coletar subsídios para o aprimoramento de futuras ofertas educacionais.

8.5. Atuação dos egressos da instituição no ambiente socioeconômico

As pesquisas com egressos têm como objetivo principal coletar informações sobre os impactos profissionais, acadêmicos e pessoais que os cursos do ILB trouxeram para suas vidas e carreiras. Esses dados são essenciais para avaliar a eficácia das ações educacionais e orientar melhorias contínuas nos programas ofertados.

Nas atividades continuadas de acompanhamento dos egressos, quando perguntados a respeito dos impactos profissionais, conforme relatado temos encontrado os seguintes aspectos:

1. **Avanços na carreira:** muitos egressos relataram progressão funcional, aumento de responsabilidades e reconhecimento profissional após a conclusão dos cursos.

2. **Aplicação prática dos conhecimentos:** os participantes destacaram a utilidade dos conteúdos aprendidos em suas rotinas de trabalho, com destaque para a melhoria na gestão de projetos, tomada de decisões e implementação de políticas públicas.

3. **Ampliação de oportunidades:** a qualificação obtida permitiu que diversos egressos ampliassem suas redes de contatos, participassem de novos projetos e até mesmo ingressassem em funções mais estratégicas em suas instituições.

4. **Contribuição para o setor público:** os cursos do ILB têm demonstrado impactos positivos na eficiência e na qualidade dos serviços prestados à sociedade, refletindo o compromisso da instituição com o desenvolvimento do setor público.

Esses resultados reforçam a importância do acompanhamento dos egressos como ferramenta estratégica para mensurar o sucesso das ações educacionais e identificar

oportunidades de aprimoramento. Além disso, os dados coletados servem como base para futuras iniciativas, garantindo que os cursos do ILB continuem alinhados às necessidades do mercado e da sociedade.

Do ponto de vista acadêmico, os egressos demonstraram interesse em continuar seus estudos, visando alcançar uma titulação mais elevada e expressando também o desejo de retribuir a formação recebida, tornando-se professores no próprio ILB.

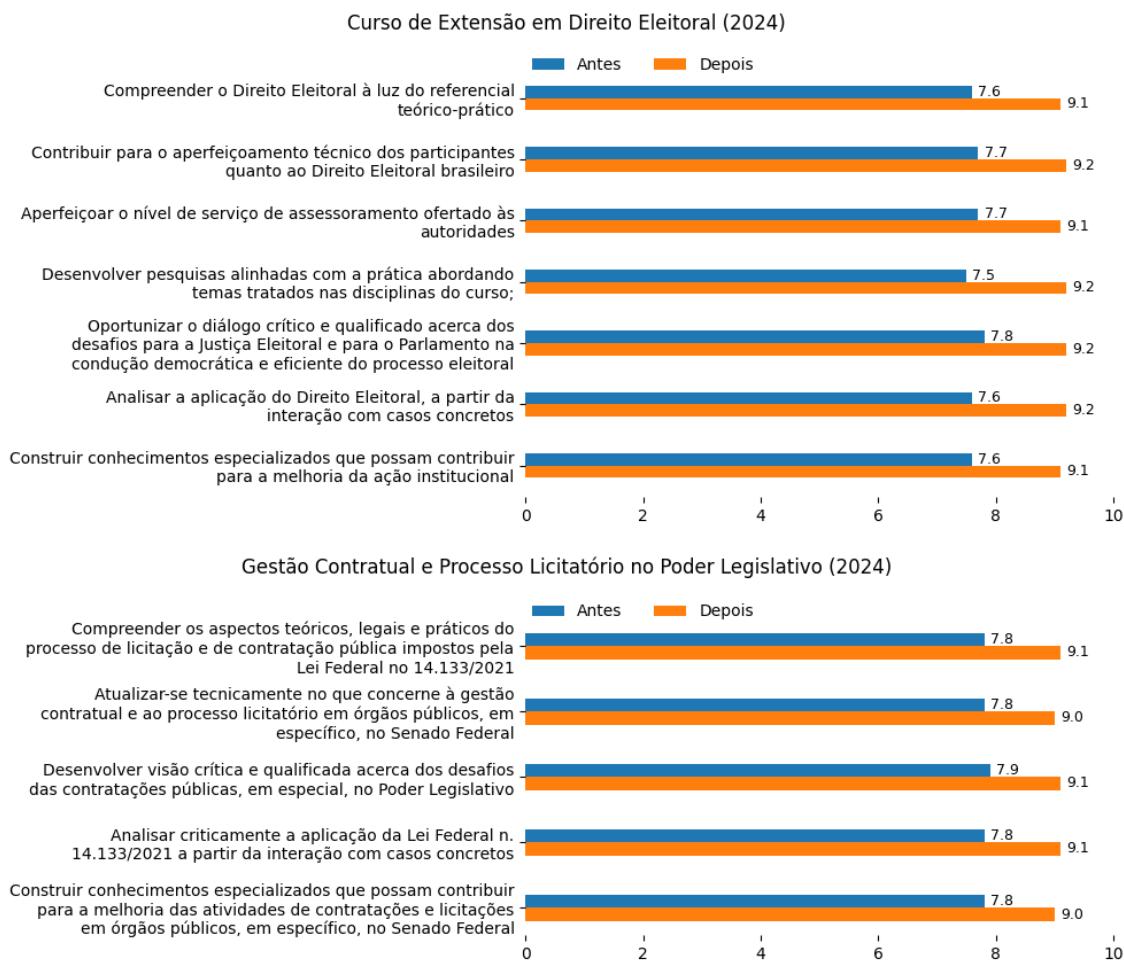
Merece destaque neste relatório os impactos pessoais das ações educacionais do ILB. Os egressos entrevistados afirmaram tiveram seus conhecimentos ampliados por meio dos cursos feitos e que isso também afetou positivamente suas redes de apoio e contato.

8.6. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem definidos no PDI

Inicialmente, cabe destacar que os formulários respondidos pelos alunos, professores e demais colaboradores de cada ação educacional, podem se referir a diferentes momentos de sua execução. No tocante aos alunos, há o questionário de "Perfil e Expectativas", que deve ser preenchido antes do início de cada curso e que serve como subsídio para o planejamento da atuação dos docentes e do próprio ILB. Há também avaliações realizadas pelos discentes ao final de cada disciplina (onde se avalia tanto aspectos da disciplina quanto do desempenho docente) e ao final do curso (onde se avalia a atuação dos coordenadores, do corpo técnico do ILB, da infraestrutura e da ação educacional como um todo). Docentes e coordenadores também se avaliam mutuamente no decorrer da ação educacional.

Na Figura 8 se encontram os resultados de avaliações sobre a percepção dos alunos dos cursos realizados em 2024 quanto ao atingimento dos objetivos de aprendizagem. Tais resultados, se referem aos cursos de extensão da COESUP e evidenciam o êxito das ações educacionais em elevar o grau de conhecimento dos discentes em todos os aspectos avaliados.

Figura 8 – Evolução da percepção dos discentes quanto ao atendimento de objetivos de aprendizagem antes e após a realização de curso de extensão



Fonte: ILB/COESUP

Vale ressaltar, em tais processos avaliativos, o importante papel da CPA no estabelecimento de diretrizes para a elaboração dos instrumentos de avaliação, bem como sua análise com vistas a identificação de possibilidades de melhoria para serem apresentadas para as coordenações de ensino e a direção do ILB.

Os cursos de pós-graduação, tanto em nível de especialização quanto de extensão, contam também com trabalho de conclusão do curso, que pode assumir a forma de projeto de intervenção, estudo de caso ou elaboração de artigo científico, conforme estabelecido no projeto pedagógico.

Em todos os casos os trabalhos apresentados pelos alunos guardam relação com as temáticas dos cursos e com a possibilidade de intervenção na realidade de seus ambientes de trabalho, podendo inclusive ser utilizados como sugestões de políticas públicas, aperfeiçoamento dos processos de trabalho e inovação.

8.7. Processo seletivo discente para cursos lato sensu

Para cada curso de pós-graduação promovido pelo ILB são publicizados os editais de seleção, nestes estão estabelecidas as regras, requisitos e processos para seleção de alunos. Tais editais ou chamadas públicas, são sempre publicados no BASF, e, quando há a possibilidade de recepcionar alunos de outros órgãos, no Diário Oficial da União.

O Quadro 28 apresenta os cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB entre 2023 e 2024 e os respectivos instrumentos e informações de publicação, os quais permitem consultar na íntegra as regras que foram aplicadas.

Quadro 28 – Instrumentos para seleção de alunos dos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB entre 2023 e 2024

Curso	Instrumento
Curso de Pós-Graduação lato sensu em Comunicação Legislativa (2024)	Publicação (Edital 1/2024 -ILB/SF): 00100.191753/2024-72 BASF nº 9521 de 31/10/2024 Retificação: 00100.212726/2024-41 (BASF nº 9554 de 29/11/2024)
Curso de Extensão em Direito Eleitoral (2024)	Publicação: 00100.043879/2024-31-1 (ANEXO: 001) BASF nº 9234/2024 de 21/08/2024
Gestão Contratual e Processo Licitatório no Poder Legislativo (2024)	Publicação: 00100.106948/2024-25-1 (ANEXO: 001) BASF nº 9423/2024 de 21/08/2024

Fonte: SESEA

Em linhas gerais, para os cursos de pós-graduação lato sensu, o processo seletivo envolve a realização de provas, para as quais são contratados examinadores, dentre os servidores do Senado Federal.

9. DIMENSÃO 5: INFRAESTRUTURA

9.1. Instalações administrativas

Nos últimos anos, o ILB passou por uma reestruturação significativa em suas instalações administrativas. Antes distribuídos em dois prédios, os setores da Diretoria, coordenações e demais áreas foram reorganizados em quatro blocos do Senado Federal (Quadro 29). Essa mudança visou três objetivos principais: aproximar a direção das áreas educacionais, otimizar a gestão de recursos e reabrir as salas de aula que haviam sido fechadas durante a pandemia de COVID-19.

Nessa nova configuração, as coordenações COESUP e COTREN, cujas atividades dependem diretamente do uso de salas de aula físicas, permaneceram no bloco principal da escola. A diretoria do ILB, que antes ocupava um prédio separado, também foi transferida para esse mesmo bloco. Já a COINTER, voltada para o atendimento de Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, foi realocada para um bloco próximo. A área de orçamento e finanças, por sua vez, foi deslocada para um espaço mais distante, porém com melhores condições para suas operações. Por fim, a Coordenação de Tecnologia da Informação foi integrada ao mesmo bloco da Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen), aproveitando a infraestrutura já existente para aprimorar a eficiência de suas atividades.

Quadro 29 – Distribuição das instalações administrativas do ILB nos blocos do Senado Federal

Localização	Unidades Administrativas
Bloco 12	<ul style="list-style-type: none">• Diretoria do ILB• Gabinete administrativo• Coordenação de Educação Superior• Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino• Sala do núcleo de produção multimídia• Secretaria acadêmica• Salas de aula, CPA e sala de reunião• Salas de coordenação, atendimento aos alunos e terminal para pesquisa na biblioteca
Bloco 16	Coordenação do Programa Interlegis e Relações Institucionais
Bloco 4	Coordenação de Administração e Finanças
Bloco 1	Coordenação de Tecnologia da Informação

Fonte: ILB

A CPA reconhece que, embora fosse ideal manter todas as unidades administrativas do ILB em um único prédio, as limitações de infraestrutura física do

Senado Federal tornaram essa opção inviável. No entanto, as mudanças e melhorias implementadas em 2024 contribuíram significativamente para otimizar o funcionamento da escola, tanto nas atividades administrativas quanto nas pedagógicas sob sua responsabilidade.

9.2. Salas de aula

O ILB conta com 5 salas de aula físicas, localizadas no bloco principal da escola. Todas são equipadas com cadeiras estofadas para estudantes, mesa e cadeira para o professor, quadro branco e TVs de 55 polegadas.

Em 2024 duas salas foram transformadas em salas híbridas, com a instalação de equipamentos de transmissão das aulas ao vivo, possibilitando para alunos externos a interação síncrona e ao mesmo tempo que estes cursos ocorram presencialmente.

Também em 2024 foi instalada uma sala de informática com notebooks para todos os alunos, nesta sala tem sido frequente a capacitação nos sistemas informáticos internos do Senado Federal e mais recorrentemente tem ocorrido treinamentos para uso de IAs. Conta-se também com um auditório, com capacidade para 40 pessoas.

Vale ressaltar que, além das salas de aula localizadas no bloco principal da escola, há instalações no Senado Federal, sob responsabilidade de outras unidades administrativas, que podem ser utilizadas para as ações educacionais do ILB, mediante solicitação e agendamento prévio.

Quadro 30 – Salas de Aula

Sala	Tipo	Capacidade
1	Sala de Aula Híbrida	60
2	Sala de Aula Convencional	25
3	Laboratório de Informática	15
4	Sala de Aula Convencional	30
5	Sala de Aula Híbrida / Auditório	40
8	Sala de Aula Convencional	20

Fonte: COTREN

9.3. Auditório(s)

Dentro do bloco principal do ILB, há um auditório que pode ser utilizado para ações educacionais de pequeno ou médio porte. Esse espaço, com capacidade para 40 pessoas, possui ambiente climatizado e está configurado como uma sala de aula híbrida, permitindo a transmissão de aulas, palestras, seminários e demais eventos educacionais para interessados de todo o país.

Para eventos de maior porte, como aulas inaugurais, seminários, palestras e formaturas, a escola utiliza outros auditórios do Senado Federal. O Auditório Antônio

Carlos Magalhães, situado muito próximo ao ILB, possui capacidade para 150 pessoas e está equipado com sistema de som, áudio, vídeo, iluminação e projetor multimídia.

Figura 9 – Auditório Antônio Carlos Magalhães



Fonte: CPA/ILB

O Auditório Petrônio Portella, por sua vez, está localizado no Anexo I do Senado Federal, e possui capacidade para acomodar 490 pessoas (Figura 10). Esse espaço é usado pelo ILB, prioritariamente, para solenidades, tais como as cerimônias de colação de grau dos discentes dos cursos de pós-graduação.

Figura 10 – Auditório Petrônio Portela



Cabe ressaltar que ambos os auditórios, embora estejam localizados em diferentes edifícios e sob a governança de outras unidades do Senado Federal, atendem, no entendimento deste colegiado, aos requisitos de acessibilidade, higiene, conservação e ventilação. Tais características os tornam aptos para serem utilizados pela escola sempre que necessário.

9.4. Espaços para atendimento aos alunos

O ILB oferece diferentes espaços para atender, tanto presencialmente quanto à distância, às necessidades acadêmico-administrativas de seus alunos.

Para o atendimento presencial, o canal principal é a Secretaria Acadêmica, vinculada à Coordenação de Educação Superior. A Secretaria funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com possibilidade de extensão do horário durante os períodos de aulas presenciais que ocorrem fora desse intervalo.

Quando necessário, os estudantes também podem utilizar outras dependências do ILB para atendimento individual ou em grupo, como a sala dos professores, a sala do aluno, as salas de aula, desde que esses espaços estejam disponíveis. Nos casos em que se fizer necessário, também é possível agendar reuniões remotas por meio de plataformas de videoconferência.

Já o atendimento à distância é realizado por meio de telefone e e-mail, cujos contatos são disponibilizados nos materiais de divulgação que antecedem a matrícula. Além disso, os alunos têm acesso à plataforma Saberes e a grupos específicos no WhatsApp, criados para cada ação educacional e destinados exclusivamente aos matriculados.

9.5. Infraestrutura para Comissão Própria de Avaliação – CPA

A CPA utiliza uma sala para a realização de encontros presenciais. Mesmo assim, nos últimos anos, a maior parte das reuniões tem ocorrido de forma remota, por meio da plataforma Microsoft Teams, para a qual o Senado Federal disponibiliza licenças de uso a todos os integrantes do colegiado.

Além da licença do Teams, em termos de infraestrutura tecnológica, a comissão conta com acesso a uma caixa de e-mail corporativa (cpa@senado.leg.br), uma área própria no SIGAD – onde são criados e armazenados documentos referentes às atividades da comissão – no qual são registradas as reuniões, a participação dos membros e os assuntos tratados.

Nesse sentido, os membros da CPA entendem que a infraestrutura física e tecnológica disponibilizada pelo ILB e pelo Senado Federal atende plenamente às necessidades atuais do colegiado, encontrando-se apta a suportar um eventual crescimento de sua composição.

9.6. Instalações sanitárias

O ILB dispõe de instalações sanitárias próprias, adaptadas para atender às pessoas com deficiência, as quais passam por manutenção constante realizada pela Secretaria de Patrimônio do Senado Federal, garantindo que sejam mantidas limpas e bem conservadas ao longo de todo o ano.

9.7. Biblioteca: infraestrutura física

A biblioteca da Senado Federal é a biblioteca do ILB. Os estudantes dos cursos do ILB têm acesso às obras e instalações da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, que se localiza próxima ao edifício sede da escola (Figura 11). Essa biblioteca, existente desde 1826, possui uma área física de aproximadamente 1,5 mil m².

Os alunos que são servidores do Senado Federal têm acesso total aos serviços da biblioteca, incluindo empréstimo de obras e consulta às bases de dados contratadas. Já os alunos que são servidores de outros órgãos podem utilizar as instalações da biblioteca para consulta local. Encontra-se em análise a possibilidade para esses alunos de uso pleno dos serviços da biblioteca do Senado Federal.

A CPA entende que a infraestrutura física da Biblioteca do Senado Federal atende plenamente às necessidades das ações educacionais do ILB.

Figura 11 – Biblioteca do Senado Federal



Fonte: CPA/ILB

9.8. Biblioteca: acervo físico e/ou virtual

A Biblioteca do Senado Federal possui um acervo físico de mais de 3 milhões e meio de obras, sendo considerada a maior do Brasil na área de Direito Legislativo e se colocando dentre as principais bibliotecas do país no campo das Ciências Sociais.

Cabe ressaltar ainda o expressivo acervo digital da Biblioteca. Tal coleção contém publicações, em texto integral, de obras raras, artigos de revista, notícias de jornal, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, legislação em texto e áudio, entre outros documentos, todos facilmente acessíveis pelo site da Biblioteca Digital³³.

9.9. Serviços e informatização de acesso aos acervos

Por meio da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), a Biblioteca do Senado Federal está conectada a mais de uma dezena de outras bibliotecas de órgãos públicos federais e distritais, permitindo simultaneamente uma busca integrada ao acervo de todas elas³⁴.

³³ <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/discover>>

³⁴ <<http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/>>

Dentre os serviços disponibilizados pela Biblioteca do Senado Federal, cabe destacar:

- o acesso às mais importantes bases de dados nacionais e internacionais, principalmente nas áreas de Direito e Ciências Sociais;
- o autosserviço de devoluções;
- o repositório digital de monografias do ILB;
- o serviço de higienização dos livros em parceria com a APAE;
- a audioteca;
- o apoio no levantamento bibliográfico;
- a informatização da gestão do acervo pelo sistema ALEPH etc.

9.10. Plano de atualização do acervo

A atualização do acervo da biblioteca é considerada estratégica para a atuação dos servidores do Senado Federal, e isso acaba beneficiando também a comunidade acadêmica do ILB. Além disso, a biblioteca está em constante interação com a escola de governo a fim de adquirir as obras referenciadas nos projetos pedagógicos dos cursos.

Importante mencionar também que os trabalhos de conclusão de curso produzidos pelos alunos dos cursos de pós-graduação promovidos pelo ILB, uma vez aprovados pela banca e encaminhados à biblioteca pelo Serviço de Secretariado Acadêmico, passam a fazer parte em local próprio do acervo digital da biblioteca do Senado Federal.

9.11. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física

Para a realização de ações educacionais que demandem uso de tecnologia, o ILB dispõe de um laboratório com notebooks, quadro branco e televisor. Além disso, há outros espaços similares que podem ser utilizados mediante agendamento prévio, como os laboratórios de informática do Prodasen. Todos esses ambientes são climatizados e aptos para atenderem às necessidades educacionais dos servidores do Senado Federal.

O ILB conta também com uma sala onde funciona o Núcleo Multimídia, equipado com os itens constantes no Quadro 31.

Quadro 31 – Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física em 2024

Equipamentos do Núcleo Multimídia			
Item	Marca	Modelo	Quantidade
Adaptador para objetivas (filmadora) Bower NEX	Bower	NCX-NIKON	1
Bateria para filmadoras	Sony	NP-F970	12

Caixa acústica com amplificador	Sony	SMS-1P	5
Câmera de vídeo portátil	Sony	NXCAM MPEG2 SD	1
Câmera de vídeo portátil	Sony	HXR-MX5R	2
Cartões de memória SD	-	2-32GB 6-128GB	8
Conversor SDI/USB U-TAP/SDI	-	-	1
Estúdio com fundo verde para chroma key e iluminação completa de frontlight e de contra	-	-	1
Haste do pedestal tipo girafa para microfone	-	-	1
Ilhas de edição	Dell	OPTIPLEX 7050	2
Lente fotográfica 28MM	Nikon	-	1
Lente fotográfica 50MM	Nikon	-	1
Lente conversora teleobjetiva	Sony	R2037	1
Luminárias de LED	Youngnuo	YN600L II	2
Mesa redonda em madeira para estúdio	-	-	1
Microfone de lapela com fio	Sony	ECM-77B	5
Microfone de lapela sem fio	Sony	WRT820A	2
Microfone dinâmico	Shure	BETA 58A	1
Microfone dinâmico	Shure	SM 58S	1
Microfone sem fio	LESON	LS-XHT	2
Monitor de campo portátil	Lilliput	FS7	1
Tripé de câmera	Sony	VCT – 1170RM/T	1
Tripé de monitor	Prima Photo	-	1
Tripé de câmera	-	-	2
Tripé para pedestal de microfone	-	-	1
Tripé para luminária	WF-Light	W-806	2

Equipamento das Salas Híbridas do ILB			
Item	Marca	Modelo	Qtde
Apresentador de slide sem fio	Logitech	R500-S	3
Bateria para microfone sem fio	Sennheiser	BA 70	6
Caixa para sonorização ambiente	-	-	4
Câmera de vídeo PTZ NDI	Optics	IHX UHD 4K	4
Carregador de bateria para microfone sem fio	Sennheiser	CHG 70N	2
Estação de trabalho	Dell	Workstation Precision 3660	6
Kit de microfone sem fio base dupla	LESON	LS-XRX	2
Microfone bastão sem fio	Sennheiser	E 835	2
Microfone de matriz de teto	Sennheiser	-	2
Microfone headset sem fio	Sennheiser	EW-D SK	2
Monitor de áudio	RCF	PM100	2
Monitor estação de trabalho 22"	LG	22BN 550Y-B	12
Monitor touchscreen 85"	LG	86TR3DK-B	2
Painel de controle remoto da câmera de vídeo PTZ NDI	Optics	PT SUPER JOY G1	2
Processador de áudio DSP	Shure	P300 IMX	2
Receptor para microfones	Sennheiser	EW-D EM	4
Suporte móvel para monitor 85"	-	-	2
Tela Digitalizadora 15,6"	Wacom	-	1
Unidade de captura de vídeo HDMI/USB	AJA	U-TAP HDMI	2
Equipamentos da Sala de Informática do ILB			
Item	Marca	Modelo	Qtde

Notebooks	Positivo	Master N8440 ROHS	15
Equipamentos do Auditório Senador Antônio Carlos Magalhães			
Item	Marca	Modelo	Qtde
Microfones de mesa	Sennheiser	MZTX 31 PTT	5
Microfones sem fio	Sennheiser	EM 500	2
Microfones sem fio	Sennheiser	EM 100	2
Tela de projeção de 120 “	-	-	2
Caixas acústicas	-	-	2
Televisor plasma de 60”	LG	-	1
Câmeras PTZ	Sony	-	3
Câmera PTZ	Cisco	-	1
Projetor multimídia	Sony	VPL-CW125	2
Mixer de áudio	Soundcraft	MFX 12/2	1
Mesa de corte de vídeo	Sony	BRS 200	1
Mesa de controle de câmeras	Vaddio	-	1
Matriz de vídeo	Kramer	VS-66HDCP	1
Scaller	Kramer	VP-728	1
Distribuidor de vídeo	Kramer	VM-10YC	2
Distribuidor de áudio	Kramer	VM-1120	2
Interface de captura de áudio e vídeo	Blackmagic	-	2
Estações de trabalho	Dell	-	2
Estação de trabalho	Positivo	-	2
Monitores	Diversas	-	5
Diversos conversores de vídeo	Diversas	-	

Fonte: COTREN

O Núcleo ainda possui outros equipamentos necessários para produção como cabos de áudio, extensões elétricas, fones de ouvido e outros periféricos necessários à produção audiovisual.

9.12. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços

O Núcleo Multimídia do ILB tem por missão fornecer suporte técnico e criativo para a produção de materiais educacionais audiovisuais. Isso inclui a criação de videoaulas, tutoriais, programas de entrevistas, podcasts, entre outros produtos de interesse do ILB e do Senado Federal, em geral.

Já tendo atendido a diversos setores do Senado e atuado em parceria com outros órgãos públicos durante mais de 20 anos, atualmente, o Núcleo Multimídia possui estrutura para gravações externas, transmissões ao vivo (streaming) e gravações em estúdio nas próprias instalações do ILB, em qualidade Full HD.

Todos os produtos passam pelo seguinte processo:

1. Pré-produção: planejamento, desenvolvimento de roteiro, seleção de locação e preparação técnica;
2. Produção: fase de gravação e captação, em áudio e vídeo, do material planejado;
3. Pós-produção: Edição e finalização do material gravado, incluindo montagem, adição de efeitos visuais, concepção de vinhetas, correção de cor e outros processos de pós-produção.

O Núcleo tem por finalidade contribuir para a criação de uma experiência educacional dinâmica, interativa e eficaz com a utilização de seus recursos. Inclusive, estando atento às questões de acessibilidade, disponibilizando ao público seu material com legenda e tradução em Libras.

O Quadro 32 apresenta os principais serviços realizados pelo Núcleo Multimídia no ano de 2024.

Quadro 32 – Produção do Núcleo Multimídia em 2024

Mês	Cursos/Projetos/Eventos	Serviços realizados	Detalhes
Janeiro	Excelência no Atendimento	Produção, Gravação e Edição	19 vídeos
	Chamadas para o curso "Poder Legislativo e Direito Parlamentar" (COESUP)	Produção e Edição	5 vídeos
Fevereiro	Chamadas para o SIS	Gravação	7 vídeos
	Oficina "Melhores Práticas de Autenticação de Usuários"	Edição	1 vídeo
	Programa de Integração do Senado Federal	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
Março	Libras para Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Gravação e Edição	1 vídeo

	Chamada para curso sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
	Programa de Formação de Facilitadores	Gravação e Sobe-som	Cobertura
	Programa de Integração do Senado Federal	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
Abril	Dia Nacional da Educação	Produção e Edição	1 vídeo
	Política Contemporânea	Produção, Gravação, Edição e Revisão de Legendas	9 videoaulas, 9 entrevistas, 91 cortes para o YouTube
	Palestra "A Justiça é Uma Mulher Negra"	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
	Prêmio ABEL	Produção e Edição	4 vídeos
	Chamada para o curso "Maratonando a IA Generativa"	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
Maio	Curso "Maratonando a IA Generativa"	Gravação e Sobe-som	Cobertura
	Oficina "Perigos de Uso de Redes Inseguras"	Gravação e Sobe-som	Cobertura
	Oficina sobre Processo Legislativo e Orçamentário (Marinha do Brasil)	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
	Chamadas para o curso "Poder Legislativo e Direito Parlamentar" (COESUP)	Produção, Gravação e Edição	5 vídeos
Junho	Chamada para o Programa de Formação Gerencial (PFG)	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
	Engitec 2024	Gravação e Sobe-som	Cobertura

Julho	Programa de Formação de Facilitadores	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
Agosto	Aula sobre Processo Legislativo Constitucional	Gravação e Sobe-som	Cobertura
	Desafio Senado 200 Anos	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
	Divulgação Institucional para o 29º CIAED	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
	Facilitadores - PFG - NaInova	Gravação e Sobe-som	Cobertura
	Podcast "O Futuro da EAD no Brasil"	Produção, Gravação e Edição	2 vídeos
	Programa de Integração do Senado Federal	Produção, Gravação, Edição e Apoio	1 vídeo
Setembro	Podcast "O Futuro da EAD no Brasil"	Produção, Gravação e Edição	4 vídeos
	29º CIAED	Produção, Gravação, Entrevistas e Sobe-som	Cobertura
	Esquete sobre Roubo de Dados (NaInova)	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
	Chamada para o círculo de conversação "Com todo o respeito: Limites entre gentileza e importunação no ambiente de trabalho" (COESUP)	Edição	1 vídeo
	Oficina "Privacidade em Jogo: Como tratamento de dados influencia seu trabalho?"	Edição	1 vídeo
Outubro	Chamada para a palestra "Alimente seu Cérebro"	Edição	1 vídeo
	Reunião para o PCASF de 2025	Gravação	Cobertura
	Programa de Liderança para Mulheres Negras	Edição	1 vídeo

	Liderança Inclusiva - PFG	Produção, Gravação e Edição	4 vídeos
Novembro	Divulgação para o curso "Planejamento Financeiro para a Aposentadoria"	Edição	1 vídeo
	Chamada para o curso "Comunicação Legislativa"	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
Dezembro	Chamada para o módulo "Governança e Gestão" do PFG	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo
	Gravação com professores da UnB	Gravação em estúdio	Cobertura
	Oficina "Exposição não intencional de dados"	Edição	1 vídeo
	Curso "Elaboração dos Instrumentos de Planejamento e de Avaliação Institucional de Escola de Governo"	Gravação	Cobertura
	Mensagem de agradecimento por 2024 e convite para 2025 (ILB)	Produção, Gravação e Edição	1 vídeo

Fonte: COTREN

9.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

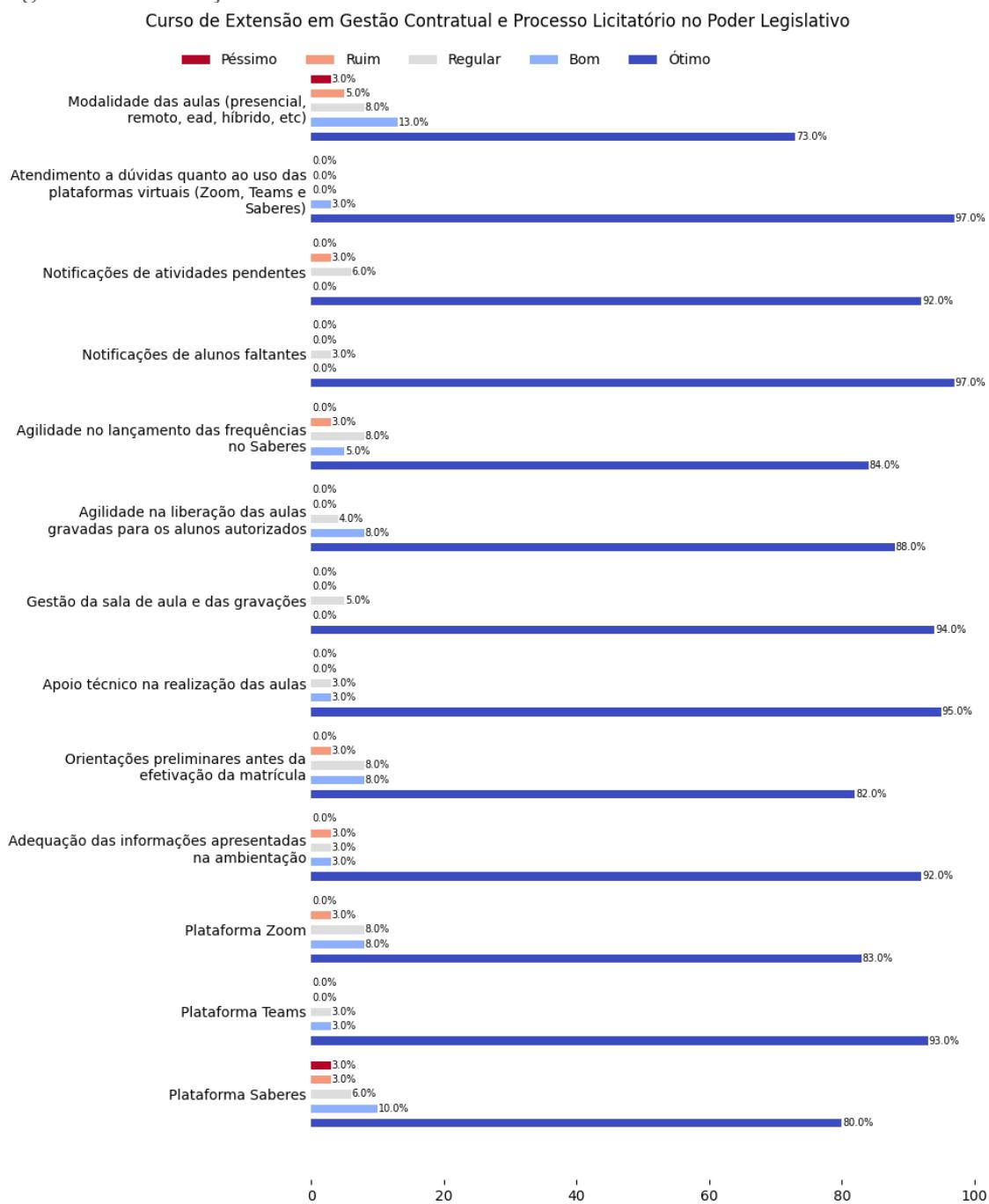
Dentre os recursos tecnológicos utilizados pelo ILB para fins didáticos, destacam-se o ambiente virtual de aprendizagem Saberes (Moodle), as plataformas de videoconferência Zoom e Teams e o software *Mentimeter*.

Com relação ao Saberes, a CPA optou, pelo fato de a plataforma ser usada por públicos distintos, em analisar separadamente as avaliações feitas pelo público em geral e aquelas feitas pelos alunos dos cursos de pós-graduação, os quais em sua maioria são servidores do Senado Federal.

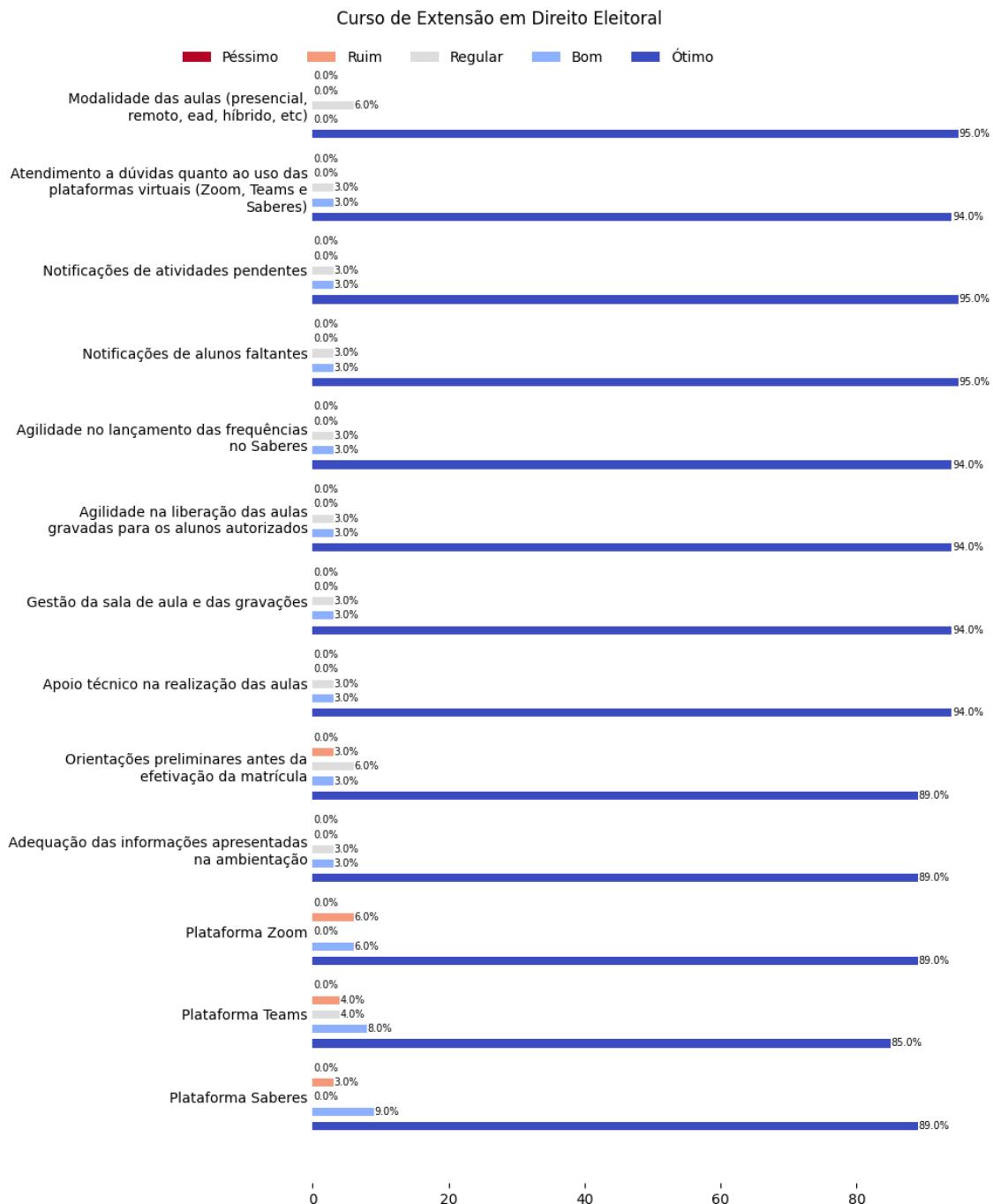
Considerando inicialmente os cursos de pós-graduação, o resultado da avaliação do Saberes é realizado através de um formulário geral ao final do curso, mas essa avaliação terminará apenas no mês de abril, então esses dados ainda não foram preenchidos. O que não invalida a necessidade de melhoria do AVA, situação que está sendo resolvida com a contratação de nova plataforma, incluindo suporte, manutenção e atualização.

Os cursos de extensão possuem avaliação detalhada na figura abaixo:

Figura 12 – Avaliação do Ambiente Saberes³⁵



³⁵ Percentuais aproximados gerados pela Plataforma Saberes, considerando o arredondamento realizado pela ferramenta.



Fonte: COESUP

Em relação aos cursos livres abertos ao público no Saberes, houve variação nas opções de resposta da questão sobre dificuldades no uso da plataforma Saberes EAD. Algumas enquetes incluíam a opção "Não tive dificuldades", enquanto a maioria trazia apenas "Nenhuma das dificuldades anteriores" (N.D.A), o que pode ter deixado em aberto a existência de dificuldades não listadas. No total, 91.060 avaliações foram registradas no ano, e 81% dos estudantes de cursos on-line sem tutoria não relataram dificuldades específicas com a plataforma. Para 2025, a enquete foi padronizada, incluindo as opções "Não tive dificuldades" e "Tive outra dificuldade", permitindo uma análise mais precisa.

Tal discrepância sugere a necessidade de maior aprofundamento sobre as causas das insatisfações e dificuldades que os alunos de cursos à distância podem estar se deparando, para que possam ser sugeridas ações de melhoria na plataforma, ou mesmo a criação de ambientes distintos para cada tipo de público.

Quanto às plataformas de videoconferência, o ILB tem feito uso de duas ferramentas para suas ações educacionais realizadas remotamente: o Zoom e o Teams.

A plataforma Teams é a ferramenta principal contratada pelo Senado Federal para utilização por seus servidores, e se encontra integrada à base de usuários corporativa. Nos cursos promovidos pelo ILB, tal plataforma é utilizada basicamente para treinamentos de curta duração oferecidos na modalidade remota, por parte da COTREN. Os cursos de pós-graduação, por sua vez, por abarcarem alunos de outros órgãos públicos e usuários de outras plataformas tecnológicas distintas daquelas providas pelo Senado Federal, fazem uso da plataforma Zoom, que tem se mostrado mais madura em tais cenários.

Analizando os resultados apresentados, pode-se constatar que, de forma geral, os recursos de TI disponibilizados pelo ILB para o suporte de ações educacionais estão atendendo de forma satisfatória às necessidades de seus participantes. No entanto, não se deve descartar uma análise mais apurada da situação dos alunos de cursos livres a distância no tocante ao uso do ambiente Saberes, a fim de que possam ser realizadas adaptações que melhorem sua experiência na ação educacional.

9.14. Espaços de convivência e de alimentação

Com relação a espaços de convivência e alimentação, o Senado Federal oferece uma praça de alimentação, denominada de “Espaço do Servidor”. Tal ambiente se localiza próximo ao bloco principal do ILB e dispõe de três restaurantes e uma lanchonete, e possui capacidade de atendimento para cerca de 300 pessoas.

Em circunstâncias especiais, a Diretoria-Geral do Senado também permite a entrada de *food trucks*, os quais também ficam estacionados próximos à sede da escola. Há outros estabelecimentos instalados dentro do Senado Federal e que, embora mais distantes do local onde ocorrem as aulas presenciais, também podem ser utilizados pelos alunos para fins de alimentação³⁶.

10. Acompanhamento das Sugestões de Melhoria

O Quadro 33 exibe as sugestões de melhoria apresentadas nos relatórios de autoavaliação anteriores e sua atual situação.

³⁶ A relação de espaços de alimentação pode ser consultada em <<https://intranet.senado.leg.br/noticias/cardapios>>

Quadro 33 – Acompanhamento de sugestões de melhoria apresentadas nos relatórios de autoavaliação referentes ao ano de 2024.

Identificação	Sugestão apresentada	Decisão sobre implementação	Situação em dezembro/2024
2021.4	Aprimorar interações com a comunidade acadêmica, buscando identificar a percepção de valor do ILB em sua atuação como Escola de Governo.	Aceita	Implementada e em andamento tanto no público referente aos cursos e ações educacionais do ILB quanto ao público em geral do Senado Federal por meio de parceria com o DataSenado
2021.5	Realizar pesquisas direcionadas apenas a alunos e professores, buscando identificar aspectos prioritários para melhoria do ILB.	Aceita	Implementação em andamento e contemplada no plano de ação da CPA para o ano de 2025.
2021.9	Adaptar salas de aula para o modelo híbrido, de modo que as atividades de ensino-aprendizagem possam ser desenvolvidas em ambiente propício, independentemente da localização geográfica de alunos e professores.	Aceita concluída	e Implementada em 2024
2021.10	Realizar adequações nas plataformas tecnológicas para que se tornem aptas para uso do público-alvo em todas as suas ações de capacitação (incluindo aspectos de acessibilidade, alunos estrangeiros etc.).	Aceita e em fase de contratação	Será atendida por meio de processo de terceirização que se encontra em andamento
2021.11	Avaliar a possibilidade de implementar mecanismos de login social e/ou outras formas para recuperação de senha, de modo a minimizar contatos com o Senado Federal para tratar de situações que poderiam ser resolvidas pelo próprio cidadão.	Aceita e em andamento	Será atendida por meio de processo de terceirização que se encontra em andamento

2021.12	Atuar junto à Ouvidoria do Senado Federal, a fim de que os cidadãos possam ser orientados a buscar canais próprios do ILB, quando se julgar pertinente, a fim de que possam ser atendidos com maior celeridade.	Aceita resolvida	e Implementada em 2024 com atendimento aos cidadãos por meio da Ouvidoria do Senado Federal e o gabinete do ILB.
2021.14	Estabelecer parceria com a SEGP para obter mais facilmente informações sobre ex-alunos do ILB que ainda são servidores ativos do Senado Federal, de modo a obter informações mais precisas para as avaliações de egressos.	Aceita resolvida	e Concluída em 2024 o que possibilitou a todas as coordenações de ensino atualizar as pesquisas com seus egressos
2021.15	Revisar os diversos canais institucionais do ILB e do Interlegis nas redes sociais, que podem não estar sendo adequadamente mantidos e/ou monitorados, de modo a assegurar que haja canais consistentes para comunicação com a sociedade.	Aceita concluída	e As redes sociais do ILB do Interlegis estão em pleno funcionamento de 2024 e seu crescimento tem sido orgânico.
2022.1	Providenciar informações que possibilitem acompanhar a evolução dos indicadores em cada ano.	Aceita implementada	e Os indicadores de desempenho foram adequados para as dimensões de avaliação estabelecidos pelo INEP
2022.2	Retomar as ações de capacitação dos colaboradores educacionais	Aceita implementada	e Atendida por meio de ações educacionais promovidas e/ou apoiadas pelo Senado Federal.
2022.3	Avaliar adesão aos formulários de Atesto de Frequência da Chefia, conforme a recomendação do Serviço de Frequências do Senado Federal	Aceita resolvida	e Os formulários foram adequados a LGPD e seus termos atualizados para aumentar a compreensão em relação aos compromissos estabelecidos

2022.4	Expedir certificados para colaboradores eventuais em ações de capacitação promovidas pelo ILB	Aceita e resolvida	Funcionalidade no Saberes implementada o que possibilitou o atendimento a essa melhoria.
2023.1	Definição de responsabilidades pela execução e pelo monitoramento dos objetivos e das metas estabelecidos no PDI.	Aceita e implementada	Implementada no âmbito da Coordenação Geral do ILB e da CPA, bem como em grupo de trabalho multidisciplinar.
2023.2	Definição de responsabilidades pela execução das sugestões de melhoria apresentadas nos relatórios da CPA e acatadas pela Diretoria-Executiva do ILB.	Aceita e implementada	Implementada no âmbito da Coordenação Geral do ILB, da CPA, bem como em grupo de trabalho multidisciplinar.
2023.3	Garantia dos recursos necessários para continuidade no desenvolvimento do Painel de Gestão da CPA, de modo que os seus membros possam ter melhores condições de obter os resultados dos instrumentos de avaliação, e, consequentemente, realizar melhores intervenções para o aperfeiçoamento institucional do ILB.	Aceita	Em andamento, por meio da criação de serviço específico, dentro da Coordenação de Tecnologia da Informação do ILB, para atendimento a demandas específicas das áreas educacionais.
2023.5	Disponibilização de espaço no ILB para que alunos possam assistir às aulas remotas enquanto estiverem no trabalho.	Aceita e implementada	Implementada em 2024 para as ações educacionais da COESUP.

Fonte: CPA

11. Sugestões de Melhoria para a Diretoria-Executiva do ILB

A partir das análises e das reflexões realizadas por esta comissão, bem como das situações vivenciadas, sugere-se à diretoria do ILB, além da continuidade na implementação das melhorias apresentadas nos relatórios anteriores, as seguintes ações voltadas para o aprimoramento desta Escola de Governo:

- Disponibilizar um canal único para atendimento a servidores do Senado Federal que necessitarem de informações ou serviços do ILB;

- Possibilitar que os estudantes de cursos cuja inscrição seja feita no Saberes possam estar vinculados a mais de dois cursos simultaneamente, em especial se tratando de ações educacionais de coordenações diferentes;
- Disponibilizar gravações das aulas remotas para consulta posterior pelos alunos, em virtude de dificuldades de acompanharem com a devida atenção às aulas durante a jornada de trabalho;
- Avaliar a possibilidade de simplificar o processo de inscrição em cursos de pós-graduação e de extensão em nível superior;
- Assegurar o devido isolamento acústico nos ambientes em que ocorrem atividades de ensino.

12. Metas para o aperfeiçoamento do próximo relatório de autoavaliação institucional

12.1. Acompanhamento das metas do relatório anterior

A CPA estabeleceu para si um conjunto de metas a serem atingidas na elaboração deste documento. O quadro 34 exibe tais metas e a situação de cada uma delas até o momento de elaboração deste relatório.

Quadro 34 – Acompanhamento das metas da CPA

Meta	Situação
Monitorar e avaliar a participação de docentes do ILB em ações de aperfeiçoamento didático-pedagógico	Meta alcançada.
Monitorar e avaliar as ações educacionais oferecidas para servidores do corpo técnico-administrativo do ILB	Meta alcançada.
Monitorar e avaliar as ações educacionais contratadas ou autorizadas para servidores do Senado Federal (licença para capacitação, eventos externos e cursos <i>in company</i>)	Em andamento
Monitorar e avaliar a produção acadêmica discente	Parcialmente atendida por meio da intermediação de encaminhamento para publicações de artigos acadêmicos de alunos de cursos de extensão em nível superior

Monitorar e avaliar a atuação de egressos	Meta parcialmente alcançada, conforme avaliação de reação ao término do curso, porém ainda sem mensuração do impacto a médio prazo
---	--

Fonte: CPA/ILB

13. Conclusão

O ILB, ao final do processo de autoavaliação de 2024, demonstra um compromisso sólido e contínuo com a excelência na educação legislativa e na formação de servidores públicos. Os resultados evidenciam uma instituição que combina tradição e inovação, adaptando-se de forma ágil às demandas da sociedade e do setor público.

Dentre as qualidades destacadas, ressaltam-se:

- **A diversificação da oferta educacional**, com cursos de pós-graduação, extensão e capacitações técnicas que atendem às necessidades dos servidores e da sociedade;
- **A qualificação do corpo docente**, composto por profissionais com ampla experiência acadêmica e profissional, selecionados por meio de processos rigorosos e transparentes;
- **A eficiência na gestão de recursos**, com planejamento financeiro detalhado e execução orçamentária alinhada às metas institucionais;
- **A transparéncia e acessibilidade das informações**, por meio de canais de comunicação eficientes e da disponibilização de documentos e dados para a comunidade acadêmica e o público em geral;
- **O fortalecimento da cultura avaliativa**, com mecanismos de monitoramento e feedback que garantem a melhoria contínua dos processos educacionais.

Além disso, o relatório aponta melhorias significativas implementadas ao longo de 2024, tais como:

- **A expansão das ações de capacitação externa**, com maior investimento em eventos técnico-científicos e cursos de pós-graduação externos, ampliando as oportunidades de formação para os servidores;
- **A modernização dos processos pedagógicos**, com a atualização de ementas, bibliografias e metodologias de ensino, garantindo a relevância e a atualidade dos conteúdos oferecidos;
- **O aperfeiçoamento do suporte aos alunos**, com a criação de grupos de WhatsApp exclusivos, encontros de ambientação e suporte técnico personalizado, elevando a satisfação e o engajamento dos discentes.

As recomendações apresentadas neste relatório visam consolidar e ampliar esses avanços, promovendo a sustentabilidade e o crescimento contínuo das ações do ILB. Com foco na inovação, na inclusão e na excelência, o ILB reafirma seu papel como instituição estratégica para o desenvolvimento do Legislativo brasileiro e para a formação de servidores públicos cada vez mais capacitados e alinhados às demandas da sociedade.

